Editorial:	
A crise que se avizinha a crise pela qual passamos	
Liquidar o passado para destruir o futuro Ernesto Martins	
Resolução Política (ERPI-PC)	
Arquivo marxista:	
A bancarrota das concepções ultra esquerdistas sobre a crise do capitalismo	
A política ultra-esquerdista e o fascismo	-
Marxismo e luta de classe: 30 capítulo: Experiências e ensinamentos da Revolução de 184a	j)
Correspondência:	
Carta a um "revolucionário que se preza"	9

AMORJ - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro

Nº de Registro Data 06 1 02 106.
Coleção ENS - Doacao Educardo Novario State

EDITORIAL

a crise que se avizinha ... a crise pela qual passamos

Se circulamos novamente, depois de um ano de silêncio, isso não quer dizer que pre tendemos transformar MARXISMO MILITANTE em anuário. Dificuldades, tanto no Exterior como no Interior, fizeram adiar mais de uma vez a publicação deste Número. Es peramos que daqui em diante possamos reto mar o ritmo normal das nossas atividades.

Por outro lado, em virtude da nossa prolongada ausência, temos de renunciar a tratar de muitos problemas agudos e concentrar-nos nos problemas mais importantes: a situeção criada em casa e a crise' da Esquerda Revolucionária.

A Redação.

Cutra mudança das regras de jogo

O episódio das férias forçadas do Congresso não represente certamente um' sinal de força do regime militar. Mais uma vez teve de mudar as regras do jo go, para garantir a sua continuidade. Para o próprio governo Geisel implica numa admissão pública do fracasso definitivo dos planos originais da institucionalização do regime, isto é, da tentativa de tecer um vâu democrático para esconder a nudez do regime militar.

Esse fracasso já se tinha esboçado em agosto de 1975, quando Geisel se viu forçado a declarar como "mal-entendido" e inexistente a sua antes anunci ada política de "distenção" e de "abertura". Havia, todavia, ainda sintomas T de uma tentativa de seguir os planos primitivos de uma maneira mais modesta, isto é, em nível mais baixo. A realização das eleições municipais fazia parte desse esquema. Mas justamente as últimas eleições, com suas restrições su plementares, revelaram também aos mais ingênuos os limites estabelecidos de ante mão pelo regime. Eleições podiam funcionar como válvula de escape para o descontentamento popular, mas não podiam por em perigo nem alterar o fato da ditadura militar. A oposição, qualquer que fosse, não podia nem sequer estor var o governo dos militares. A oposição burguesa em torno do MDB respeitou T essas regras de jogo até o ponto em que lhe era possível e seu maior receio era justamente receber votos demais, para "não por em perigo" as eleições de 1978.

Mesmo a oposição burguesa não conseguiu satisfazer os militares insaciá -

veis e ela teve de fazer um gesto para justificar a sus razão de ser perante as massas descontentes, que lhe deram seu voto. Isso bastou para desencadear a reação gorilesca.

Desde o golpe de 1964, o Congresso por duas vezes não correspondeu às espectativas do regime militar. Em dezembro de 1950, quando se negou a levantor a imunidade de dois deputados, e agora quando não reuniu os votos necessários para a reforma judiciária. Ambas as vezes foi posto em recesso. Há uma diferença, todavia. Em 1968 foi uma maioria de votos, que se opunha às e xigências governamentais. Esta vez bastou uma minoria para criar alarme en tre os militares.

Esta vez, a ditadura militar limitou-se a transformar o recesso numa mano bra extra-parlamentar. Deu uma "demonstração de força" imediata, uma adveritência do que é capaz de fazer e aproveítou o momento para imper a legislação, que não encontrou a maioria necessária no Congresso. Matou dois coelhos com uma cajadadada, pois aproveítou inclusive a ocasião para mudar novamente o sistema eleitoral a fim de fortalecer as suas posições desgastadas no plei to de 1978. Finelmente aboliu a necessidade dos dois terços para emendas constitucionais, para evitar futuros "incidentes" com o Congresso.

O recesso não durou mais do que 15 dias. Duas razões devem ter influido ' ressa decisão do governo Geisel. Em primeiro lugar, a situação não está favo rável para experiências mais radicais. U regime militar brasileiro está fa tendo um esforço desesperado para não ser posto no mesmo nível do chileno, u ruguaio e argentino. Necessita de mais respeitabilidade e aparência de estabilidade interna face aos seus credores internacionais, de fato e em potential. Em segundo lugar, julga não necessitar de medidas tão extremas como em 1968/69, nem dispõe atualmente de pretextos da "subversão terrorista" e da 'guerra interna" para convencer a maioria das classes dominantes da necessilade de tais recursos. A aparente auto confiança do regime, entretanto, pode á revelar-se de fôlego curto. Está evidente que o descontentamento com a sī uação criada não se limita mais as classes exploradas. As crescentes difiuldades econômicas e financeiras repercutem não só na classe média, como ambém na própria burguesia, insatisfeita com a pouca influência direta, que xerce sobre os negócios governamentais.

O pano de fundo

D sintoma mais grave do novo desgaste do regime se deu provavelmente por asião da saida do ministro do Comércio e Indústria, Severo Gomes, do gover Geisel. Assim foi interpretado também por parte da imprensa internacional se começou a preocupar-se novamente com a situação brasileira, coisa que 'o chegou a fazer nem com as últimas eleições.

Naquela ocasião, órgãos ingleses chegaram a descrever Severo Gomes como 'tefensor aberto de uma volta ao sistema democrático" e, ao mesmo tempo, coporta-voz da facção mais poderosa da nossa classe dominante, da burguesia ulista. Essa impressão do órgão inglês é confirmada aparentemente por pronciamentos feitos por expoentes industriais no "Estado de São Paulo" no '

sentido da necessidade de um "retorno à democracia" e de "eleições diretas ' do presidente da república",apoiados por declarações semelhantes do próprio' presidente da Câmera de Comércio de São Paulo, Papa Junior.

Tão simples, porém, a situação não nos parece. L ex-ministro nunca deu a falar por suas inclinações democráticas. A reputação que conquistara em público era de um defensor de soluções mais cu menos "nacionalistas", que pôde advoçar com certa liberdade. Tudo indica que foi justamente por essas posições e das suas repercussões no seio das Forças Armadas que chegou a participar do governo. Servia ao regime como válvula de escape, tanto mais que "não eram as suas soluções que chegavam a ter força de lei e, sim as de Mario Henrique Simonsen. Se Severo Gomes, recentemente, descobriu o seu amor a "so luções democráticas", é de sa supor que simplesmente chegou à conclusão que dentro dos quadros do presente regime não havia possibilidade para por em prática as soluções por ele pleiteadas.

Em todo o caso seria dificil considerá-lo representante da burguesia paulista. Esta, um ano atrás, ainda estava em choque direto com o então ministro Severo Gomes, quando promoveu pelas columas do "Estado de São Paulo" a campanha de "desestatização". Se o ex-ministro e círculos da burguesia paulista encontraram agora um denominador comum - a volta à democracia - isso! significa que também a burguesia paulista chegou à conclusão que suas diversas reivindicações não encontram solução satisfatória no presente regime.

De fato, uma das características do presente momento é o cansaço de uma la parte da burguesia da tutela da ditadura militar. Deseja retomar a influência a sobre os negócios de Estado, deseja exercer diretamente seu dominio por intermédio dos seus partidos e deputados no Congresso, ao qual pretende restituir o poder de decisão. Não é essa a primeira vez que isso se dá. Durante o governo Costa e Silva, em 1968, assistimos a algo semelhante, quando facções da classe dominante acharam que as Forças Armadas já tinham cumprido o seu dever, tinham restabelecido a ordem no país e que podiam devolver, pelo menos parcialmente, as rédeas do poder aos civis. A diferença entre 1968 e hoje consiste no fato que naquela ocasião a crise cíclica do capitalismo brasi leiro estava sendo vencida e a expansão econômica, que estava se iniciando, a judou a neutralizar esse genero de descontentamento e de oposição. Hoje, tais perspectivas não estão à vista.

Com isso não queremos afirmar que o Brasil esteja sendo novamente atingido pela crise cíclica. Esta, dois anos atrás, ameaçou o país, mas não chegou a atingir as proporções, que se podia esperar. É verdade que a crise econômica mundial, desencadeada (mas não causada), pelo aumento dos preços do petró leo, provocou também no Brasil uma redução pela metade da taxa de crescimento em 1975. Um ano depois entretanto, ela estava novamente em 8,8%, no que diz respeito à expansão geral, e em 11% no setor industrial. Tais taxas de crescimento certamente não permitem falar de crise, nem mesmo aplicar o eufemismo da recessão. Fato é que a economia brasileira pode aproveitar rapidamente a recuperação do mercado mundial, no decorrer do ano passado, sem ter atingido um ponto tão baixo como o dos Estados Unidos ou da Alemanha Ocidental, por exemplo. Acontece entretanto, que a recuperação geral do capitalismo nas metropoles é lenta e irregular e uma nova prosperidade, como os países industriais a conheceram no pós-guerra não é esperada nem pelos economistas'

burgueses. C impulso, que pode partir daí para a economia nacional dificil - mente ultrapassará a intensidade atual e isso torna improvavel uma volta às taxas de expansão da fase do governo Medici.

O que entrou em crise, porém, é a política financeira do regime. Já teve como efeito o abandono dos planos governamentais de substituição das importa ções de bens de investimento. Manifesta-se, por um lado pelo crescimento iné dito da dívida externa (cerca de 30 bilhões de dólares) e do deficit da conta corrente (6,8 bilhões) e, por outro lado, pela inflação interna, a qual conforme dados oficiais perfez 46% em 1976.

O alto nível da dívida externa, que a leva a um ponto de saturação, terá diversas implicações para o futuro. Em primeiro lugar, dificulta as possibilidades da burguesia brasileira superar as suas dificuldades internas, apelando para o mercado financeiro internacional. Mas, muito mais grave e de con sequências mais imediatas é o crescimento calamitoso das obrigações anuais decorrentes das prestações de serviços e amortizações da dívida. Se essas, em 1976, já chegaram a quase metade dos ingressos das exportações, calcula-se para o ano em curso que atingirão 51%.

A impossibilidade de reduzir o nível da inflação interna, representa no 'momento o calcanhar de aquiles do regime. Minando o equilíbrio social erguido nos últimos anos, com a ajuda das baionetas, o regime receia tomar medidas deflacionistas, que certamente precipitarão a crise econômica. A marcha' da inflação, entretanto, hoje como no tempo de João Goulart, se de um lado a die a eclosão da crise econômica, por outro, potencializará os seus efeitos' no dia em que estourar. Nesse sentido, a atual crise financeira não é mais 'do que um sintoma de uma futura queda da conjuntura econômica, com todas as suas consequências.

É contra esse pano de fundo que o descontentamento da burguesia e o seu cansaço da ditadura militar tem de ser visto. Ela não atravessa hoje um momento tão crítico para necessitar dos militares, a fim de reprimir as massas ou pelo menos julga poder dispensar essa ajuda pelo fato das suas reivindica ções em vista das dificuldades crescentes não encontrarem ouvidos junto ao executivo militar-tecnocrático.

Isso, porém, só representa um lado da moeda. Outro é o descontentamento 'crescente das camadas mais baixas da hierarquia social. Atinge novamente as classes médias, que no passado puderam ser neutralizadas pelas cascas que so braram do ritmo de expansão econômica. Embora, segundo as estatisticas, no 'Brasil 10% da população (e isso inclui as classes médias superiores), disponha de 48% dos ingressos e as vendas de produtos domésticos terem aumentado! em 6% no ano passado, a inflação atinge e dificulta as poupanças. A classe 'média inferior e assalariada, por sua vez, é atingida mais diretamente. As sim, o aumento previsto para funcionários públicos neste ano, não ultrapassa rá 25%, o que implica numa queda dos vencimentos reais, em virtude da taxa 'de inflação existente. Além disso, esse reajustamento virá com tres meses de atraso. É também essa camada, que é mais atingida pelo recente aumento, de 'fato, do preço da gasolina. Não é de se admirar quando nessas circunstâncias surgem boatos sobre intranquilidade e prisões entre oficiais de patente infe

Materialmente mais desesperada ainda é a situação da classe operária. Foram esquecidas muito depressa as promessas de uma próxima restauração do nível salarial de antes de 64 e os planos de um crescimento do mercado interno dos quais se falava ainda antes do 19 de maío do ano passado. O último aumento "inédito", evidentemente, já foi tragado de longe pelo crescimento do custo de vida. Greves, portanto, não são mais novidade, mas se a manifestação de rua dos operários de construção de Curitiba ainda pôde ser suprimida pela censura de imprensa, o mesmo não se deu mais com as paredes dos transportes públicos em São Paulo e Porto Alegre. A palavra "greve", depois de anos, reapareceu na imprensa brasileira.

A situação no campo também não é mais a mesma. A própria burguesia rural' se encarregou de lançar a semente da intranquilidade. De um lado, o fenômeno dos"bóias-frias" aproxima o trabalhador do campo às formas de luta e de organização do operário industrial. De outro, a atividade dos grileiros, que a creditaram poder valer-se do escudo militar, provocou a resistência dos posseiros em escala crescente.

Perspectivas e alternativas

A ditadura militar está hoje em posição defensiva. Isso não significa ain da que já esteja na iminência de cair. Mas, independentemente do espaço de tempo, que o processo de sua deterioração levar, temos de encarar as diversas alternativas, que se apresentam, e que se pode distinguir nesse momento.

Queremos deixar claro e sempre defendemos esse ponto de vista, que o proletariado brasileiro tem todo interesse na queda da ditadura. A quebra do aparelho repressivo é necessária para que se reagrupe, movimente e organize ! como classe, sob bandeira própria, para continuar a luta sob condições mais ! favoráveis.

O proletariado, entretanto, não pode ter interesse que o regime militar ' seja seguido por uma república democrática, na qual a classe dominante exercerá a sua ditadura de maneira velada, mas direta, e na qual as bases sociais, que permitiram o golpe de Abril de 1964 sejam conservadas ou restabelecidas. E qualquer república burguesa, que se consolidar, não pode deixar de manter ou restabelecer essas bases sociais, mesmo reformadas.

Quais são essas bases sociais, principais sustentáculos da ditadura? Emprimeiro lugar, a grande burguesia nas cidades, os trustes e consórcios nacionais e estrangeiros, que dominarem todos os governos nacionais na história recente do Brasil e que, sempre que ameaçados os seus lucros ou privilégios, apelarão às forças de repressão existentes. Em segundo lugar, os expoentes do latifundio, que apesar das contradições existentes, são aliados da burguesia urbana. Enquanto não forem mudadas as estruturas do campo, dominarão grande parte do eleitorado do Interior, controlarão as Assembléias estaduais e a nacional (e qualquer Constituinte), e em conjunto com a parte reacionária das classes médias das cidades, sustentarão o regime do grande capital. Finalmente, como instrumento potencial de qualquer ditadura, aberta ou velada, temos as Forças Armadas, que atualmente fornecem o Executivo, subju-

gando os demais poderes do Estado burguês.

Temos precedentes recentes de queda ou liquidação de ditaduras abertas da burguesia, que ilustram possíveis alternativas.

Em Portugal, a iniciativa partiu das fileiras do próprio Exército, respectivamente da hierarquia inferior da sua oficialidade. O 25 de Abril colocou o proletariado em cena, aliado aos trabalhadores dos latifundios do sul do país e grande parte de unidades radicalizadas das Forças Armadas. Com o apro fundamento das contradições internas criou-se uma situação revolucionária, que não pode ser aproveitada, principalmente por falta de uma vanguarda consequente e ligada as massas. Uma vez passado o auge da radicalização, inicipu-se um processo de restauração das instituições e da sociedade burguesa, que hoje atingiu um equilíbrio precário, sob forma da república parlamentar

Na Espanha (como também na Grécia, por outras razões), a ditadura militar entrou num beco sem saída. Atualmente assistimos à tentativa de sua liquidação política, de uma "redemocratização" controlada pela classe dominante com a ajuda das potencias ocidentais, na qual as bases tradicionais da sociedade espanhola devem ser resguardadas. O fiador da manutenção dos privilégios nes se processo continuam sendo as Forças Armadas, que até agora se mantém intatas. Até agora, não se esboçou uma situação revolucionária na Espanha.

Se queremos apontar precedentes típicos no nosso hemisfério, temos de recuar um pouco no tempo. Na Bolívia, em 1952, uma revolta iniciada por parte de exército, mas levada à vitória pela intervenção dos mineiros armados, des truiu grande parte da máquina estatal, comprometida com a ditadura, inclusive as forças Armadas, que foram dissolvidas. Um governo de transição, sob a liderança pequeno burguesa, encarregou-se de reconstruir as instituições bur quesas, a começar por um exército "democrático", que pouco a pouco foi liquidando conquistas da revolução e que acabou estabelecendo nova ditadura militar.

Em Cuba, finalmente, uma querra de guerrilha foi o catalizador de um movimento revolucionário, que desembocou numa greve geral insurrecional vitoriosa. Também nessa ocasião as Forças Armadas burguesas foram liquidadas e desta vez a medida foi definitiva. Um governo de transição revolucionário, que se apoiou em milícias na cidade e no campo, desapropriou a classe dominante e levou o país em direção à ditadura do proletariado e do socialismo.

Esse esboço sumário, evidentemente, não tem a pretensão de uma análise, e visa unicamente lembrar alternativas reais, que se deram em momentos de li quidação de ditaduras abertas da burguesia e — que seja dito de passagem —de ditaduras, que não correspondiam mais, naquele momento, às necessidades subjetivas das classes dominantes.

O que nos interessa no caso, é o fato dos dois momentos extremos nos processos assinalados estarem presentes no desenvolvimento da situação brasilei ra. De um lado, o descontentamento de facções decisivas da classe dominante com a prolongada tutela da ditadura militar e seu desejo subjetivo de uma "redemocratização" das instituições, que não ameace as estruturas da socieda de existente. Trata-se, evidentemente, de um risco calculado, pois existem T

no país as forças sociais rebeldes, tanto nas cidades como no campo, cujo despertar e movimentação ameaçam romper os estreitos limites da sociedade durques—latinfundiária.

Assim mesmo, parte da burguesia está disposta a correr esse risco. Talvez porque confie que mais de uma década de repressão tenha domado essas forças e que o descontentamento existente possa ser dirigido para canais reformis tas. A sua auto-confiança talvez tenha sido reforçada pela experiência grega e o seu futuro comportamento dependerá do desenrolar das coisas na Espanha.

Uma possibilidade, parece que podemos excluir, a das Forças Armadas nacio nais desempenharem um papel análogo ao das portuguesas. Apesar do descontenta mento reinante nas suas fileiras, nenhuma facção significativa dos oficiais tomará iniciativas, que possam levar a uma situação revolucionária. Isso não exclui a possibilidade de tentativas de substituir um governo militar por ou tro, nem a possibilidade de cisões e rachas no seu meio. Parece-nos, todavia que isso só se dará em consequência e no decorrer de um movimento de revolta popular aberto, que repercutirá no seio das Forças Armadas.

No extremo oposto, não se distingue também no Brasil probabilidades para um movimento de guerrilha, que possa desempenhar o papel análogo ao da cubana. A única guerrilha rural maior e mais prolongada, a do Araquaia se revelou fragil demais para poder sobreviver e distante demais para poder reperou tir nas cidades.

Dissemos que existem hoje no país as forças sociais, que uma vez despertas e em movimento ameaçam romper as bases da sociedade atual. Mas, existem' em potencial. Mão se pode afirmar que haja no seu meio forças, que se movimentam conscientemente nessa direção. Nesse sentido se explica a tranquilida de da burguesia. A década de repressão isolou os pequenos grupos de revolucionários da classe. A ditadura militar, entretanto, soube reprimir, mas não solucionou as profundas contradições do nosso capitalismo subdesenvolvido antes as agravou e uma nova irrupção aberta das lutas de classes colocará muito mais incisivamente do que no passado a questão da ordem social existem te.

Proletariado e vanguarda revolucionária

Seria evidentemente do nosso interesse, como revolucionários, que o prole tariado tomasse a liderança da luta contra a ditadura militar e a derrubasse num confronto direto. O proletariado seria a única classe capaz de transformar essa vitória numa derrota da classe dominante, até o ponto de tornar improvável ou pelo menos muito difícil uma nova ditadura, mesmo velada, da bur quesia. Entretanto, não podemos ter ilusões. Momentos revolucionários criam surpresas, mas não milagres. Pelo estado atual de consciência e experiência da classe operária, é de se prever que ela não exercerá esse papel ainda nas condições da clandestinidade. Temos de partir da premissa que será no decorrer e em consequência da derrubada do regime que a classe adquirirá o grau de consciência, coesão e organização, que lhe permitirá liderar aliados nas lutas de classe.

Na situação em que o proletariado se encontra, é lícito esperar que, em ceso de uma revolta popular, participe ativamente com sua presença física mas lutas. É igualmente possível prever que comece a se organizar e inicie uma luta maciça para melhorar sua situação material. Não há indícios entretan to que salba de início agir no terreno político como classe independente, sob bandeira própria. Espontaneamente isso dificilmente se dá e a esquerda brasi leira pouco ou nada contribuiu para o processo da formação política da classe.

Se constatamos essa situação, não é para conformar-nos com ela. Como comu nistas não podemos deixar de lutar pela independência do proletariado e no T sentido da conquista da sua hegemonia nas lutas das classes oprimidas. A nos sa atividade de hoje tem de preparar o terreno para amanhã. A única marca T que podemos deixar na conjuntura atual, como revolucionários, é que as atuais lutas em miniatura contenham os germes de um futuro movimento de massas de amanhã.

Se nos referimos aqui à esquerda brasileira e ao papel que desempenhou em relação ao proletariado, não queremos voltar a tratar do reformismo e popu lismo. O que está em foco atualmente, é a chamada Esquerda Revolucionária, ' respectivamente o que dela restou após 13 anos de clandestinidade. O que nos interessa aqui também não é o seu passado, mas sim, o papel atual e que pode rá desempenhar no futuro. Partimos do fato que se trata de grupos infinita mente minoritários, que existem à margem da classe operária (sem falar dos ' trabalhadores do campo), e que, todos juntos, pela sua presença física, não' atingiriam mais do que uma parcela mínima da classe operária. O que limita a sua ação não são porém somente essas relações de forças desfavoráveis, e nem mesmo o fator não menosprezivel da repressão. U que pesa mais sobre essa Esquerda Revolucionária é a sua origem social pequeno-burguesa e a não repre sentatividade de elementos operários entre ela. Não se pode elaborar "táti cas" e "estratégias", sem levar em conta esses fatos, nem analisar e avaliar as "táticas" e "estratégias" em voga sem esquecer esses fatores quentitati vos e qualitativos.

Há poucos anos atrás parecia que a fraqueza de cada um dos principais grupos da Esquerda Revolucionária seria compensada em parte, por uma aproxima - ção dos pontos de vista básicos, pela criação de uma"tendência proletária", que permitiria estabelecer um contrapeso ao reformismo e ao populismo existentes. Essa aproximação foi interrompida em fins de 1974, em virtude de divergências surgidas em torno de duas questões: a da tática eleitoral e a da luta pelas liberdades democráticas. As incompatibilidades, que surgiram em torno das novas posições assumidas por duas organizações, a AP e o MR-6, todavia só eram expressão de divergências muito mais profundas e que se referiam fundamentalmente ao papel do proletariado brasileiro na presente fase das lutas de classes.

A questão eleitoral

Tanto a AP como o MR-8 abandonaram na campanha eleitoral de 1974 a posi - ção de voto nulo e decidiram apoiar candidaturas individuais, de "autenticos"

na chapa do MBD. Era esse o abandono de uma posição, que as duas organiza - ções sustentaram praticamente desde a promulgação do AI-2. Achamos que não foi casual esse recuo - tampouco foi casual o momento em que se deu.

O governo Geisel, que no início se apresentou como "governo de distenção" e de "abertura", chegou a despertar uma série de ilusões democratizantes nas classes médias, que aliás até hoje não desapareceram inteiramente, apesar 'das decepções sofridas. O esforço governamental de institucionalizar o regime para conferir-lhe maior respeitabilidade e estabilidade, foi tomado em vastos setores das classes médias como o início de um processo de redemocratização, dando margem a uma série de esperanças e boatos. A espectativa do presidente Geisel "governar com o MDB" só era um dos muitos rumores, postos em circulação por "entendidos" e "bem informados".

Não queremos afirmar que as duas organizações mencionadas, AP e MR-8 (há: outras, evidentemente), compartilharam desse gênero de ilusões democratizantes. Mas a mudança de tática eleitoral, sem dúvida, indicou que viram altera ções qualitativas na situação do regime, que já justificavam uma participa ção nas eleições. Quais eram essas alterações da situação en relação aos governos anteriores do regime militar, nunca consequiram explicar direito. É e vidente, porém, que o crescimento do desconteptamento das massas não seria razão para agura aceitar as regras de jogo do regime, que antes rejeitamos.' Tampouco, a sua explicação de participar das eleições, para desmascarar a "farsa eleitorel" poderia ser tomada como razão séria. Não havia razões, tam bém para reavaliar o papel do órgão da "representação popular", do Congresso que continuava sendo uma folha de parreira para cobrir a nudez da ditadura ' militar. O que fica como explicação da mudança de posições - já que não supo mos que as duas organizações tenham compartilhado diretamente as ilusões de mocratizantes em voga - è que não souberam simplesmente resistir à onda que tomou conta das classes médias. Para isso contribuiu não só a sua própria origem pequeno-burguesa, como organização, como igualmente a sua fundamenta ção política, "teórica", das relações entre proletariado e pequena-burquesia assunto do qual trataremos loco mais adiante.

Antes, porém, queremos ver de perto um aspecto da justificação teórica e "marxista" da sua atual posição. Entre outros, o CV da AP procura lançar mão de Lenin e da participação dos bolcheviques nas eleições da Duma na Russia 'tzarista. -Se os bolcheviques participaram nas eleições, porque nos não pode mos participar? -

Há toda uma argumentação em torno dessa colocação do problema, no documen to da AP, mas o problema fundamental não é tocado. Acontece que a lei eleito ral russa permitia mesmo aos operários mandar os seus representantes de clas se para a Duma. Os operários russos, não só podiam votar nos candidatos soci al-democráticos, como podiam selecionar entre eles os representantes bolcheviques, que no Legislativo formavam uma fração aparte dos mencheviques e dos socialistas revolucionários. Assim, os bolcheviques defendiam as suas posições da tribuna parlamentar, podendo ler de lá, inclusive declarações de Lenin, redigidas no exterior. As tradições liberais do século XIX obrigavam as autoridades tzaristas a respeitar as imunidades parlamentares (mesmo durante as campanhas eleitorais) e quando se sentiam incomodadas por oposições no seio da Duma, não tinham outro recurso do que dissolvê-la e convocar novas e

leições, has quais todas as forças políticas perticipavam de novo. Essa imunidade ficou em vigor até a Primeira Guerra Mundial. ¿gundo os deputados bol cheviques votaram contra os créditos de guerra, foram presos e exilados para a Sibéria. Durante todo esse tempo, o Legislativo na Rússia serviu como tribuna pública e legal para uma propaganda revolucionário, para a defesa das reivindicações do proletariado e para a educação e mobilização das massas. Di to de passagem, não foram só os bolcheviques, que seguiram essa tática. Antes deles, os revolucionários alemães já a tinham ensaiado durante a fase das leis de Repressão de Gismarck, quando o seu partido estava na ilegalidade.

Lenin procurou sistematizar essa tática eleitoral, que ele via em função da conquista e manutenção das posições independentes do proletariado. (20 dongresso da Internacional Comunista recomenda essa tática aos partidos ir mãos nos países, onde for possível realizá-la. (A AP prometeu traduzir e publicar essas resoluções e esperamos que o faça em breve). É para garantir que a tribuna parlamentar seja de fato usada para a propaganda revolucionária, a resolução adotada exige que os parlamentares eleitos se submetam, por todos os meios à disciplina do partido e renunciem, caso não defendam os seus pontos de vista integralmente.

Podemos afirmar que no Brasil de hoje existem condições para uma tática e leitoral dessas? Evidentemente não. O proletariado brasileiro, para votar, é corigado a escolher candidatos de outra classe, da pequena-burquesia, numa 'legenda de um partido burquês. É evidente que esses candidatos, uma vez elei tos, não estão dispostos nem em condições de defender reivindicações proletárias e muito menos ainda uma política proletária. Es mais radicais entre les, os autenticos, não passam do nível populista pequeno-burquês e os apelos lançados ao proletáriado de votar neles, na prática, só visam revalori - car o populismo perante os operários mais conscientes. Na prática, esse tática eleitoral só tem o efeito de frear o processo de formação de uma classe o perária independente no Brasil.

A luta pelas "liberdades democráticas"

A cobertura ideológica dessa tática eleitoral é fornecida pela plataforma de luta pelas "liberdades democráticas". Também nesse caso, origem e função da nova formulação são evidentes. Não é por acaso que não surgiu em 1970 nem em 1972 e sim em 1974, com o governo Geisel.

Também nesse caso são feitos empréstimos junto a Lenin e os bolcheviques. Lenin distinguia entre "tarefas socialistas" e "tarefas democráticas" do pro letariado e dos revolucionários russos. As "tarefas democráticas" estavam em função da ainda não realizada revolução burguesa na Rússia, que teve um auge em 1905 e que foi completada politicamente em fevereiro de 1917. Daqui em 'diante desapareceram as "tarefas democráticas" dos objetivos de luta dos bol cheviques, que se concentraram em torno das "tarefas socialistas", tais como agora definidas nas "Teses de Abril".

Há hoje um consenso geral entre os grupos, que se consideram da Esquerda' Revolucionária, que o problema da revolução burguesa, anti-feudal, no Brasil

como tinha sido colocado pelo AJ, está definitivamente superado. Por isso co defensareo dos "alaxaformas democráticas" peralmente evitam entrar no assunto e fuzem de conta que a formulação das metas de luta, resmu intermediárias, não tem nada a haver com o paráter de uma futura revolução.

Lucremos deixar claro tambér que, nomo comunistas, não podemos estar contra a dofesa (ou conquisto) de direitos descaráticos da clamas operária no '
seio da sociedade ourquesa. Quando lutamos pela liberdade sirdical, dela aha
lição do controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, nás lutamos '
por um direito democrático do proletariado, que a classe dominante ine negou
divos de gelpes e lançamos apelos à resistência em 1964, procuramos de ender
os direitos democráticos, que o proletariado bresileiro ainda desfrutava no'
seio da sociedade ourguesa, até aquele momento. Coisa diferente, porém, é '
querer fazor desses direitos de classe operário no seio na sociedade ourquesa uma "plataforma", uma "bandeira", um objetivo, que limita forçosamente a
luto proletária. Na prática torna-se uma luta pela redemocratização, pela de
mocracia burquesa, uma luta pela substituição da ditadura aberta, mas indire
ta, da purquesia por uma ditadura velada, mas direto.

Aí não contam as justificações ideológicas dos autores dessa linha política, que alegam tratar-se de simples "tática", nem as suas intenções subjetivas, que podem ser os mais sinceras possíveis. O que conta são os resultados de semelmente política, a experiência colhida no mundo inteiro durante mais de meio século — e há pouco em Portugal, onde o proletariado se tornou vítima das ilusões democráticas criadas e espalhadas pelo POP desde os tempos da luta clandestina.

Fato é que em momentos em que a classe operária luta por objetivos, que 'direta ou indiretamente ameacem os pilares da sociedade burguesa, a "bandeira democrática" se torna a bandeira da classe dominante e de seus defensores. Foi sob essa bandeira que Kerensky e Kautsky lutaram contra a revolução proletária na Rússia e foi sob a mesma bandeira que Mario Soares, com o apoio 'de Willi Grandt e os países da CEE, liderou a ofensiva contra o proletariado português.

Queremos ficar com asses paralelos históricos dentro de proporções justas. Aplicando essa experiência ao nosso caso temos que ver que o proletariado 'brasileiro ainda está longe de representar uma classe politicamente independente, capaz de desempenhar um papel semelhante ao da russa em 1917. Nem mes mo pode no presente momento ser comparado à classe operária portuguesa, de pois do 25 de Abril, quando iniciou a luta por objetivos socialistas, embora com métodos inadequados (democráticos). U proletariado brasíleiro ainda tem de despertar da imobilidade, de organizar-se e manifestar-se como classe. Is so só se pode dar na medida em que luta em torno de suas reivindicações, em que as lutas locais e isoladas de hoje se alastrem, se tornem regionais e se encontrem em nível nacional. Mas, a força motriz de tais lutas só podem ser' as suas reivindicações específicas de classe.

Os nossos amigos da AP e do MR-8 não pensam assim. O seu problema funda — mental é "acumular forças" na luta contra a ditadura militar. É a velha história das frentes bastante amplas, pois a amplitude é confundida com força.

Para consequir semelhantes frentes e alianças é preciso um denominador comum e como as reivindicações proletárias evidentemente não seriam aceitas pelas' massas pequeno-burguesas - o grande aliado - são as fórmulas pequeno-burguesas, que teriam de ser aceitas pelo proletariado. Trata-se justamente dessas fórmulas gerais e vagas, que excluem reivindicações determinadas do proletariado, que Marx e Engels já denunciam em sua "Mensagem à Liga".

Na situação brasileira, a fórmula vaga das lutas pelas "liberdades" cu '
"direitos democráticos" barram o caminho para a conquista da independência '
política da classe operária. Os nossos amigos, entretanto não esperam tanto.
O seu raciocínio não se adianta ao dia de amanhã e toda a sua argumentação é
saturada pelo imediatismo, pela necessidade da "aliança" com a pequena-bur guesia. Mas como o nosso proletariado ainda não age como classe independente
e não está em condições reais de concluir tais alianças "táticas" ou "tácitas" em termos próprios, essa política se resume em levar os operários à uma
liderança pequeno-burguesa.

Não faltam tentativas "teóricas" para fundamentar essa política. Novamente a AP (que mais se empenha nesse sentido) já em 1975, num documento publicado no BS nº 2, procura expor esse seu ponto de vista:

"Mas, argumenta-se, e a hegemonia? (vão é condição essencial para fazer qualquer frente, garantir, de antemão, a hegemonia para o proletariado? Na verdade, isso seria ótimo, se fosse assim tão fácil. Garantir de antemão, a hegemonia significa expressar já um de terminado conteudo força material na relação com o aliado, que o leva a ser praticamente forçado a aceitar - sem alternativa - a di reção proletária. Mas, e aí voltamos ao ponto de partida, como che gamos a tal situação de força? Sem praticarmos nenhuma aliança, su põe-se, para aqueles que defendem tal idéia, pois aí não estaria que não mais precisaria praticamente de fazer alianças. Isso não é política revolucionária, isso é especulação voluntariosa, extremamente daninha aos processos revolucionários.

A luta pela hegemonia é uma constante em qualquer aliança que qual quer organização ou partido proletário faça. É fundamental. Mas, fa lamos em luta pela hegemonia, porque é exatamente assim que entendemos a questão: um processo, e não um dado a priori. Não se trata de uma questão ganha de antemão, não se sabe como...Não será exata mente a invocação do papel histórico da classe operária - como van guarda do processo e a única consequentemente revolucionária até o fim - que virá garantir-lhe a hegemonia. Trata-se concretamente de criar as condições para o exercício da hegemonia. E isso sempre 'significou, historicamente, uma questão básica: dispor de força. E não somente a força que emana das posições políticas justas, mas a sua tradução material em organização de massa, em capacidade efeti

Citamos o trecho por inteiro, para não sermos acusados de deturpar o racicínio. Mas, o que se conclui de semelhante argumentação? Evidente que, já' que não temos essa força, "organização de massa" e "capacidade efetiva de in tervenção no processo", temos de deixar a hegemonia para a pequena-burguesia – já que"a luta pela hegemonia é uma constante em qualquer aliança". E a <u>a</u> liança em si é pressuposta como necessária.

Acontece, também, entretanto, que os autores dessa arqumentação lançam 'mão de um pequeno recurso oratório. A proolemática da negemonia do proletari ado aqui é evidentemente forçada, para poder"destruí-la" mais facilmente.Sim plesmente não é atual - em virtude das relações de forças existentes. U problema real, aquido e fundamental das lutas de classes no Brasil é o da formação de um proletariado politicamente independente, o da conquista da independência da classe operária. E essa questão não é nem mencionada sequer.

É verdade que tembém a conquista da independência da classe é uma questão de relações de forças, produto de todo um processo histórico do país, de con dições objetivas, dentro das quais o papel das vanquardas políticas sá representa um fator entre outros. Mas o mínimo que se pode supor de uma vanquarda, é que não se oponha a esse processo, que não procure freá-lo. Exatamente isso, os apologistas democráticos estão fazendo, quando tentam perpetuar a tutola ideológica pequeno-burguesa sobre o proletariado, quando tentam ativa — mente colocar massas proletárias sob hegemonia pequeno-burguesa. Pois o reconhecimento do fato do proletariado não estar em condições de exercer um papel hegemônico nas lutas das classes oprimidas, em si ainda não implica no reconhecimento da hegemonia pequeno-burguesa.

Fato é que sem a conquista da sua independência política, o proletariado nunca estará em condições de exercer um papel hegemênico. E se se perpetuar essa situação da tutela pequeno-burguesa sobre a classe operária, os defenso res das plataformas democráticas poderão discorrer até o Dia de São Munca so bre o grato problema da hegemento e relações de forças.

Evidentemente, o raciocínio de um proletariado forte não precisar de alia dos não é nosso. Fica por conta da AP. L que um proletariado, fraca ou forte, não precisará, entretanto, é um conceito de alianças, como está sendo defendido pelos autores do trecho acima citado. Unde se inspiraram para a sus a firmação que "política revolucionária" é "política de alianças"? Certamente! não no marxismo, certamente não no leninismo. Essa colocação do problema é 'tipicamente pequeno-burguesa e, entre nás, tem o seu precedente em trinta anos de prática de PC, sempre a procura de aliados pequeno-burgueses, burqueses progressistas e nacionalistas-democráticos. Parafraseando um célebre dito: roce um revolucionário pequeno-burguês e aparece um aliancista pacato.

De nossa parte, achamos que continua válida a recomendação que Marx e Engels já deram aos membros da Liga Comunista:

"Para o caso de uma luta contra um adversário comum, não é preciso de união especial. No momento em que se trata de dar combate ao ad versário, os interesses dos dois partidos coincidem e da mesma for ma como se deu até agora, e a aliança intencionada somente para aquele momento, se estabelecerá por si mesma".

Du como Lenin disse mais tarde, na luta contra a tentativa contra-revolu-

cienária de sornilev: "Carchar separades, bater juntes".

A força motriz da luta proletária

A parte de lodas as outras considerações, é absolutamente irreal supor ' que o proletariado prasileiro se movimente, organiza e que vá à ruo em torno de reivindicações tão vaças, como os "direitos" no as "liberdades democráticas". E proletariado pode, inclusive votar em candidates na chapa do MDR, que professem a necessidade da democracia, mas isso não o movimentará como classe, nem o organizará como tal.

A força motriz de luta do proletariado, hoje é algum tempo ainda, só pode ser encontrada na sua situação material. É a luta contra a carestia, contra a inflação, contra o "arrocho" salarial.

Que não nos aigam que isso é economicismo". As lutas proletárias tem que' tomar forçosamente as reivindicações econômicas como ponto de partida. Uma classe que não luta pela sua cituação econômica, não estará em condições de' formular uma política própria.

C grande problema político, hoje no Brasil, é a intervenção do proletaria do nas lutas de classe sob bandeira própria. Benhuma receita bolada por orga nizações de "vanguarda" pode preencher esse vácuo existente. As alternativas "políticas" apresentadas nesse sentido, não passam de variantes de política pequeno-burguesa e não visam mais do que usar as massas trabalhadoras como 'carne de canhão para uma política pequeno-burguesa.

Que jé existem condições objetivas para uma política revolucionária de massas mostram, entre outras, as últimas eleições. Não é casual nem gratuita mente que a metade dos 250 mil votos nulos entregues no Rio de Janeiro osten tou inscrições reclamando falta e preço do feijão e arroz. Revela não só a Thostilidade de grande setor da massa, como também a sua indiferença em relação às formas pequeno-burguesas de política. Não é casual nem gratuito tam bém o fato do balanço eleitoral e a análise no nº 8 do BS nem sequer mencionarem o fato.

Se a situação material da classe é a grande alavanca, que os comunistas 'têm de aprender a manejar, o segundo passo consiste em encorajar e fomentar as formas de organização de base do proletariado. Isso pode tornar atual novamente a propagação dos comitês de empresa, de hairros, de comissões operárias ou de outros órgãos, que se cristalizarão no decorrer da luta. Nesse 'terreno não queremos dar conselhos táticos de fora. Para desdobrar táticas é preciso estar no meio e poder julgar de perto o amadurecimento de uma situação. Importante é, porém, ter em mente que o que nos interessa mais é a organização da classe nos centros de produção, onde se decidirão as lutas principais.

Não menos importante é o surgimento de uma literatura de fábrica, que denuncie a situação existente, formule as reivindicações locais e nacionais e que prepare o caminho para que os operários possam tirar conclusões políti - nas da sivueção. Ja os primeiros quesos nessa direção devem ser dedos pelos normos do vantuarda, á itualmente importante despertar a idiolutiva dos próprios operários. Fornecimento de recursos técnicos elementares e um auxíli o na recação, podem desportar iniciativas no seio de classe o contribuir de cicivamente cara o surcimento de um novimento nois vesto no seio dela.

A Crise da Esquerdo Revolucionária

É evidente que a situação de país está se desenvolvente en direção de um! crescente aquipamento das contradições. Já aseinalamos que a caquerda Revolucionária está despreparada para enfrantar as exigências dessa nova fase. A que crise geral foi aprofundada pela situação da FL, esfacelada em diversas! frações.

A crise de Política Eperária resulta em parte do isolamento da prolonçada clandestinidade e da falta de experiência real de lutas proletárias de uma 'geração mais nova e reduz forçosamente o papel que poderia desempenhar no atual situação. E que mais pesa do que as divergências propriamente ditas e 'que mais contribuiu para criar a presente situação (ossuntos, que tratamos nesta edição) é o fato da Erganização - ou suas frações - não terem consequi do enraizar-se na classe e, em parte, terem abandonado a formação de quadros políticos operários. Com isso perderam a ocasião de intervir nas lutas por 'intermédio de novas lideranças operárias em diversos níveis. Estamos convencidos, que a superação dessa falha será a primeira premissa e o início da re cuperação da PD, que pela linha política basicamente proletária das suas fra ções aindo se destaco nitidamente de toda a esquerda pequeno-burquesa. E enquanto rejeitorem e combaterem as tentações imediatistas em voga, fica aberto o caminho para uma superação da crise.

Mão estaria completo o quadro da Esquerda Revolucionária, sem mencionar o MEP, a antiga Fração Leninista. Saida de uma cisão da PO, numa fase ultra-es querdista desta e tomando caminhos próprios durante alguns anos, as duas organizações pensaram reunir-se novamente em 1974. A cogitada fusão tinha sido mal encaminhada pelos dois lados. A necessária discussão dos problemas pendentes nas bases devia ser realizada depois do fato consumado. Quando a PO, na última hora recucu, para colocar o problema em novas bases, o MEP não rea giu politicamente. Reagiu à maneira dos ofendidos. Integrou a frente anti-PO, composta por AP, MR-8 e alguns dissidentes da Organização e baixou a sua argumentação ao nível deles. O MEP tinha razões e plena liberdade para criticar a PO, mas as suas reações emocionais lhe impediram de dar uma contribuição própria para a superação da crise na Esquerda Revolucionária.

Desde então, o MEP ficou numa posição intermediária, que não podia satisfazer nem gregos nem troianos. Pretendia conciliar pontos de vista inconciliáveis. Continuava pleiteando o Voto Nulo, mas não combatia o participacionis mo. Rejeitava a fórmula da "luta pelas liberdades democráticas", mas ao mesmo tempo procurava usar eufemismos, como luta pela "liberdade de reunião", "de manifestação", etc., dos quais se prometia uma aproximação dos pontos de vista opostos. Finalmente, procurou manter a ficção da existência de uma "ten dência proletária" na esquerda brasileira, da qual nós teriamos nos afstado.

ias, mesmo passando por cima do fato de não termos sido nós, que mudanos de! "táticas", o "tendência" se desfez obviamente em 15/4. Lão era pessível so - traviver come tal, tendo no seu meio duas correntes opostas, dos queis uma ! luto pola classe operário independente e a outra procura montê-la emarrada ! ao carro do pequena-ourguesia.

Sademos que esse quadro não atinge toda a Esquerde Revolucionária, compos to ainda da diversos grupos e restos de agrupomentos em vias de se reorganizar. Pensamos especialmente en grupos e quadros individuais, que integraram a ha no passado a que se efastaram, principalmente durante a fase ultra-es querdista. A eles, ha medida em que os alcançamas, só podemos dor o conselho de não se venderam por um prato de lentilha. A PC, como está, evidentemente mão representa uma resposta aos problemas condentos dos lutas de classes no pois, mao ela também não falou pindo a sua último palavra. Se possível pedimos a esses companheiros entrer er conteto direto com esta Revista. Nesse os so, audentemente, terão de tomar as providências para despachar a correspondência fora das fronteiras nacionais.

Relações Brasil-204

A denuncia do acôrdo militar levou! as relações entre o Brasil e os EUA' a um ponto mais baixo desde o polpe' de Estade de abril de 1964. La últimos acontecimentos representam certa mente uma surpresa pora muita cente. que viu no regime militar brasileiro nada mais do que um simples órgão e xecutivo da política norte-americana Não são surpresa para nós, da Pu, que sempre definimos as relações entre o Brasil e os EUA como sendo de "coope ração antagônica". Os antagonismos e xistem e podem periodicamente passar a um primeiro plano, mas o que preva lece em última instância, é a cooperação. O fenômeno se dá em dois ni veis, principalmente. Primeiro, no e conômico, onde existe uma associação entre o capital brasileiro e norte americano. Em segundo lugar, no polí tico (e militar, quando preciso), na defesa da ordem social existente, sem pre que essa estiver em perioo.

As contradições se dão igualmente em ambos os níveis. No econômico, onde

a associação faz o sócio menor que rer periodicamente melhorar a sua po sição, principalmente em tempos de T dificuldades econômicas, quando as ' contradições facilmente tomam cará ter antagônico. No político, quando! as aspirações do sócio menor se tornem um costáculo ou um risco pero a política mundial da metrópole. Essas contradições podem ser alimentadas ' também por formas de governo diferen tes nos países associados. Foi o caso no fim da Seounda Guerra Mundial. quando os Estados Unidos exportavam' para o resto do mundo ocidental o ' seu sistema da democracia capitalista, que, em caso de dúvida, se resumia sempre à defesa pura e simples ' do sistema capitalista. com os métodos que estavam à mão.

Recentemente os pontos de atritos en tre o Grasil e os EUA se acumularam. Tinham atingido um primeiro auge com as medidas protecionistas, com as ' quais o governo Nixon (e os posterio res) procurou resguardar o mercado ' interno dos consequências da crise,! em detrimento dos expartadores estrangeiros, entre os quais o brasil. L'asquado ponto alto foi evidentemen ta o acôrdo nuclear com a Alemanha Ü cidental, que provocara a oposição "nurte-americana. E por último, surqui a campanha pelos "direitos numa-nos", que ameaça os pases políticas do ditadura militar, pois sem repressão extra-jurídica e tortura ela mão saperia governar.

Se a desistência da ajuda militar ' por parte do governo arasileiro, em si, não passava de uma medida defensiva (a medida evita a discussão do' relatório sobre a violação dos "di reitos humanos" no Congresso america no), com a denuncia do tratado, Geisel optou por uma tática ofensiva. A cfensiva no caso é a melhor delesa.A medida foi facilitada pelo desconten tamento com a quantidade e a qualida de da ajuda militar americama. (448 milhões de dólares desde abril de ' 1964). Mas as razões fundamentais pa recem ser, antes de tudo, ditadas pe la situação interna.

Em primeiro lugar, Geisel tenta neutralizar as oposições militares já e xistentes ou em formação nas forças Armadas. Em segundo lugar espera que uma onda de patriotismo desvie a a tenção pública em geral das dificuldades, que o regime está passando.Do ponto de vista da política interna, o atrito com os EUA, neste momento '

......

só pode beneficiar o sistema e foi por ioso que, para surpresa da diolo macia americana, o governo brasilei ro forçou a situação.

É evidente que Geisel não pode ir longe demais nesse caminho nem pretende fazê-lo. Ambas as partes no li tíqio estão empenhadas para que as Trelações fundamentais entre os dois países não. sejam prejudicadas. Para o Grasil, se não houvesse outras razões, a situação financeira já seria bastante.

Não há dúvida que a atuação dos EUA' equivale a uma ingerência no sentido tradicional da sua política em re lação a um país latino-americano. Te mos de combater essa ingerência, ho je da mesma maneira como a combatemos no passado. Mas temos de apren der a combatê-la sem defender, direta ou indiretamente, a ditadura mili tar o seus métodos de governo. O imperialismo norte-americano (ou outro qualquer) não é um aliado na luta de emancipação dos trabalhadores brasileiros. E a ditadura militar (e a ' nossa classe dominante em peral) não é aliado na luta contra o imperialis mo. Aproveitar as contradições não significa tomar partido ao lado de um ou de outro.Por enquanto, os dois lados estão quebrando porcelana, mas não tenhamos dúvida: a cooperação ' prevalecerá novamente, quando, novo' nivel para o seu funcionamento for encontrado.

Liquidar o passado para destruir o futuro?

ERNESTO MARTINS

a propisito de um accumento de discussão

O documento de discussão "Tarefas atuais na DI", apresentado no Interior' com o fito da elaboração de uma"nova estratégia", parte de algumas premissas aceitas de antemão pelos seus autores, embora contradigam a todos os funda—mentos teóricos elaborados pela Organização e aceitos em seus Congressos. Es sa revisão dos conceitos básicos e estratégicos, que se pretende introduzir' dessa maneira pela porta trazeira, apoia—se em duas "teorias" atualmente em voga e aceitas por quase toda a chamada Esquerda Revolucionária Brasileira—a "teoria da dependência" e a da "superexploração". Não dispomos aqui do tem po nem do espaço para entrar no mérito das referidas elaborações teóricas, que pretendem enriquecer a análise teórica da realidade brasileira. Por ora queremos limitar—nos aos argumentos expostos nas "Tarefas". A análise crítica das referidas "teorias" seguirá à parte.

Dependência e nível salarial.

No ponto 1 do capítulo "Dependência e dominação de classe" o documento <u>a</u> firma existir uma "incapacidade do sistema em absorver o descontentamento das massas..., já que lhe é inviável pagar o valor da força de trabalho".

Em primeiro lugar fica-se na dúvida sôbre o que os autores do documento 'entendem por "sistema". Trata-se do sistema da ditadura militar ou estão se referindo ao sistema capitalista no Brasil? Supomos que seja este, pois já na Introdução afirmam que "a dependência coloca a ditadura militar como um' dado estrutural". E essa outra premissa aceita pelos companheiros é um ponto

básico da sua argumentação.

Em segundo lugar temos de perguntar o que é "o valor da força de traba- 'lho"? Como é que se mede este valor em termos tão absolutos, como são estabe

Responderão provavelmente, com Marx, que o valor da força de trabalho consiste na soma dos valores das mercadorias necessárias ao operário assalari — ado para a sua reprodução. Mas, as mercadorias necessárias a reprodução (e seus preços) variam não só de país para país, como no mesmo país em diversas épocas. Isso significa que não existe valor da força de trabalho universal, mas, sim, que varia no espaço e no tempo. Marx, no "O Capital" já fala da "Di versidade dos salários das nações" (Sexta Parte, XX capítulo, 10 livro). Tengels, por sua vez, salienta — tanto em prefácio posterior à "Situação da 'classe operária na Inglaterra", como nas polêmicas com Lassalle — que o va—lor da força de trabalho depende de fatores históricos, sociais e políticos, próprios aos diversos países. E entre esses fatores não desprezíveis cita o grau de organização e de combatividade da classe operária, mencionando especialmente o papel dos sindicatos na elevação dos níveis salariais no decor—rer da segunda metade do século XIX.

Outro fator é o grau de produtividade de uma industria em escala nacional. Evidentemente não no sentido que um crescimento da produtividade leve forço-samente a um aumento salarial. Marx, no mesmo livro "O Capital", falando do movimento salarial num país rejeita a afirmação de economistas burgueses no sentido de que "o salário geralmente sobe e desce de acordo com a produtividade do trabalho". O capitalista não aumenta expontaneamente os salários , quando cresce a produtividade social, mas Marx não deixa dúvida que a produtividade é um fator que possibilita na economia capitalista aumentos reals de salário. Para essa possibilidade tornar-se realidade, pelo menos em uma determinada conjuntura, é necessária a ação da própria clas se operária.

A luta salarial, entretanto, não é mera consequência do desenvolvimento e conômico capitalista. Como mostra Marx, tanto no "O Capital" como também no mais acessível "Salário, preço e lucro", a luta salarial é também um fator e conômico. O grau de produtividade é determinado em última instância pelo nível de investimentos, isto é, pela composição orgânica do capital. Salários crescentes obrigam o capitalista a substituir a mão de obra por máquinas. As lutas salariais, evidentemente não são os únicos fatores que obrigam o capilista a uma constante racionalização do trabalho", isto é, que agem no senti do de uma crescente composição orgânica do capital - a própria concorrência entre os capitalistas é um poderoso estímulo desse processo.

Essas considerações são válidas para o funcionamento da economia capitalista em geral e o surgimento de um capitalismo dependente não alterou as '
leis gerais da acumulação do capital. Se os autores das "Tarefas" afirmam a
gora que a dependência torna "inviável pagar o valor da força de trabalho pa
ra o sistema", eles criam uma contradição suplementar. Como explicam então '
que na história do Brasil em vias de industrialização houve uma fase prolongada (de 1945 a 1964) em que existiu um nível salarial consideravelmente '
mais alto? Pois são as variações nos níveis nacionais dos salários, que nos
permitem falar da valorização ou desvalorização da força de trabalho.

E já que a "dependência coloca a ditadura militar como um dado estrutural" poderia se perguntar porque na referida fase do pós-guerra o sistema funcionava sem ditadura militar?

Ou será que os autores das "Tarefas" chegaram à conclusão que a dependência do capitalismo brasileiro começou em 1964?

Ou, então, a dependência em si, ainda não explica as particularidades da realidade brasileira. Isso se torna evidente, sem grandes ponderações teóricas, se tomarmos o caso do Canadá, por exemplo. O Canadá gerou um capitalismo altamente dependente, não menos do que o Brasil. Basta dizer que cerca de 60% da sua industria se encontra em mãos do capital estrangeiro, principal mente norte-americano. (Exatamente quatro quintos do total dos investimentos estrangeiros). O capital americano domina mais de 70% da produção canadense de petróleo, carvão, borracha e da indústria química, além de 67% da construção de máquinas, 52% da mineração, 50% da indústria elétrica e de máquinas a grícolas e 100% da indústria automobilística. Apesar disso, o Canadá é um dos países de nível salarial mais alto do mundo. Acontece que o Canadá é um país dependente, mas não é um país subdesenvolvido. Não gerou as estruturas internas típicas do subdesenvolvimento, que caracterizam o passado e o presente do Brasil.

Todo o subdesenvolvimento implica em dependência externa, mas a dependência em si ainda não significa subdesenvolvimento, como o pretendem fazer crer diversos representantes dessa corrente. Dependência como sinônimo de subde - senvolvimento - como está sendo usado hoje, torna-se um lugar comum, pois e la é encontrada no mundo capitalista de hoje em todos os níveis. É encontrada inclusive nas relações entre países industrializados. O capitalismo, prin cipalmente em sua forma imperialista, não conhece outras formas de relação, seja na divisão de trabalho ou na cooperação, ou nas suas alianças políticas e militares, do que a submissão do mais fraco ao mais forte e isso evidentemente gera dependência.

Os sociólogos e politólogos da pequena-burguesia, que descobriram o fator da dependência de hoje, fizeram dele uma pretensa fórmula científica, que explica os males do chamado "Terceiro Mundo". É um dos característicos dessa gente contentar-se com formulações gerais. Tão gerais, que de parte deles 'não vimos ainda nenhuma tentativa de análise concreta do caso do Canadá, por exemplo. Mas isso é com eles. Mais grave torna-se a situação, quando companheiros nossos, com uma absoluta falta de critério, começam a aderir a essa moda. E realmente absurda torna-se a situação, quando esses companheiros pro curam derivar dessas "teorias de dependência" uma tática nas lutas salariais.

É verdade que para isso lançaram mão de outra teoria em voga, que também' usa um vocabulário quase marxista. Estamos nos referindo à chamada teoria da superexploração.

Se colocamos em dúvida o seu caráter científico, não é certamente pelo fa to dela constatar que o nosso proletariado está sendo superexplorado, mas pe la construção "teórica", que ergue em torno do fato. Partindo da premissa tá cita da existência de um valor da força de trabalho universal, procura provar, nas melhores tradições terceiromundistas, que o proletariado do capitalismo subdesenvolvido é superexplorado, enquanto o dos países industrializados é "somente" explorado – deixando abertas as portas para uma reabilitação das teses populistas de ontem.

Já prometemos uma discussão desse assunto para outra ocasião. Aqui nos in teressa o fato dos autores das "Tarefas" terem tirado pragmaticamente os **seus** argumentos das duas "teorias" para afirmar que o sistema não pode "pagar o 'valor da força de trabalho".

Cabe a pergunta, também à margem de todas as considerações teóricas, se o capital imperialista, que se fixou no Brasil e que domina pelo menos 35% da economia nacional, ramos industriais chave e as empresas industriais maiores, se esse setor mais dinâmico do capital, que influi decisavamente na política salarial, "não pode pagar o valor da força de trabalho".

Muito pelo contrário, uma das causas que fez o capital estangeiro inves tir macicamente no Brasil sob o regime militar, é o fato dos salários esta rem extremamente baixos (em virtude do"arrocho"), e isso lhe garantir um cor respondente lucro extraordinário. Se a Ford e a VW do Brasil, por exemplo,ex portam peças de carros para suas matrizes, isso barateia os custos de produção nas suas respectivas pátrias. E essas vantagens, entre outras, são conse guidas no Brasil com uma tecnologia de relativo atraso, isto é, com investimentos menores do que seriam necessários em casa, pois o crescimento da composição orgânica do capital áí é incomparavelmente mais lento do que nas metrópoles industriais. Por outro lado, um aumento geral dos salários reais no Brasil, obrigaria tanto o capital estrangeiro quanto o nacional a investir ' mais, à base de uma tecnologia mais adiantada, para compensar o crescimento' do capital variável. A prazo, isso não diminuiria o lucro do capital, mas de imediato prejudicaria o lucro fácil. Aumentaria o espaço de tempo necessário para a circulação do capital e diminuiria a taxa de mais-valia, fenômeno que se dá periodicamente em todos os países industriais. Querer concluir disso . porém, que o sistema não pode pagar "o valor da força de trabalho" é fazer ' um favor a nossa classe dominante. O capital estrangeiro e seus associados ' nacionais agradecem comovidamente...

O que é essencial na questão é que essa construção intelectual, como é apresentada nas "Tarefas", desvia completamente do problema fundamental, que' a luta de classes no país coloca e que é primordial para nós, como revolucio nários. Trata-se da situação objetiva da classe operária no seio da sociedade brasileira. Trata-se basicamente do fato do proletariado não ter revelado um grau de organização e de combatividade para se opôr à queda radical do seu nível de vida, que chegou a atingir 30 e 50%, conforme ano e cálculos. Trata se igualmente do fato do proletariado brasileiro não ter revelado força, tam bém, para aproveitar a posterior expansão econômica e a escassez de mão de o bra para melhorar sensivelmente a sua situação, apesar do constante aumento da produtividade industrial. A falta de um movimento de resistência de massa contra a baixa do nível de vida tornou impossível criar um ponto de partida para a mobilização política proletária contra a ditadura militar.

O golpe militar de 1964 e a subsequente política de "arrocho" salarial , foram resultados da crise econômica, que o capitalismo brasileiro sofreu na década de 60. A crise cíclica da superprodução juntou-se o fenômeno estrutural do esgotamento da fase de substituição das importações, chegando a veri-

ficar-se uma queda da renda per capita.

Em todas as crises econômicas, a classe dominante procura descarregar o ônus nos ombros largos da classe operária. E. pelo menos no início o conse que geralmente. Vimos isso há pouco de novo, nos EUA e na Alemanha Ociden- ' tal. O crescimento de desemprego, o medo dos operários de perder o lugar de' trabalho, descrientam a classe e a fazem aceitar sem lutas maiores uma diminuição dos seus salários reais.A burquesia brasileira, (e isso inclui o capi tal estrangeiro) em 1964, não se satisfez com uma reação conjuntural do mercado de trabalho. O sacrifício que impôs ao proletariado brasileiro exigiu ' medidas extra econômicas. Temos que ver, porém, que a burguesia pôde tomar ' e sustentar estas medidas durante um período tão prolongado, devido ao baixo grau de organização e de amadurecimento político do proletariado na fase anterior a 1964. O proletariado brasileiro, ao contrário do argentino, por e xemplo. (que politicamente se encontrava há pouco ainda, num nível semelhante - o do populismo) não tinha criado ainda nem uma consciência sindical. A peração dos operários de 1964 não sabia o que eram sindicatos operários livres. Somente o proletariado chileno sofreu uma queda semelhante do seu ní vel de vida, mas para isso foi necessário um banho de sanque, como não o conhecemos no Brasil.

Este fator, o do grau de amadurecimento como classe (ou a falta dele), do proletariado brasileiro, que determinou também a situação durante toda a 'clandestinidade, representa um problema fundamental para a nossa atuação e determina os nossos conceitos estratégicos e as nossas táticas. Temos que 'ter consciência do fato que nenhuma mobilização política de classe se dará, 'enquanto o proletariado não se levantar contra sua situação material. Esta 'afirmação não é"economicismo", como podem alegar os autores das "Tarefas" e, sim, uma experiência das lutas de classes em escala mundial. "Economicismo" seria querer satisfazer-se com as lutas econômicas e, dentro das tradições 'ideológicas de ontem, deixar a política para a burguesia ou pequena-burguesia, como fazem os adeptos das "plataformas democráticas" e os que recomendam o voto em candidatos do MDB. Esse, evidentemente, não é o nosso caso.

A propósito de uma "reavaliação".

O que pretendem os autores das "Tarefas" com o enriquecimento duvidoso ' das bases teóricas da Organização? Tornam-se mais explícitos, em seguida, qua<u>n</u> do declaram:

"Antes de mais nada, esta questão tem que ser enfrentada do 'ponto de vista de uma reavaliação do lugar que vem ocupando '... a Vanguarda Proletária".

Em que consiste essa reavaliação do lugar da vanguarda? Ou, em outras palavras: o que é necessário para mudar a situação atual? A resposta não conhe ce dúvidas: precisamos de uma estratégia certa:

"E nesse campo, a primeira questão a ser levantada é quanto à ausência de uma estratégia e sua substituição por uma fluida' "linha estratégica".

Os autores das "Tarefas" passam por cima de toda a argumentação apresenta da na ocasião, quando nós nos decidimos pela formulação da "linha estratégi ca". Não precisamos repetí-la aqui, pois esperamos que as bases tenham acesso aos documentos durante os debates. Queremos lembrar somente que salienta mos a necessidade de um fundamento material para uma estratégia. Assinalamos que somente um partido operário, que tenha de fato um "exército proletário"' atrás de si está em condições para isso. Uma pequena vanguarda teórica, à margem do proletariado, que ainda tinha de encontrar o caminho à classe, não' podia fazer mais do que elaborar uma "linha estratégica" no quadro de um pro cesso social e histórico, que estava se dando perante os nossos olhos: o do amadurecimento da classe, das penetração das categorias marxistas no proleta riado, que levaria a uma fusão do marxismo revolucionário com o movimento T operario vivo. Somente quando este processo atingir um ponto, em que der luoar à criação de um partido revolucionário de classe, então teremos atingido um nivel, em que se pode falar de estratégia propriamente dita. As "Tarefas" acham esta linha estratégica, dentro da qual temos de atuar, no sentido da ' conscientização e aceleração do processo, "fluida" e "espontaneista". Mas a sua opção por uma "estratégia" não passa de uma profissão de fé. Podem tam bém satisfazer os militantes de um grupo reduzido e criar uma compensação pe la sua falta de influência real. Mudar algo ne situação existente no país, T não mudam.

O problema cardeal para os nossos companheiros parece ser o da "penetração", problema que eles interpretam, entretanto, de uma maneira toda particular:

"...penetração como permanente, como tarefa constante, como '
uma linha evolutiva, linha que substitui o papel da estratégi
a e da tática ..."

E mais adiante:

"Trata-se de ter os quadros, que façam a penetração. Mas a penetração não é um objetivo. É uma linha genérica."

A confusão está óbvia. Na primeira parte acusam a Organização de ter visto a penetração como "tarefa, que inclusive devia ser feita" pelos quadros.' Simultaneamente alegam que não se trata de um objetivo e sim de uma "linha ' genérica".

Acontece (e os companheiros deviam saber disso), que a penetração como ta refa da Organização, a ser realizada pelos seus quadros, é uma invenção exclusiva da fase ultra-esquerdista, que se iniciou em 1970. Fato é que até es ta fase do voluntarismo desenfreado (que os companheiros alegam combater), a penetração, a consequente fusão e o surgimento de um partido revolucionário do proletariado, representavam os objetivos estratégicos dessa etapa das lutas de classe no Brasil. Não podiam ser "tarefa" de um reduzido grupo de revolucionários, porque se tratava de uma mudança qualitativa nas relações de classes da sociedade, que estava se dando independentemente da existência 'das vanguardas teóricas existentes. O próprio surgimento destas vanguardas podía ser resultado desse processo social, e elas, por sua vez, podíam acele rá-lo (na medida em que se mostrassem à altura), mas o seu próprio futuro, T sua transformação em vanguarda real da classe ou, pelo menos do seu setor 's

mais adiantado, dependia do ritmo do amadurecimento objetivo do proletariado,

Que os autores das "Tarefas" nunca entenderam esta problemática, definida nos primeiros Congressos da Grganização (e que agora pretendem "abolir"), 'eles demonstram quando afirmam:

"E façamos justiça, o PTCP não faz mais do que seguir esse 'mesmo raciocínio, do que tentar responder a esse "como pene trar" e pagou aí o seu tributo: canais de expressão, trabalho legal, enfim o "vale tudo", já que não é no campo da estratégia e da tática que está situada a discussão, mas sim no campo de como levar a "linha" da penetração ."

O que o PTCP fez, foi em primeiro lugar, ignorar completamente as mudan - ças que se tinham dado na situação e nas condições da luta, depois de 1969/1970. Partindo da premissa do "descenso provisório" e da "criação de um polo proletário, que se reflita na sociedade toda", justificava esta ofensiva vo - luntarista com o manto ideológico da "penetração" como "tarefa". Mas, se for o caso de fazer justiça, temos que ver que os autores do PTCP não revelaram' incompreensão maior frente ao problema geral do que atualmente os das "Tarefas".

É preciso salientar ainda que, além da colocação voluntarista do problema da penetração, os companheiros em 1970, não viram que a conjuntura inaugurada pelo Ato 5 tinha colocado definitivamente os objetivos estratégicos a uma distância maior. E isso se deu justamente, porque o processo não é constante nem evolutivo, passa por saltos qualitativos, mas também sofre revezes. A re pressão e a consolidação da ditadura militar não conseguiu evidentemente eliminar os objetivos estratégicos da luta de classes, nem torná-los superados. A problemática fundamental da luta perdura: a criação de um proletariado independente, capaz de liderar os trabalhadores do campo e as demais camadas ' potencialmente revolucionárias do país. O ritmo do processo, entretanto, sofreu uma interrupção. Reprimido, ele terá de irromper com violência redobrada no futuro, mas durante anos, a classe ficou paralisada.

E aqui chegamos à outra questão, que contribuiu para as confusões surgi — das. Na terminologia usada pela Organização, constavam dois termos, que en — tretanto não eram usados como sinônimos. Trata—se da já conhecida "penetra — ção" e de "enraizamento". Este, sim, era tido como tarefa da Organização. 'Criar raízes no proletariado, formar quadros operários no seu meio e mudar 'sua composição social pequeno burguesa, isto eram tarefas vistas como primor diais para a Organização, se esta pretendia realmente desempenhar um papel' na classe operária.

De fato consideramos o enraizamento na classe uma tarefa constante e contínua para uma vanguarda, restrita que seja, mas que pretende crescer e se ' desenvolver conforme princípios leninistas de organização, pelos quais operá rios e intelectuais revolucionários criam uma linguagem comum e se dedicam a luta comum, à base de um centralismo democrático. Na organização bolchevique por exemplo, a percentagem dos operários nunca baixou a menos de 60%, e isso foi considerado o mínimo necessário para a vanguarda não perder os laços com a classe.

Aliás, refletindo bem, é de se perguntar se se trata realmente de simples confusão, já que nas "Tarefas" tais preocupações, como as que acabamos de apresentar, são caracterizadas como "desvio obreirista". De todas as acusa - ções contra a POLOP levantadas nas "Tarefas" - e que não são poucas - a do ' "obreirismo" provavelmente nos tenha surpreendido mais, considerando de que lado vinha. É verdade que atualmente a Organização valoriza muito os seus elementos "integrados", mas estes não podem substituir os quadros operários. Qualquer tentativa neste sentido seria querer transformar um mal necessário em virtude. Afinal, as palavras de Marx que "a emancipação dos operários só pode ser obra deles próprios", é mais do que um desfecho para textos festi - vos. Resumem a essência da concepção materialista da história contemporânea.

Não muito menos surpreendente torna-se a acusação de "propagandismos", lan cada igualmente nas "Tarefas". Essa, nem sequer procura-se fundamentar, a Tarefas ser mediante uma vaga crítica à "palavras de ordem propagandisticas", que em si não é muito clara, pois não esclarece se as objeções são feitas em princípio ou em relação a casos determinados. O modo de colocação do problema, porém, revela uma assustadora ignorância dos meios de luta ideológica de comunistas. A propaganda é o pão de cada dia de qualquer vanguarda real mente comunista, que pretende influir sobre as massas, combater as influências ideológicas burguesas no seu meio, educá-las e conscientizá-las. Como se daria a mudança qualitativa de uma massa trabalhadora, que ainda se encon tra no nível do populismo? Por obra do Espírito Santo, por acaso? Mas não é gratuitamente que os autores das "Tarefas "têm tanta dificuldade para compreender o processo de conscientização da classe e do papel que nele teriam a desempenhar.

Lenin, por sua vez, durante os debates em torno das Teses de Abril, foi 'acusado por Kamenew de querer transformar "um partido de massas" em um "grupo de propagandistas". Respondendo, referindo-se à situação concreta de então, (abril de 1917) o dirigente bolchevique perguntou: "Neste momento presente, a atuação dos propagandistas não representa justamente o eixo das atividades, afim de livrar a linha proletária do delírio pequeno-burguês da defesa da pátria?" E finalisando a sua polêmica contra Kamenew, constata laconicamente: "É deveras pouco apropriado querer falar com menosprêzo de um "grupo de propagandistas" da linha proletária".

Qual seria a alternativa?

Depois destas excursões no terreno da estratégia, e da propalada falta de estratégia, era de se esperar que o documento de discussão procurasse formular uma alternativa viável: Veremos o que apresenta.

Para superar a "linha fluida" começa a redefinir certas categorias fundamentais, com as quais a Organização operou no passado. Dedica-se primeiro 'aos Comitês de Empresa. Tomando como ponto de partida o documento "Formar a Vanguarda Proletária", que descreve os Comitês como <u>órgãos de representação'da classe operária</u>, formados nos lugares de trabalho, não partidários e representativos e que por isso mesmo têm que refletir o nível de consciência '

do proletariado, as "Tarefas" objetam:

"Primeiro, que essa é a definição de um órgão sindical. Um' órgão sindical também é representativo, e não partidário, 'tanto como o comitê. O que diferencia o comité de um órgão sindical não é que o primeiro se assenta na fábrica, pois 'isso é apenas a diferença entre o comitê e o sindicato primitivo tal como ele historicamente se constituiu. Mas é em relação ao caráter da Luta sindical que, principalmente, ca beria ter demarcado a diferença específica do comitê. Pois tanto em Lenin (por consequência na III Internacional) como em Gramsci, o que específica o comitê é o seu papel do controle operário da produção, de órgão de auto-gestão operário, reproduzindo ao nível da fábrica a consciência de clas se, como "célula da futura sociedade comunista".

Disso as "Tarefas" concluem que existem dois órgãos diferentes do pro - letariado: Comissões Operárias e Comitê de Empresa e que nós não fizemos ' mais do que propagar a formação de Comissões. Citando uma resolução do 2º Congresso da Internacional Comunista, que lança a palavra de ordem do Controle Operário de Produção, o documento conclui que sem a luta por esse de signio, não se pode falar de Comitês, que já são um órgão de luta política que travam essa luta sob a direção de uma vanguarda. As Comissões, por sua vez, nunca podem ultrapassar o nível da luta econômica, já que são marca das pela sua origem espontânea e tampouco podem dar o salto qualitativo de se transformar em Comitês. Assim, prosseque:

"Portanto, o Comitê de Empresa descrito no FVP é. na verdade, um órgão sindical de luta, diferente da estrutura sindi cal, mas tendo como caráter a luta sindical; neste sentido' não se diferencia das Comissões, que surgem espontaneamente como canal de luta ao nível das massas, refletindo o fato.' de que, aqui, a luta econômica, salarial ("sindical". neste sentido), vai diretamente, imediatamente contra o contrôle' político. (? EM) Evidentemente que o Comitê nasce da luta ' espontânea, e, portanto, dos canais que essa luta espontâ nea assume, Mas entre uma coisa e outra há um salto de qualidade, salto que só pode ter claro se se toma como critério a própria qualidade do Comitê, aquilo que se visa com ' ele. E, ao contrário, o FVP, vê apenas uma linha evolutiva: 'se tornará político (o comitê - EM) e instrumento de lutas políticas na medida em que se forma e manifesta a consciência política do nosso proletariado'."

A redação nem sempre ajuda à compreensão das exposições, mas isso não' é culpa nossa. O que mais dificuldades causa a eles, é a relação entre luta econômica e política do proletariado e, consequentemente, a formação '

da consciência de classe, mas vamos por pontos.

Em primeiro lugar, a afirmação que o Comitê, tal como é descrito no 'FVP, não passa de um órgão sindical, pois o sindicato também é representativo e não-partidário, revela uma lógica estranha, para não dizer "formal." Da mesma maneira poderia dizer-se que a Comuna de Paris ou o Soviet de Petrogrado, não passavam de órgãos sindicais, pois também eram representativos da classe, além de não partidários, e terem surgido espontaneamente.

Dito de passagem, há na primeira citação, uma afirmação evidentemente errada, que pode ser resultado tanto de um lapso como de desconhecimento de causa. Os primeiros sindicatos surgiram em fábricas, eram sindicatos fabris. Portanto não se trata de uma "diferença entre comitê e sindicato primitivo" e, sim, de uma semelhança.

Em segundo lugar, mostra a maneira com que os companheiros citam Lenin Gramsci e a Internacional uma absoluta incapacidade de compreender a' dialética da luta de classe, quando querem provar que o Comitê de Empresa' só merece esse nome quando luta pelo "controle operário de produção". Usam aí um recurso muito simples: citam textos escritos numa situação revolucio nária na Europa Ocidental (Lenin no 2º Congresso da IC e Gramsci durante ' as ocupações de fábrica na Itália do Norte), e as codificam como verdades' eternas, válidas para todas as situações e em todos os lugares. Dessa mane ira tiram o Comitê do contexto da luta viva de uma classe e o transformam' em um princípio abstrato (ou uma receita). Isso, evidentemente não poderia ter sido a intenção de Lenin nem de Gramsci. Se os autores das "Tarefas" ' tivessem lido com mais atenção a referida resolução do 2º Congresso da IC e não interpretado de modo tão voluntarista, teriam encontrado outro trecho' do próprio texto, que explicitamente diz o seguinte:

"O empenho pela criação de Conselhos de Empresa, (isto é, 'comitês.EM) que está se desenvolvendo entre os operários de diversos países, em escala crescente, parte de motivos os 'mais diversos ... mas desemboca finalmente na luta pelo 'controle da indústria, a tarefa histórica específica dos 'Conselhos de Empresa (destaque meu. EM)".

A resolução diz claramente que <u>desemboca finalmente</u> na luta pelo controle da indústria, mas se <u>inicia pelos motivos os mais diversos</u>. Não esta belece esta diferença mecanicista (nem aí nem em outro lugar qualquer) entre órgãos que iniciam a luta e órgãos que finalmente levantam a bandeira do controle da produção. No meio tempo há todo um desenvolvimento qualitativo dos comitês, que só pode ocorrer na medida em que se dá uma mudança qualitativa da atuação da classe que representam. E este desenvolvimento, evidentemente, não pode ser "evolutivo", como pretendem compreender os nos sos companheiros, mas marcados por ascenções, baixas e saltos. Sinal é que os próprios comitês não conhecem continuidade assegurada. Se formam e desa parecem de novo, para ressurgir em outra fase da luta.

Terceiro, o caráter extremamente voluntarista do esquema apresentado pe

los autores do documento salta aos olhos quando afirmam que a diferença entre Comissão e Comitê se torna clara "se se toma como critério a própria qua lidade do comitê, aquilo que se visa com ele ". Mas a"qualidade" de um Comitê não é determinada pelo que "se visa", (provavelmente o que visa um inte electual revolucionário, sentado diante de uma escrivaninha tranquila).Orgãos de luta de classe são produto de uma necessidade social e só podem surgir à base dessa necessidade e do nível das lutas. Nossa tarefa é saber distin quir o nível da luta para ajudar a classe a criar as formas de organização, que ela é capaz de criar nessa fase determinada. Nós não inventamos os ór qãos de representação da classe. Todos eles surgiram espontaneamente.

Fato é que a diferença entre Comitês e Comissões,como as "Tarefas" a apresentam, não existe. Trata-se de um esquema subjetivista, que não tem ligação nenhuma com a realidade das lutas de classe internacionais e muito menos com a nossa experiência. Se os órgãos de representação nos lugares de trabalho se chamam de "Comitês", "Comissões" ou "Conselhos", isso ainda não deduz nada sobre o seu conteudo. Não são órgãos sindicais pela sua natureza, mas terão evidentemente também de cuidar de problemas salariais nos lugares onde sindicatos operários não existem ou onde se tornaram tão reformistas, que não cuidam nem desse aspecto da luta.

Em Portugal existem Comissões e Comitês lado a lado e suas funções não se distinguiram por isso. Ambos surgiram em protesto à atitude dos grandes partidos e dos sindicatos frente as reivindicações da classe. Na Espanha, as Comissões Operárias, que durante anos foram a espinha dorsal da luta do setor "mais adiantado do proletariado, evidentemente eram mais do que "órgãos sindicais", embora o PCE, em virtude da sua colaboração com partidos burgueses, "tente reduzí-las a isso. É duvidoso se o conseguirá. O Português não consequira.

Preocupados em construir um esquema próprio, os companheiros revelaram 'completa cegueira frente a um dos problemas fundamentais no que diz respeito a órgãos representativos de base da classe operária. Trata-se dos órgãos de' "duplo poder".

Comitês ou Comissões, ou como se possam chamar indiferentemente nos diver sos países, se distinguem qualitativamente desses órgãos de nível superior , que não representam somente a classe operária, mas que colocam em cheque a máquina estatal da sociedade exploradora. Os <u>soviets</u> na Revolução Russa vito riosa, os <u>raete</u> na Revolução espartaquista alemã derrotada, que podem igualmente sustentar nomes diversos em países diferentes, surgiram como órgãos de insurreição em potencial e ao mesmo tempo como formas de organização básica' do futuro poder proletário.

Como todos os órgãos representativos, os do"duplo poder" também surgem como não partidários. Os revolucionários ainda tem que conquistar a maioria no seu meio, para torná-los em condições de tomar o poder e dar o golpe de mise ricórdia à máquina estatal burguesa. Também eles surgiram como produto espontâneo de lutas operárias. Formaram-se tão espontaneamente que os bolchevi- ques, na revolução de 1905 desconfiaram do novo fenômeno e levaram certo tem po para reconhecer o seu caráter revolucionário. Na Europa Central, em situa ção revolucionária, o proletariado formou os órgãos de duplo poder diretamen-

te sob a influência da Revolução Russa. Surgem somente em situações revolucionárias. Na fase da política ultra-esquerdista da IC, em situação não revolucionária, nenhum PC conseguiu a criação de soviets, apesar de se empenhar por isso.

Os soviets (como chamaremos genericamente os órgãos de duplo poder), distinguem-se qualitativamente dos Comitês e Comissões da mesma maneira como se distingue qualitativamente um proletariado, que luta diretamente pelo poder, de um que ainda luta para melhorar a sua situação no quadro da sociedade capitalista. A experiência mostra também que Comitês e Comissões e o que mais existir nesse nível não podem substituir os órgãos de duplo poder, pois são formados sob outras premissas. Chile e Portugal confirmaram novamente essa experiência. Em ambos os países não faltaram minorias revolucionárias, que tentaram mobilizar os órgãos de co-gestão para colocar a questão do poder.Fa lharam porque a classe operária dos dois países estava ainda impregnada de lusões democrático-legalistas sobre o caminho ao socialismo.

Se entramos mais detalhadamente nessa questão é porque a experiência nesse campo já é realmente rica e todo comunista, que mereça este nome, tem a <u>o</u> brigação de se aprofundar nela. Mas voltemos ao Brasil.

A consigna da formação dos Comitês de Empresa foi lançada pela Organiza ção em 1962, ainda nos tempos da "legalidade". Nos nos decidimos pelos Comitês e não por Comissões, porque aqueles tinham precedentes na lutas de classes no país. (Na prática não fincamos pé na questão da terminologia). Não ' inventamos, portanto, esses órgãos de representação. Estudos empíricos das ' formas de luta criadas pelo proletariado brasileiro nos mostraram como os operários de fábrica formaram seus Comitês de Greve em tempos legais e semi legais. O que podiamos visar (depois de prolongadas discussões com operários ligados à produção) era a institucionalização desses órgãos de classe, pelo' menos durante espaços de tempo maiores. Lançamos naquele momento os Comitês' como palavra de ordem de propaganda pois não tinhamos força física para mais. nem o nível das lutas de classe de então prometia perspectivas imediatas de sua realização. De fato o primeiro Comitê de Empresa, naquela fase, do qual' tivemos conhecimento, se criou em Jundial, em 1967, sem a nossa interferênci a direta. Osasco e Contagem vieram depois. A experiência mostrou a justeza T da análise e do método da Organização, o que lhe permitiu exercer um papel ' e uma influência, que ultrapassou de longe a sua importância numérica.

Os autores das "Tarefas" não analisam dessa maneira, nem fazem uso desse' método. Um exemplo valioso da sua atitude na questão é parecer que dão sobre a greve de Osasco:

"em Osasco, as Comissões de Fábrica serviram de base a uma oposição sindical (representativa no caso) que chegou a ganhar
as eleições, passando então o sindicato a servir de reforço '
às lutas nas fábricas por aumentos salariais, passando o sindicato à assumir a greve, etc. Mas na verdade se fícou nos li
mites do atrelamento. E com isso a luta não ultrapassou os li
mites econômicos, enfraquecendo-se, isolando-se do conjunto da classe, e sendo em seguida atacada pelo aparelho repressivo.

A situação no sindicato foi vista como reforço à luta econômica e não como <u>luta política</u>, como luta contra o atrelamento, e portanto contra a ditadura e pelo Governo dos Trabalhadores, O que se coloca, portanto é que ao <u>mesmo tempo</u> em que a vanguarda deveria estar colocando tarefas do controle da produção que transformassem a qualidade da consciência e da organização da fábrica, nesse mesmo processo teria que estar colocando a participação no sindicato como luta contra o atrela mento, tomar o sindicato nas eleições e assembléias, para rom per com seus limites: não aceitar a negociação com o governo, não aceitar a divisão em categorias e regiões, fazendo da luta no sindicato contra o atrelamento, uma luta pela central operária, pela unificação (orientada politicamente então) da organização das fábricas."

E daí em diante, daí para fora. É muita coisa que os autores das "Tarefas" querem (hoje) dos operários de Osasco e é muita coisa que pretendem da vanguarda, nas condições em que se realizou aquela greve. Mas, infelizmente, o retrato fornecido não tem absolutamente nada em comum com a realidade de então.

Em primeiro lugar, as "Tarefas" querem dar a impressão que a greve falhou por ter sido "economicista" e que por essa razão a luta enfraqueceu-se e iso lou-se "do conjunto da classe, sendo em seguida atacada pelo aparelho repres sivo". Quer dizer, aqui se dá a entender que o conjunto da classe estava T mais adiantado do que o comando da greve, disposto a uma luta direta e frontal contra o governo. E que foi por causa dessa contradição, que a greve pôde ser reprimida.

Justamente o contrário é verdade. O proletariado de Osasco entrou em greve por motivos salariais, forçado pela sua situação econômica. Evidentemente, os operários eram contra a ditadura, pois sentiam o "arrocho" na própria car ne, mas assim mesmo não estavam dispostos a levantar outras reivindicações, fora das salariais para não fornecer pretextos à repressão. Qualquer tentativa de fazê-los levantar reivindicações políticas, teria abortado a greve de saída. Apesar disso, não se pode afirmar que a greve não tenha tido caráter político. O simples fato de operários entrarem em greve e ocuparem as fábricas já era um desafio político ao regime e foi interpretado como tal.

Quando se lê a lista das reivindicações, que as "Tarefas" levantam, podese imaginar o modo da sua elaboração, - seus autores reunidos em torno de uma mesa, olhando-se mutuamente e perguntando: 'Que mais precisa uma greve ,
para ser revolucionária?'.Acontece, porém, que as reivindicações dos operários, pelas quais estão realmente dispostos a combater, são uma coisa (que
qualquer revolucionário saberá respeitar), outra coisa são as reivindicações,
que a vanguarda pode levantar entre os operários, em forma de palavras de or
dem educativas e propagandísticas. Nenhuma vanguarda consciente, entretanto,
se prestaria à organização de uma greve, sem conhecer bem o nível de reivindicações dos operários e não procurará impor outras, que as isolem da massa
ou criem um confronto.

Qual era o sentido da greve de Osasco? Em primeiro lugar, fazer da luta '

comum um instrumento da criação de solidariedade e de organização do proleta riado. Essas lutas parciais são vitais para o amadurecimento da classe. Nesses sentido e na situação reinante naquele momento, quando a classe operária estava atomizada, Osasco foi um progresso imenso. Mas, tudo isso ainda não esgota a significação da greve. Tratava-se naquele momento de dar um exemplo de luta ao proletariado de São Paulo - e do país. Osasco, um suburbio da metrópole industrial, dispunha de um proletariado mais novo, formado em parte de nordestinos e retirantes e que por isso tinha um caráter mais rebelde. Mas o proletariado de São Paulo, propriamente dito e do ABC ainda não tinha entrado na luta. (A esperada repercussão não surgiu em virtude da rapidez e da violência com que a repressão aglu).

Quais foram de fato os erros cometidos em Osasco? Em primeiro lugar, pode se colocar a questão, se a ocupação das fábricas se justificava naquelas cir cunstâncias. Tendo em vista o grau de organização e de experiência do proletariado de Osasco, acreditamos que não. Não correspondia às relações de força existentes. Em segundo lugar, os responsáveis pela greve tinham de contar com a repressão e preparar um esquema para essa eventualidade previsível. Na realidade houve uma debandada, quando as tropas ocuparam as fábricas. Em ter ceiro lugar, houve falhas de organização, ligadas ao papel do sindicato. Ā direção da greve, ou melhor, o grupo que estava preparando a greve utilizou' o sindicato (em virtude da vitória da oposição sindical) para a mobilização! das fábricas. Isso foi plenamente justificável, no sentido de combinar recur sos legais com clandestinos. Erro absoluto, entretanto, foi fazer da sede sindical o centro dos Comitês de Empresa com a direção da greve. A ocupação do sindicato pelas forças da repressão destruiu toda a rede de contatos e ' contribuiu para a debandada geral. Finalmente, o erro fundamental e que é ' responsável em grande parte pelas demais falhas, é o fato da greve ter sido' planejada, de fora, dentro de um esquema militarista. Quem dominou a direção da greve de Osasco, foi um grupo chegado ao VPR, que via na greve uma preparação para a "luta armada". Isso incluia a defesa armada das fábricas pelos' operários até os planos rocambolescos das "grevilhas". Esse plano evidente mente condenou a greve de antemão, limitou a ação dos Comites de Empresa, que em sua maioria não sabiam das segundas intenções da "vanguarda" e impediu i+ qualmente uma tática proletária depois da greve.

Hoje há uma autocrítica generalizada da fase militarista, mas isso não 'significa necessariamente uma opção por uma linha proletária. Destaca-se aí a análise dos acontecimentos de então, dada por José Ibrahin, um dos dirigentes responsáveis pela greve de Osasco, em "Campanha", edição de Santiago de Chile (10 e 11, de 1973), do qual citamos retraduzindo do espanhol:

"... havia o problema da visão política, que influiu na decisão política de antecipar a greve planejada para novembro e ' na forma de encamínhá-la. A "esquerda estava marchando para o foquismo", uma concepção esquerdista da revolução baseada em ações armadas. E sofremos a influência das polêmicas que se ' davam na esquerda, mas sem que nenhum desses setores, que se definiu pela luta armada, oferecesse uma alternativa para o movimento de massas.

Na minha opinião, o que realmente destruiu a organização in terna nas fábricas de Osasco, foi a política das organizações armadas de tirár os melhores elementos do trabalho de movimen to de massas, gastando-os na dinâmica interna da organização. Creio que esse foi o fator mais importante, pois em uma conjuntura desfavorável é possível continuar o movimento, embora seja necessário mudar os métodos de luta e as formas de organização. No refluxo a repressão desencadeada em Osasco teve ' importância, mas não foi o aspecto decisivo na desarticulação do movimento".

€ uma autocrítica homesta e que atinge o cerne da questão, enquanto que a "crítica" dos nossos companheiros ignora simplesmente os problemas da greve.

Luta econômica e luta política

Já mencionamos que uma das dificuldades principais dos autores das "Tarefas" é compreender as relações entre luta econômica e luta política. Não que remos passar por cima dessa questão vital sem pelo menos tentar uma aborda — gem do método marxista, tal como a Organização sempre o aplicou no passado . Depois voltaremos à argumentação do documento.

O próprio Marx, muito cedo começou a enfrentar o problema, que se impôs 'em virtude da sua importância prática. Numa de suas primeiras obras "marxistas", na sua resposta a Proudhon, "A Miséria da Filosofia", escreve ele no capítulo "Sobre as Coligações":

"As primeiras tentativas dos operários de se associarem tomam

sempre a forma de coligações.

A indústria junta num só lugar uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência as divide; mas a manutenção do salário, êsse interesse comum, a une facé ao seu ' patrão, a une com o propósito comum da resistência - a coliga ção. Assim, a coligação tem sempre uma dupla finalidade, a de superar a concorrência dos operários entre si, a fim de poder fazer uma concorrência geral aos capitalistas. Se a primeira' finalidade da resistência não passava da manutenção dos salários, na medida em que os capitalistas por sua vez se unem ' com o fito da repressão, as coligações, a princípio isoladas, se agrupam e em face dos capitalistas unidos a manutenção da! associação se torna mais urgente do que a dos salários. Isso' É tão verdade, que os economistas ingleses estão surpreendi dos em ver que os operários dedicam grande parte do seu salário às associações, que aos olhos dos economistas só foram ' criadas em função dos salários. Nessa luta - verdadeira guerra civil - unem e se amadurecem todos os elementos para uma futura batalha. Uma vez atingido esse ponto a coligação toma carater político.

As condições econômicas inicialmente transformaram a massa da população em operários. O domínio do capital criou para essa' massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe frente ao capital, mas ainda não para si.'

Nessa luta, da qual esboçamos somente algumas fases, essa mas sa se torna coesa, constitui-se como classe para si. Os interesses que defende, tornam-se interesses de classe. Mas, a lu ta de classe contra classe é uma luta política."

Isso foi escrito no início da luta, que o próprio Marx travou e se inspira visivelmente na fase remota das lutas do proletariado inglês, no início ' do século passado, como já indica a terminologia usada. Ainda não entra nas ' formas orgânicas, que essa luta toma (sindicatos, partidos) e o autor salien ta que esboçou "somente algumas fases", mas são fases vitais, que se repetem na história, sempre que uma nova classe operária surge no cenário. E para ' quem viveu semelhante surgimento de um proletariado, o esboço toma formas e conteudo.

Se porém para os companheiros mais novos as definições de Marx continuam¹ abstratas, aconselhamos o estudo de uma experiência mais conhecida, a do sur gimento do movimento operário russo, cujo material é mais divulgado e citado. A conhecida obra de Lenin, "O que fazer?", por exemplo, reflete os problemas da formação da jovem classe operária russa, embora isso nem sempre seja compreendido pelo leitor de hoje.

A classe operária russa começou a travar as suas primeiras lutas no século XIX. Greves esporádicas surgiram principalmente no fim do século, contra condições de trabalho, que hoje se chamaria de "superexploração". Salários baixíssimos, que não cobriam as necessidades imediatas de vida, dia de trabalho de 13 a 15 horas e praticamente sem nenhuma assistência social. Essas greves se davam sem organização, mesmo sindical, sem caixas de greve e, por muito tempo, sem apoio de fora. A última das greves nesses moldes realizouse em 1896, em Petersburgo, con 40 mil operários texteis paralizando o trabalho. Ao lado de reivindicações salariais, constava a de redução do dia de trabalho para 10 horas e meis. A greve foi reprimida, mas representou um mar co, não só pelo número de participantes, que era um fato inédito, mas também por se tratar da última greve realizada nessas condições. Um ano mais tarde, os mesmos operários texteis já tinham criado um mínimo de base sindical, vol taram à greve e a ganharam. Conseguiram, entre outras, a redução das horas de trabalho para 11 e meia por dia.

Assim mesmo levou cinco anos, até surgir outro movimento de greve comparável. Em 1902 deu-se a greve dos operários de petróleo no Cáucaso e em seguida a greve geral em Rostow no Dom. 1903, greves gerals se deram em cito cida des do sul da Rússia. Em 1904, dá-se a greve geral de Odessa.

No mesmo ano inicia-se a guerra com o Japão e o movimento decai temporari amente, mas já em janeiro de 1905 dá-se uma greve de solidariedade na fábrica Putilov, em Petersburgo, em virtude da despedida injusta de dois operários. Em poucos días o movimento abrange 140 mil operários e as reivindicações começam a tornar-se políticas. Ainda no decorrer do mesmo mês, as tropas do tzar abrem fogo sobre um cortejo de 200 mil operários desarmados e assim se inicia a Revolução Russa de 1905.

Essa visão panorâmica, evidentemente contêm mais um aspecto essencial, o' da formação do partido político.

A social-democracia russa surgiu ainda na década de 80 do século passado, como movimento de intelectuais. Evidentemente ainda estava longe de ser um partido. Segundo Lenin essa primeira fase durou aproximadamente de 1884 a '1894, durante a qual "a social-democracia existiu sem movimento operário". 'Não só porque os seus adeptos ainda podiam "ser contados nos dedos", mas tam bém porque a classe operária ainda não tinha despertado.

A segunda fase, Lenin a descreve como sendo de 1894 a 1898. É essa a ocasião em que a social-democracia se expande rapidamente pelas cidades e cen tros industriais russos. Expande-se sob a forma dos "círculos", grupos de in telectuais e estudantes, que procuram entrar em contato com operários de fábricas. O instrumento principal é a literatura de "denúncias". Jornais e volantes denunciam condições de trabalho e abusos flagrantes dos patrões, à ba se de uma correspondência das fábricas ou mesmo redigidos por operários com a ajuda de intelectuais. As denuncias visam chamar a atenção dos operários ' para suas condições de existência, despertar a sua resistência e estimular a movimentação da classe. A atuação dos círculos coincide com o surgimento de um mínimo de organização clandestina nas empresas, em função das greves. A segunda greve de Petersburgo, por exemplo, já se dá com a colaboração ativa! de circulos. Essa segunda fase tem dois resultados. Em primeiro lugar traz o perários para dentro dos cículos revolucionários e com isso permite uma atividade contínua e mais sistemática no meio da classe. Apesar das imensas per das verificadas, em virtude da inexperiência dos novos revolucionários, a so cial-democracia consegue enraizar-se na classe. Em segundo lugar permite a penetração de propaganda marxista nas massas, muito além da presença física! dos circulos e cria, num primeiro nível, a fusão da então social-democracia' com o movimento operário existente. (A fusão definitiva se daria durante a Revolução de 1905).

Essa segunda fase esgotou-se na medida em que seus resultados permitiam 'enfrentar e colocar na ordem do dia a questão do partido. E aí se dividiram' as águas. A formação do partido implicava não só uma mudança das formas de 'trabalho, como também de conteudo. A linha divisória surgiu, grosso modo, en tre os chamados "economicistas" e os "políticos". Estes não pleiteavam somen te as formas organizatórias de um partido político da classe operária, mas 'também uma luta política do proletariado contra o absolutismo tzarista. O fu turo ia revelar que existiam também divergências sobre a maneira de combater políticamente, mas no momento ainda havia uma unidade de princípio contra os economicistas. Estes, o que queriam? Antes de tudo queriam continuar a manter os métodos de trabalho que tinham dado resultados até então na conscientização e mobilização dos operários. Para isso, transformaram num fim em si, as reivindicações econômicas e sociais, que tinham sido um meio inicial para fazer a classe se movimentar. Queriam que os operários se limitassem a melho rar a sua situação econômica, pois era isso que lhes interessava.

Evidentemente os economicistas — pelo menos os mais destacados — não eram tão ingênuos para supor que na Russia tzarista se podia lutar indefinidamente por melhorias materiais para a classe operária, sem se chocar com toda a 'problemática política, que o regime apresentava. Mas, já que existia acordo 'geral que a Russia estava perante uma revolução burguesa e eles achavam que cabia à burguesia e às classes médias solucionar esse problema, preferiam 'meixar a política para os liberais. Dentro desse raciocínio receavam também

que uma atuação política da classe operária poderia criar choques prematuros com a burguesia nesse terreno.

Não precisamos repetir aqui a posição de Lenin sobre o papel do proletari ado na revolução burguesa. É conhecida. Para os bolcheviques o destino da revolução burguesa era importante demais para deixá-la à mercê da burguesia. O que queremos chamar atenção aqui, É fato que Lenin, nas condições do absolutismo e da esperada revolução burguês-democrática, não podia ainda colocar a fórmula "classe contra classe", como Marx o tinha feito com vistas à Ingla terra. O adversário imediato do proletariado russo não era ainda a burguesia e, sim o regime semi-feudal russo. A bandeira da "classe contra classe" os bolcheviques só puderam desfraldar, quando o problema da revolução burguesa estava definitivamente superado para eles, em fevereiro de 1917.

O que é importante ver, e isso "O que fazer?" e outros textos de Lenin 'deixam explícito, é que ele não considerava a fase das lutas econômicas como um "desvio" ou algo semelhante e, sim,como uma fase necessária a percorrer,' mas também necessária a superar quando ela estiver esgotada. Lenin era antes de tudo dialético e não conhecia "princípios de organização" ou de luta eternos e preestabelecidos, tirados do contexto de uma situação determinada. No que diz respeito a nós, não tem cabimento querer considerar toda greve, 'que se limita a reivindicações econômicas como "economicista". (E muito menos podemos querer que os operários em greve ostentem como reivindicações to do o nosso programa mínimo, até o GRT...) "Economicistas" só são greves, que se realizam, consciente ou inconscientemente, dentro de um conceito de rejeição de uma política de classe. De resto temos que ver em cada greve o que 'significa para a conscientização e politização da classe.

Governo dos Trabalhadores e Insurreição Armada

O mesmo método voluntarista é aplicada na revisão das demais consignas da Organização. Vimos que já por ocasião da "análise" da greve de Osasco, o documento de discussão critica a falta do "Governo dos Trabalhadores" entre as reivindicações dos Comitês. Pois para os autores, o Governo de Transição não representa uma palavra de ordem propagandística (o que para eles é um desvio) e, sim, uma alternativa real à ditadura militar. Para fundamentar essa argumentação lança-se mão mais uma vez dessa estranha "teoria da dependência", pela qual se conclue que aumentos salariais (luta contra o "arrocho"), luta por sindicatos livres, etc. estão inseparavelmente ligadas à luta pelo GRT, já que é "inviável ao sistema pagar o valor da força de trabalho".

Para dar a impressão que essa vez os autores não estão revisando os con — ceitos da Organização e, sim, em conformidade com eles, citam o PSB:

"O tipo de governo visado, que surge da própria insurreição, representa em nossa propaganda desde hoje, a alternativa que' oferecemos à ditadura militar das classes dominantes..."

Os autores das "Tarefas" passam sem comentário por cima da ressalva "em 'nossa propaganda" e isso evita maiores explicações da parte deles. Mas, inde pendente disso, para compreender o problema do Governo de Transição, como 'T

foi colocado pela Organização, não bastam citações programáticas.

A fórmula do Governo Revolucionário dos Trabalhadores da Cidade e do Campo começou a ser debatida entre as bases da Organização no decorrer do ano! de 1962 e foi adotada no 3º Congresso, em 1963. Foi concebida como alternati va (propagandística) aos diversos governos populistas e "nacionalistas". que então cortejavam o apoio da classe operária. A consigna visava deixar claro' entre a esquerda e o próprio proletariado, qual o tipo de governo que pode riamos apoiar ou integrar antes de uma revolução socialista. A consigna pretendia uma defesa militante da concepção marxista do Estado e nada mais. E com isso se esgotou, naquele momento, também o seu papel propagandístico de objetivos de luta proletários. A propaganda fundamental destes destacava, an tes de tudo, a necessidade do socialismo e, para sua realização, a da revolu ção proletária com todas as consequências.

Também hoje e para um futuro previsível - isto é, enquanto as relações de forças não se alterarem - a palavra de ordem não mudará de função. Tornar-se á atual todas as vezes que um governo burguês de "esquerda" cortejar as massas proletárias, ou na medida em que movimentos políticos reformistas tentem ganhar massas para objetivo semelhante. Um conteudo mais do que propagandistico a consigna só poderá tomar, entretanto, do momento em diante em que o ' proletariado brasileiro surgir no cenário com a capacidade de mobilizar em torno de si os milhões de trabalhadores do campo e as camadas radicais da pe quena-burguesia. Sem essa aliança de classes o Governo de Transição não terá base social suficiente no país.

Para fundamentar a sua tese da atualidade da consigna, os autores das "Ta refas" apresentam uma construção mais irreal ainda do que no caso dos Comi tês. Afirmam que:

> a) "ele é colocado como alternativa de poder a ser colocado ' tão logo um movimento de massas surja no país..."

> b) "ele é colocado como alternativa imediata, mesmo que a vanguarda comunista ainda não tenha se transformado em Partido, mesmo que a organização do movimento ainda se restrinja a polos mais avançados."

c) "O problema da superação do GRT (ditadura do proletariado) não é outro senão a da construção do Partido... Na medida! em que o Partido seja um fato concreto na luta de classes,

então o governo de transição estará superado..."

Aqui só podemos perguntar em que experiência real os companheiros baseiam suas afirmações? Se tomarmos uma das mais recentes, a do Chile, veremos que' um Governo dos Trabalhadores, (o da UP, até o momento da entrada dos gene- ' rais), não chegou a preencher a sua função política, justamente porque não havia um partido revolucionário da classe operária, fora ou dentro do governo, capaz de alterar os rumos da política reformista. O MIR não chegou a ser um partido do proletariado chileno, nunca passou de um "polo mais avançado", embora de proporções mais expressivas do que nos.

E como os companheiros chegaram à conclusão que o problema do GRT estará' superado com a formação do partido proletário? Isso em si já representa uma' revisão do conceito leninista do partido. Os companheiros, entretanto, mesmo se não soubessem mais nada sobre o assunto, poderiam ter desconfiado do fato de essa estratégia ter sido esboçada no 3º Congresso da Internacional Comu nista, onde foi recomendada aos <u>Partidos</u> Comunistas lá reunidos. De resto, trata-se evidentemente de uma conflança exagerada na vitória da causa justa, querer supor que forças unicamente reformistas levarão um Governo de Transição ao caminho certo.

Se no caso dos Comitês e Comissões se poderá alegar ainda tratar-se de mal-entendido causado por interpretações erradas de textos de Lenin, Gramsci e da IC, o mesmo não se poderá dizer mais do tratamento dispensado à questão do GRT. Aqui trata-se da mais pura invenção idealista, que dispensa, da parte de seus autores, de qualquer tentativa de fundamentá-la teoricamente. Per guntamos pelo porque dessa criação, pois alguma razão deve haver para isso. Desconfiamos que ela se explique pela situação objetiva, em que a Organiza ção hoje se encontra. Quanto maior o isolamento, quanto mais reduzida a atua ção militante dentro da classe (e hoje chegou a um ponto baixo nunca antes a tingido) maior torna-se a necessidade de compensação intelectual. Cai-se na tentação de oferecer à Organização um "esquema", que lhe assegure um papel, independente da qualidade de sua militancia e a importância que realmente exerce. Como "polo mais avançado"...

Mas esse, certamente não é um caminho realista para sair do impasse.

As "Tarefas" ligam a questão do GRT ao problema da luta armada e nesse ' terreno tem algumas objeções a levantar. A primeira diz respeito às relações com os trabalhadores do campo. Falando das forças de sustentação de um GRT, ' diz-se parecer haver uma

> "lacuna no que toca aos trabalhadores do campo. Pois ocorre ' que essas mesmas formas de luta e de organização, que se colo cam para os trabalhadores da cidade precisariam ser também co locadas para os trabalhadores do campo..."

Mas, concluem as "Tarefas", na verdade não há lacuna, há um desvio e para prová-lo citam o PSB:

> "Essas massas rurais, assalariados puros, paceiros, meeiros. pequenos camponeses, etc., dependem de uma vanguarda armada . que leve ao campo a perspectiva e a experiência da organiza ção do proletariado urbano. Quando essa vanguarda mostra o ca minho concreto da destruição de seus opressores, abre também T para os trabalhadores do campo, a aliança com os operários in dustriais."

Os companheiros, entretanto, estão equivocados. Há uma lacuna, sim. A citação do trecho sobre a tática da guerrilha rural, evidentemente não solucio na a questão das formas de luta e de organização, que as massas dos trabalha dores do campo adotarão. O trecho citado acima se refere unicamente a uma T possível situação de guerra de guerrilha no país. A lacuna portanto existe e existe conscientemente. O assunto foi debatido no 4º Congresso, quando o Pro grama foi adotado e, novamente, no 50, na votação das propostas de emendas.

Chegamos à conclusão, nas duas ocasiões, que já estavamos em condições de de finir formas fundamentais de luta dos operários industriais. A dos trabalhadores do campo, entretanto, estava ainda tão incipiente e rudimentar, que não permitia distinguir formas organizatórias mais duradouras. Haviam existi do as tigas Camponesas. Limitadas à região do cultivo de cana de Pernambuco, principalmente, representavam verdadeiras ilhas no Centro e no Sul do país. Tinhamos razões para duvidar que essa forma organizatória desempenharia papel maior no futuro. A outra forma, a dos sindicatos rurais, ainda não tinha rompido o quadro oficial e, de resto, existia principalmente no papel. A úni ca coisa que podiamos supor, conhecendo a tradição do interior, era o cará ter extremamente violento que as lutas de classe no campo podiam tomar em to das as suas fases, quando recrudescessem.

Preferimos, portanto, deixar a "lacuna" do que construir um esquema artificial. Claro, um esquema teria que ser simétrico: de um lado os operários , do outro os trabalhadores do campo. Mas como a própria experiência mostra, 'qualquer tentativa nesse sentido teria sido superada muito depressa pelo "va lor mais novo" que se levantou com o fenômeno dos "bóias-frias" e que no futu ro alterará profundamente as lutas no campo.

Outra questão levantada é a da guerra de guerrilhas, a qual os autores 'das "Tarefas" negam redondamente qualquer razão de ser. Os companheiros são' bastante sumários no seu julgamento. Referindo-se ao conceito de guerrilha 'exposto no PSB, declaram:

"Mesmo do ponto de vista estritamente militar o foco estaria' fadado a ser destruido antes que pudesse dar o primeiro passo para construir a sua "miniatura" de frente."

Poderia supor-se ainda que aqui se critica determinada concepção de luta' de guerrilha, mas esse não é o caso. Os companheiros são contra a guerra de guerrilha em si e nos acusam de termos feito concessões ao foquismo. Aliás, u sam o termo "foquismo" para qualquer preocupação com a guerrilha, opondo a isso a insurreição dos trabalhadores "tal como na Rússia".

Mas para poder argumentar assim, os companheiros "esquecem" ou suprimem 'simplesmente alguns fatos. Primeiro, a Organização nunca viu contradição entre guerra de guerrilha e insurreição. Muito pelo contrário, nas condições 'concretas do Brasil só vimos bases para uma guerra de guerrilha, quando for 'ao encontro de uma insurreição operária nas cidades. O acima citado trecho 'do Programa começa dizendo: "A revolução no Brasil será proletária ou deixa rá de ser revolução, e isso implica na necessidade da insurreição operária 'como ato de tomada do poder".

Em segundo lugar, os companheiros querem abolir a questão da guerrilha do Programa, evidentemente, por não ver nenhuma atualidade no problema. Prova - velmente chegaram a essa conclusão, porque não se deu nenhuma guerrilha vito riosa na América Latina, nos últimos 15 anos. Mas, dessa maneira poderiamos abolir também, a greve geral, a insurreição proletária e a própria revolução socialista.

Terceiro, acontece que a nossa análise da luta de guerrilha no campo se '

baseia na experiência de uma revolução socialista, como realmente se deu na' América Latina. Mais exato, a única revolução vitoriosa, que se deu no continente. Vamos eliminar a experiência viva da revolução cubana de nossas ponde rações sobre estratégia? Porque não cabe no modelo, que os companheiros por acaso se fizeram da revolução russa? Dito de passagem nenhuma revolução cabe exatamente no modelo da outra. Mas, como revolucionários latino-americanos temos a obrigação de estudar e aproveitar continuamente as formas de luta que se desenvolvem nesta parte do mundo, em países com um passado, estrutu ras sociais e problemas semelhantes.

A questão se coloca de outra maneira. Fato é que o capítulo sobre a Guerra Revolucionária, é um dos pontos fracos do Programa. A fraqueza do capítulo não está no conteudo, mas no lugar que toma no documento. Colocado como último capítulo, poderá ser facilmente interpretado como seu ponto máximo e uma conclusão final das análises precedentes. Isso, evidentemente, não foi a intenção do grêmio, que o votou, e foi muito mais tarde que a Organização se deu conta disso. O fato se torna mais contraditório ainda, quando temos em conta que no momento em que o Programa foi aceito (em meados de 1967) a Organização já tinha chegado à conclusão que a oportunidade política para uma possível guerrilha tinha passado. Não foi portanto sob a pressão subjetiva de uma próxima guerra de guerrilha, que o Programa viu a luz do dia.

Como pôde, então, dar-se essa forma de redação? Foi, sem dúvida, sob o im pacto da luta de fração, pela qual a Organização passou no 4º Congresso e na qual a Oposição de Minas abraçou as teorias debraystas do foco. Foi justamen te na luta contra o foquismo, que o problema tomou esse destaque. A maioria procurou tirar os ensinamentos da revolução cubana, que era lícito tirar, mas esse problema cardeal na luta de fração tomou então um lugar no Programa, que não estava previsto.

É uma falha, que precisa ser remediada (como há outras), mas querer elimi nar a experiência viva da revolução cubana, não parece ser o remédio justo.

Por "remediar", entretanto, não entendemos emendar o Programa ou escrever outro PSB. Receamos que a emenda será pior do que o soneto. Mas, antes de tu do, acreditamos que um novo Programa tem sentido somente numa nova conjuntura de lutas de massa, quando a problemática dessa próxima fase nas lutas de classes tiver tomado forma. O PSB preencheu o seu papel em determinada época, como primeira tentativa de uma vanguarda teórica de aplicar o método e a experiência do marxismo à realidade brasileira. Formulou uma linha estratégica para o movimento revolucionário e definiu os objetivos estratégicos da luta de classe, confirmados plenamente pela experiência - apesar das falhas e insuficiências existentes. Um novo Programa, entretanto, precisa entrar em questões, que hoje começam a se esboçar apenas e que somente um proletariado combatente poderá ajudar a responder. Para as necessidades imediatas basta uma plataforma de luta.

E a nova estratégia?

Voltamos à pergunta: em que consiste a propalada "estratégia", que os au-

tores das "Tarefas" propõem à Organização? Não consiste simplesmente, pois ' não há nada no documento de discussão, que possa ser visto pelo menos como ' tentativa nesse sentido. As "Tarefas" admitem a necessidade de um proletaria do independente, mas negam o processo histórico de sua formação, o da pene tração da teoria marxista na classe. Como surgirá esse proletariado brasilei ro independente, possuido de consciência de classe e organizado num partido revolucionário, é um mistério, que talvez ainda queiram esclarecer. Preten dem "reavaliar" o papel da vanguarda? Mas que "vanguarda" é essa que julga ' poder existir sem quadros operários, que não quer "ir às massas" e que se de fende indignadamente contra a aspiração "obreirista" de uma mudança da sua ' composição orgânica pequeno-burguesa?

O que há é um esquema, que visa teorizar a atual situação da Organização' e codificar as suas deficiências. E o esquema propriamente dito não faz ou tra coisa, do que pegar os conceitos e a terminologia, que a Organização cri ara no decorrer da sua existência e os redefinem. Essa definição não parte de experiência própria ou alheia, e sim de princípios voluntaristas, destina dos em parte, a justificar e perpetuar a atual situação subjetiva do grupo.

O pretenso "enriquecimento" das bases teóricas da Organização com contribuições vindas da sociologia e politologia pequeno-burguesas, tampouco são u ma realização original do grupo em torno das "Tarefas". Estão em voga em qua se toda a chamada Esquerda Revolucionária, principalmente entre os militaris tas arrependidos. Tanto esse "enriquecimento" do marxismo, como as subsequen tes críticas à herança teórica da Organização, as vezes quase idênticas, foram levantadas por outras organizações. Pelo MR-8, por exemplo, que também nos acuseita as "teorias" da superexploração e da dependência e que também nos acusa de "propagandismo", "espontaneismo", "obreirismo" e outros "ismos". Também o MR-8 propõe eliminar a guerra de guerrilha do Prograna, porque "é impossivel superar o antagonismo existente entre o pensamento foquista (?) e a concepção marxista-leninista da revolução".

Essa coincidência, evidentemente, não pode ser casual e não cai do céu.De ve haver um denominador comum entre a atual oposição de dentro e de fora contra as posições fundamentais da POLOP, apesar de todas as divergências que as separam.

Há esse denominador comum. (Lenin já chamou a atenção sobre o fato de os' extremos frequentemente se tocarem). O ultra-esquerdismo dos autores das "Ta refas" e o oportunismo de direita dos apologistas das plataformas democráticas se originam ambos no mesmo método, próprio à nossa Esquerda Revolucionária, oriunda do movimento estudantil. O que caracteriza essa corrente de ori gem da classe média, hoje isolada mais do que nunca de um movimento operário vivo e incapaz de assimilar o método marxista sem uma prática revolucionária correspondente, é o seu absoluto subjetivismo. Partindo da premissa que a re volução antes de tudo depende de boas teorias e da maior ou menos disposição de pô-las em prática, usam as suas cabeças para gerar "teorias", constroem o seu próprio mundo, onde travam a sua própria "luta de classes".

Conforme a sua disposição subjetiva adaptam as suas construções teóricas "revolucionárias" às pecessidades ideológicas da sua classe de origem ou, co mo reação, criam atitudes de um extremo oposto. Mas ambos, no fundo, estão T

sempre à procura de "receitas" de como romper o isolamento e o impasse.

O fato dos nossos companheiros não terem escolhido a solução da direita, a solução típica dos movimentos oriundos da classe média, deve-se às tradições da POLOP ainda vivas no grupo e das quais não é tão facil se livrar. Pelo me nos, não de uma vez. Isso entretanto ainda não representa nenhuma garantia T contra futuros desvios de direita. Temos precedentes recentes entre ex-companheiros que eram justamente defensores de táticas ultra-esquerdistas no passado. Quando o método não é mais marxista, isto é, quando não é mais materialista, e se limita à elaboração de esquemas alheios à realidade, qualquer T fracasso obriga a abandoná-los e à elaboração de "novas receitas" que facilmente se transformam no seu contrário.

É preciso ver que o fenômeno, que se cristalizou agora com o documento de discussão e que sumariamente pode ser caracterizado como revisionista - revi são das bases teóricas da Organização e do método marxista - não surgiu agora. Começou a esboçar-se nitidamente depois da "refundação", quando tendênci as voluntaristas sempre presentes na Organização (principalemte em São Pau lo) tomaram conta em escala crescente. Foi a mudança das condições gerais de luta e a incapacidade de adaptar-se a elas, que fez a liderança de então refugiar-se em esquemas, que confundiram os seus desejos subjetivos com a realidade existente. Essas tendências encontraram o seu auge no PTCP, um plano' "lógico" para fazer a revolução no Brasil. O choque evidente com a realidade' (e o desgaste subsequente) fizeram surgir a oposição interna e a tentativa ! de sanear a linha política. Não mudaram, porém, o método e o que se apresenta agora não é nada mais do que um novo "plano". O que une os dois, é o absoluto voluntarismo e a ausência de qualquer tentativa de uma análise marxis ta da conjuntura, como ponto de partida para uma atuação política. O que T distingue as duas fases fundamentalmente é que na anterior se procurou colocar a "penetração" como tarefa partidária e agora procura-se contornar o pro blema. negando a sua existência.

Essa continuidade do voluntarismo, que levou igualmente a uma crescente ! sectarização, se deve evidentemente ao prolongado isolamento da clandestinidade e à ausência de um movimento operario combatente. O que assistimos agora, entretanto, é a tentativa de justificar esse isolamento, a tentativa de transformar o mal em virtude. Se as posições propostas no documento forem adotadas pela Organização, isso significará a sua morte política e física. Po lítica, porque liquida as bases teóricas, que nos permitiram no passado de sempenhar um papel revolucionário na luta e que bem ou mal nos permitiram so breviver a clandestinidade até hoje. Morte física, porque acelerará o pro cesso de desgaste, verificado nos últimos anos. O choque constante com a rea lidade dos fatos não pode ser neutralizado eternamente com um isolamento voluntário. A sectarização ideológica leva inevitavelmente a choques internos. destruição das bases da democracia interna, luta de frações, expulsões mútuas e ao fracionamento final. Quando houver a tão esperada e anunciada mudança de conjuntura, não existirá mais uma Organização em condições de aproveitá-la.

As perspectivas de luta.

Quais são as perspectivas da luta no Brasil?

Mesmo os autores das "Tarefas" não negam ainda que a próxima meta funda — mental é a formação de uma classe operária independente, tanto do ponto de 'vista político como organizatório, de um proletariado com consciência de 'classe, livre da tutela burguesa e oposto à política burguesa. Sem a forma — ção desse proletariado, as lutas de classe no país não darão o salto qualita tivo da criação de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo, em oposição às classes dominantes. Sem a formação desse proletariado, o potencial revolucionário do país continuará como massa de manobra da burguesia urbana e fundiária.

O que entendemos por um proletariado independente? - já que essa fórmula! anda hoje na boca de muita gente e está sendo interpretada de maneiras as 'mais diversas.

A independência da classe operária não representa nenhuma fórmula mágica para nós. Não significa, por exemplo, que a classe já lute diretamente pelo poder. Tampouco quer dizer que já esteja forçosamente sob a liderança de um partido revolucionário - embora seja esse o nosso objetivo. A independência da classe não é o ponto final de uma evolução e sim o início de uma luta mais consequente. Ela dá margem à formação do partido revolucionário, mas po de dar-se ainda sob o signo do domínio de partidos reformistas (como na Itália e na França) ou de um movimento sindical, (como foi o caso na Inglaterra e na Espanha). D essencial é que se organize independentemente e em oposição às instituições burguesas da sociedade. A independência da classe não exclue que ela tenha ilusões políticas, principalmente sobre o caminho ao socialismo. Terá essas iluşões, enquanto o partido revolucionário estiver em minoria e vice-versa.

Embora essa independência represente um marco, um salto qualitativo, que' altera as relações de força na sociedade, o processo de amadurecimento da 'classe não termina com isso, nem está assegurado definitivamente. Velar pela contínua educação da classe operária nas lutas de classe travadas ainda no quadro da sociedade capitalista, eis justamente o papel da vanguarda, do par tido revolucionário. Mas mesmo essa atividade da vanguarda não basta para le var a classe operária à luta final. Lenin, na "Doença Infantil" já deixou claro:

"Com a vanguarda só não se pode vencer... Para que, entretanto, toda a classe, para que as vastas massas de trabalhadores e de oprimidos pelo capital cheguem a tomar essa atitude, (a da luta direta pelo poder. EM) para isso não basta a propagam da, não basta a agitação. Para isso é necessária a própria ex periência política dessas massas. Isso é a lei fundamental de todas as grandes revoluções..."

A luta de classes recente confirma essa sabedoria antiga. O proletariado' chileno, por exemplo, há muito tempo representa uma classe independente. Com

a vitória eleitoral da UP pensou estar no caminho do socialismo e seria simples demais julgar que só os adeptos mais chegados de Allende compartilhavam das ilusões democrático-legalistas. Somente as experiências amrgas, pelas 'quais o proletariado chileno passou, podem fazer que a próxima vez coloque 'mais realisticamente a questão do poder.

O proletariado português, que surgiu como classe independente depois do 125 de Abril, até agora, não precisou pagar o mesmo preço do chileno pelas i lusões democráticas sustentadas quase até o golpe da direita em novembro de 1975. O voto de protesto, dado a Carvalho nas eleições presidenciais, sem dú vida foi resultado da experiência da derrota anterior. Resta saber se a coli gação da Esquerda Revolucionária portuguesa, que sustentou a candidatura de Carvalho, já está em condições de se transformar em vanguarda, para que a experiência colhida pelo proletariado tenha resultados mais duradouros.

Quando Lenin fala da necessidade da própria experiência política das massas, ele não se refere somente à hora decisiva da colocação do problema do 'poder. Essa experiência é indispensável em todas as fases da luta de classes e são justamente as lutas parciais que permitem colhê-la. Ela é indispensá - vel para a formação da classe independente, processo que se dá ainda no quadro da sociedade capitalista e num nível determinado pela profundidade, que as contradições já assumiram. Daí para a questão do poder - mesmo sob a forma do GRT - ainda é um caminho a trilhar, há lutas a travar, há experiências a colher. A independência em si ainda não soluciona esses problemas. Apenas' permite colocá-los, em seu devido tempo.

Qual é a situação do projetariado brasileiro? Quais os níveis da sua consciência e da sua experiência?

Já assinalamos a dificuldade de uma resposta a essas perguntas, enquanto a classe não sair da imobilidade.

O que sabemos é que o processo de amadurecimento da classe tinha se acele rado, especialmente à véspera do golpe militar de 1964 e que foi interrompido pela força. Tinha se verificado ura radicalização visível a olho nú, que atingiu vastes cemadas da população, além do proletariado. Diversas greves gerais, embora sob liderança reformista e populista, tinham feito surgir o proletariado no cenário nacional. O movimento grevista ameaçava escapar ao controle populista e seguir caminhos próprios. Políticamente, entretanto, os limites do populismo não chegaram a ser ultrapassados. O salto qualitativo para uma política de classe não chegou a se dar. O desgaste do trabalhismo o ficial e as decepções com o reformismo do PCB ainda puderam ser capitalizados por outra fração burguesa, a de Brizola, cuja influência se expandia rapidamente pelo país, mediante os "Grupos de 11". Brizola, evidentemente não era alternativa para o pópulismo e foi preciso a experiência de derrota e de bandada para que a nova estrela se apagasse no horizonte.

A próxima referência que temos, é a fase de lutas dos enos 1967/68, que a tingiu o seu auge com as greves de Osasco e Contagem. Foi o movimento na cidade Industrial de Belo Horizonte que ao nosso ver representou o ponto alto das lutas de classe de então. Se a primeira greve de Contagem revelou a capa cidade espontânea de luta de um setor do proletariado (e o então despreparo

dos grupos de esquerda), a segunda greve organizada pelos Comitês de Empre—sa, revelou capacidade de organização e iniciativa das bases, apesar das fra quezas, que ainda se revelaram durante a luta. Os pontos fracos se mostraram na área dominada pela então AP, que com sua política de caudilhismo e pater—nalismo retomava certas tradições populistas e desencorajava a organização ' de base dos operários.

Evidentemente uma andorinha ainda não faz o verão. Houve também Osasco, 'do qual já tratamos, mas além disso só se registraram greves isoladas.

Assim mesmo, a experiência de 1967/68 é valiosíssima para nós. Revela que o proletariado, uma vez vencida a imobilidade e o medo da repressão, desen - volve formas de luta, que se apoiam em organismos de base (primeira greve de Contagem) tentando coordenar os organismos de base através de órgãos executi vos (segunda greve de Contagem e Osasco). Refletiu isso uma tomada de consciência, que se deu sob uma superfície aparentemente parada (de 1964 a 67) e foi consequência direta do golpe militar. Como resultado surgiu uma nítida 'ação de classe em áreas limitadas, cuja importância consiste na mobilização' da fôrça própria.

Não sabemos ainda como o proletariado brasileiro sairá da longa noite da ditadura militar, quando a máquina de repressão começar a rachar. Podemos su por todavia que a experiência de 1967/68 se repetirá em escala gigantesca. Temos precedentes de casos semelhantes, não só em movimentos recentes como 'em Portugal, mas no próprio Brasil, em 1945, por ocasião do desmoronamento 'do Estado Novo.

É justamente a experiência de 1945, que mostra mais uma vez que o processo espontâneo de amadurecimento por si só, sinda não garante a formação de uma classe independente. Nas condições do Brasil do pós-guerra, as decepções do proletariado com a política do então "Partido Operário", o PCB, prolongaram a vida do populismo organizado.

Quando amanhã o proletariado brasileiro ressurgir em cena, não será uma simples reedição de 1945. Tampouco,a luta recomeçará onde parou em 1964. Doze anos de ditadura militar tornaram mais profundas as contradições de classe nas cidades e no campo, tornaram mais complexa a sociedade brasileira e criaram as premissas para uma polarização maior das forças sociais. Não há ' hoje, na classe operária, um trabalhismo enraizado, como no tempo de Vargas. O que a ditadura militar criou, foi uma apolitização das massas, que desaparecerá entretanto, na medida em que surgirem alternativas políticas à situação presente. O proletariado não é o mesmo de 1945 nem de 1964. A ditadura mi litar também foi uma experiência. Não sabemos ainda até que ponto prossegue! o processo da formação da classe, por baixo da superfície, mas dois aspectos da evolução são previsíveis: Em primeiro lugar, o proletariado lançar-se-á ' numa luta de recuperação do nível de vida e essa se dará num clima de cres cente radicalização. Em segundo lugar, manifestar-se-á uma falta de experiên cia política das massas operárias, condicionada pela abstenção forçada dos últimos anos e pela incorporação de novas gerações à classe durante mais de uma década.

Disso resultará uma situação contraditória. A classe ressurgirá radicali-

zada, em virtude da sua situação material. Por outro lado, a falta de experiência, a falta de lutas parciais, fará com que o proletariado revele no primeiro tempo, grande dose de ingenuidade política, que ainda poderá ser aproveitada por forças alheias à classe. É de se supor que as massas afluirão no início aos partidos e nomes conhecidos. A continuidade das siglas e dos nomes, entretanto, não deve enganar. As entidades políticas que surgirão não serão as mesmas de antes, pois terão de adaptar-se a um meio-ambiente diferente do passado. Também o PCB terá de adaptar-se à nova classe operária es livrar de grande parte do seu lastro ideológico e prático do passado, que nas novas condições será pêso morto para ele. Ainda é duvidoso se o populismo poderá reviver nos moldes antigos e só a prática mostrará se no Brasil já naverá lugar para um movimento reformista tipo Mário Soares.

Ainda está em tempo...

Temos de ter clareza sobre o fato de que enfrentamos o futuro novamente como minoria revolucionária, condenaa a tentar conquistar posições no seio do proletariado de fora para dentro. Não soubemos aproveitar a prolongada clandestinidade para enraizar-nos na classe.

Quando, no frício de nossa atuação, como grupo organizado em escala nacional, avaliamos as nossas possibilidades, chegamos à conclusão que o nosso per pel era de um catalizador de tendências sociais e políticas já existentes no sociedade brasileira. Transformar essas possibilidades em realidade dependia a) da justeza das nossas posições e b) da nossa capacidade de derivar delas uma atuação consequente e contínua. Essa avaliação, de maneira alguma, está superada, embora isso não queira dizer que nós possamos retomar as ativida des onde as deixamos antes do golpe e nos anos iniciais da clandestinidade. Para isso o desenrolar dos acontecimentos será rápido demais, as contradições sociais se tornarão profundas demais e incomparavelmente maiores serão as exigências, que a situação colocará a um grupo político que se pretende vanguarda.

Como enfrentar essa situação de amanhã?

Em primeiro lugar temos de aprender a enfrentar realisticamente a situa - ção e os fatos, isto é, analizá-los à base de um método materialista. De nada adianta querer impor às nossas lutas de classes e ao nosso proletariado ' soluções, palavras de ordem e resoluções copiadas de situações objetivamente diferentes, com um nível de luta e de organização diverso do nosso. Isso' não eleva o nível e simplesmente nos deixa por fora da classe e dos acontecimentos. Temos de saber avaliar exatamente, a cada momento, a receptividade e a capacidade de ação do nosso proletariado, para derivar as suas (e as nos - sas tarefas). De nada adianta também ficar à procura do operário ideal, do proletariado com "consciência socialista" para trabalhar com ele, quando o problema fundamental - mesmo para a camada mais adiantada - aínda é o da criação de uma consciência proletária e o da confiança na força da própria clas se.

Além dessa capacidade de avaliar uma situação objetiva, temos de saber '

julgar igualmente a nossa situação subjetiva. Quantos somos?, o que represen tamos?, que influência temos?, são perguntas que fazem parte dos dados ne — cessários para a elaboração estratégica e tática, da mesma forma como os pro blemas das relações de força existentes na sociedade. E se nós não queremos tornar—nos vítimas de uma linha política megalomaníaca, que caracteriza to — das as seitas, temos de aprender a usar as nossas cabeças para traduzir uma uma realidade existente e não para gerar esquemas irreais, motivados por desejos subjetivos.

Somente tal caminho permitir-nos-á sair do diletantismo artezanal, que ca racterizou a nossa existência nos últimos anos. Enfatizamos aqui o diletantis mo, porque a atividade artezanal de todos os grupos da Esquerda Revolucionária na clandestinidade, foi imposta pelas condições objetivas, isto é, a imo bilidade da classe e a força da repressão. Consta que os companheiros acharam graça dessa afirmação, quando foi levantada pela primeira vez, mas "achar graça" também é um recurso para evitar enfrentar uma realidade. Fato é que 'das três formas de atividade militante, que Lenin achava indispensável para uma vanguarda proletária - agitar, propagar e organizar - os grupos revolucionários, esses anos todos, conseguiram penosamente desenrolar atividades propagandísticas em escala reduzida. Não tinham realmente condições para agitação dirigida às massas e muito menos possibilidade de organiza-las. Isso já condenou as vanguardas a uma existência artezanal.

O nosso artezanato era diletante, antes de tudo porque em primeiro lugar' não havia a necessária coragem cívica de admitir os fatos e as nossas "análi ses" e resoluções sonoras não conseguiram (e continuam a não conseguir) cobrir a discrepância existente entre pretensões e realidade. Em segundo lugar, foi diletante porque a improvisada atividade externa tomou definitivamente 'um segundo lugar em relação às discussões internas. Até hoje - a nossa literatura é testemunha disso - discute-se mais sobre a maneira de fazer as coissas do que fazendo-as. E essas preocupações preenchem a maior parte das atividades das células. Isso impediu, e continua impedindo (já que a "Tarefas" o consideram uma preocupação "obreirista") que a Organização com métodos artezanais, mas eficientes, aproveitasse a situação criada para formar quadros operários - a única maneira possível nessas circunstâncias, para "acumular 'forças".

Hoje, o problema é justamente de como superar essa fase de trabalho artezanal. Isso, certamente não será possível de um dia para outro, mas o reinício de greves, manifestações, quebra-quebras e a própria tentativa de um populismo governamental, mostram que a classe operária está começando a movimentar-se. E que os grupos clandestinos tem novamente de adaptar-se a uma situação em câmbio.

Não conseguiremos, porém, adaptar-nos à situação nenhuma, se ficarmos fora da classe operária. Não conseguiremos preencher o nosso papel sem quadros políticos operários, à base de manifestos e resoluções, dos quais as massas' não tomam conhecimento. Somente situados no meio da classe, enraizados, tere mos possibilidade de influir sobre seu comportamento. Somente criando qua- dros proletários contribuiremos para a formação de uma nova liderança da classe nas lutas, que estão para vir.

É uma concepção completamente distorcida de luta de classe, um conceito absolutamente pequeno-burguês, querer supor que possamos enfrentar as nossa tarefas de vanguarda proletária à base de elementos integrados. Estes só tem sentido em facilitar a formação de quadros políticos operários. A classe, el tem a sua própria vida (o notaremos em todo o seu alcance, quando começar se agitar) e não toma conhecimento de um punhado de elementos com boas idéis que vem de fora. A classe, ela criará as suas novas lideranças em todos os níveis no decorrer da luta. Temos de atingir essas lideranças em potencial, temos de contribuir para a sua formação, pelo menos em centros vitais, cujo comportamento repercutirá sobre a classe toda. E para isso, temos de encon trar essa camada hoje, no nível de consciência que tem, pois somente a experiência das lutas, mais a nossa atuação no meio dela, pode torná-la mais co sequente. Mas não podemos esperar que esse "proletariado socialista", consciente e independente, caia do céu para adotar as nossas teses e resoluções.

Ainda podemos recuperar o tempo perdido, pelo menos em parte. Ainda pode mos vencer as consequências danosas do prolongado isolamento da clandestini dade, mas a condição é que voltemos a enfrentar a situação com realismo, que voltemos a aplicar o método marxista, que nos livremos de todos os esquemas intelectuais voluntaristas. E a primeira condição é que rejeitemos in totum as "Tarefas" como base de discussão para uma estratégia e tática. Aqui não diantam meias medidas, nem paliativos. As concepções expostas no documento o método utilizado se chocam tão frontalmente com o marxismo, tanto como teria quanto como experiência prática, que qualquer conciliação nesse terreno só prolongará a agonia do grupo, continuará a fazer-nos perder um tempo valioso, que finalmente não recuperaremos mais.

Para nós, a herança de Política Operária não representa dogma. Ninguém ma lhor do que nos conhece as dificuldades com as quais as posições proletárias se impuseram na Organização contra oposições internas e externas. Sabemos igualmente da fraqueza de algumas desses posições teóricas, que não chegaram a encontrar uma prática correspondente e somente a experiência da luta práti ca pode confirmá-las definitivamente. Também para nos existe a famosa correlação leninista entre teoria e prática. Mas assim mesmo, as bases teóricas, como fundamento de um conceito estratégico das lutas de classes no Brasil continuam inabaladas e única alternativa presente ao reformismo e aos numerosos matizes da ideologia pequeno-burguesa, que proliferam na nossa esquerda. Essa herança do passado influiu toda uma geração de revolucionários no país, mesmo quando não estavam prontos a aceitar todas as nossas teses fundamentais e ela fecundou iqualmente os nossos inimigos. Tornou-se, não số um fato consumado como também irreversível na vida da esquerda brasileira. E se os auto res das "Tarefas" insistirem em querer liquidá-la como obstáculo às suas pre tensões, eles só condenarão o grupo que representam - como fizeram outros an tes deles. A Política Operária e seu patrimônio teórico continuarão como por to de partida de um movimento revolucionário do proletariado brasileiro. Para isso já estão bastante enraizados na realidade brasileira.

Resolução Política

A desalução relítica da 101-7., rea pundi caras em secuida, foi redicida ne decer-rer des primeiros meses de ane ducadr. A nemor do ano escorrido desde então, não a champs que tenha ficada superada pelos a-rentecimentes. Decidimos reproduzí-la aquil a tíbulo de informação dos pentos de vista reinentes no Interior e como um estable para depotes maio suples des pentos de vista expostos.

A Redação.

Resulução Política:

Os objetivos que os revolucionários devem se propor no país estão definidos no Programa Socialista para o Brasil. A realização desses objetivos passa pela transformação da classe operária numa classe ideológica, política e organicamente independente e oposta à sociedade burguesa; passa, pela formação, neste mesmo processo, de sua vanguarda, o partido revolucionário da ' classe operária.

Tais orientações tem de estar presentes nas mais diversas condições de lu ta. Em particular, devem orientar as tarefas atuais dos revolucionários.Para a fixação destas, por outro lado, tem que se conhecer as características par ticulares das condições em que os revolucionários irão desenvolver o seu tra balho; a situação da própria vanguarda revolucionária; a situação política e a correlação de forças das classes; a situação da classe operária, seu nível de consciência e organização; as diferentes camadas no seu interior.

O presente documento visa, partindo de uma avaliação inicial das premis — sas acima citadas, contribuir na definição das tarefas dos revolucionários ' na presente conjuntura.

O estágio do capitalismo no país

A compreensão correta da atual situação econômica e política do país e suas tendências, passa pela fixação dos aspectos essenciais que caracterizam

o atual estágio do capitalismo no país. Como teremos oportunidade de mostrar várias proposições errôneas, hoje presentes no movimento revolucionário, originam-se de erros de análises das transformações econômicas e políticas, que ocorreram na sociedade brasileira nos últimos anos. Não sendo o objetivo do presente documento, empreender tais análises nos limitaremos aqui em resumir alguns aspectos que nos parecem de maior importância.

Em primeiro lugar, cabe situar a influência hegemônica dos interesses do' capital associado ao imperialismo nos rumos da economia e da política do 'país. O Estado enquanto gerente dos negócios burgueses, exerce este seu papel em função dos interesses da burguesia associada. As demais facções burquesas, o médio capital industrial e comercial, o capital agrário, em geral recebem apenas benefícios marginais do Estado e tem continuamente a sua situação deteriorada em relação ao grande capital. A esta situação de minoridade na economia corresponde a incapacidade destas facções de influência determinante nos rumos básicos da política estatal.

A predominância da burguesia associada — burguesia industrial e financeira — na economia, é um fenômeno anterior ao desfecho da crise dos anos 60. A partir de 1955, verificou-se a entrada maciça de capital estrangeiro que redinamizou o processo de industrialização, então ameaçado pela falta de divisas. Os setores a que este capital se dirigiu (bens de consumo duráveis e 'bens intermediários), constituem até hoje o polo dinâmico da econômia. Assistimos assim desde então, a uma crescente integração da economia com o imperialismo e, portanto, a um crescente grau de dependência econômica.

Essa relação de forças na economia só passa a ter a sua correspondência ' ao nível político, a partir do golpe de 64. O regime anterior mantivera unido por um longo período o bloco das classes dominantes com a hegemonia dos ' setores tradicionais da burguesia. A crise política e o acirramento da con tradição entre capital e trabalho, colocando a necessidade de uma solução de força, permitiu, na ausência de uma classe operária organizada independentemente, a intervenção das Forças Armadas, em nome dos interesses gerais da ' burguesia. Isso possibilitou uma nova composição do bloco no poder, uma nova unidade onde passa a predominar a grande burguesia associada.

Por outro lado, o estágio do capitalismo no país coloca permanentemente a necessidade de um governo forte e intervencionista. A dependência em relação ao imperialismo e a estrutura agrária atrasada gera, no sistema capitalista, uma crise estrutural permanente, que é fator de instabilidade política. Se o caráter repressivo do Estado visa controlar os conflitos de classe, minimi - zando os seus efeitos sobre o funcionamento do sistema, a intervenção esta - tal na economia responde as necessidades de enfrentar as crises cíclicas da economia e promover o desenvolvimento capitalista, nos limites das deforma ções estruturais. Verifica-se assim, o crescimento contínuo da intervenção do Estado na economia, seja no papel de "planificador", ampliando seus instrumentos de controle da economia, seja em investimentos diretamente produtivos ou medidas outras, como o arrocho salarial.

Este papel do Estado no funcionamento da economia, que dá-se no sentido 'dos interesses do setor hegemonico, só seria possível com uma correspondente ampliação do poder político do Estado, ou seja, com a concentração do poder'

político. Mas, não é só em função dos conflitos no interior das classes dom<u>i</u> nantes que se impõe o caráter repressivo do Estado. O desenvolvimento do ca pitalismo dentro das deformações que caracterizam o seu estágio atual no país, leva que todo o peso deste processo seja lançado nas costas das massas trabalhadoras. Este lado da moeda do processo de desenvolvimento capitalista dos últimos anos, acentuou a contradição fundamental do sistema, entre a miséria das massas e a riqueza das classes dominantes. Basicamente, é este aspecto que determina a necessidade do Estado altamente repressivo, capaz de manter as massas trabalhadoras e seus aliados sob permanente controle.

Ao situarmos que o estágio do capitalismo impõe às classes dominantes a l'
necessidade de um Estado forte e repressivo, não estamos com isso afirmando!
que a ditadura militar seja um produto direto da realidade economica. A sua
implantação representa o desfecho de uma fase das lutas de classes. cuja base objetiva é dada pela realidade econômica, e que corresponde de um lado, a
substituição do bloco no poder, de outro, a uma derrota do movimento operári
o. Da mesma forma, são tais fatores políticos que, face as condições objetivas, permitem, que a ditadura militar, enquanto forma de exceção do funciona
mento do Estado lançada mão pelas classes dominantes num momento de emergência, "evolua" no caminho da sua adequação as necessidades do capital.

Em sua fase inicial, quando a política econômica da ditadura centra-se no controle da crise econômica, as medidas adotadas forçam a aceleração da centralização e concentração do capital, criando, deste modo, as condições para o funcionamento do sistema sob a hegemonia do capital centralizado. As transformações políticas que ocorrem paralelamente tendem a implantar e institu—cionalizar o Estado repressivo, nas suas características essenciais. Centra-lização das decisões políticas e garantia destas pelo poder militar; ascen—são de uma elite de tecnocratas afinados com os interesses do grande capital enquanto formuladores e executores da política econômica; redefinição do papel dos partidos políticos e do poder legislativo, tornando—o coerente com a necessidades de centralização do poder político; racionalização do aparato estatal; montagem em caráter permamente de uma extensa máquina repressiva—são fenômenos que caracterizam este processo.

Tais transformações econômicas e políticas não são ausentes de contradi - ções. Basicamente, dá-se o acirramento da contradição fundamental do sistema e nisto justamente se fundamenta o caráter repressivo do Estado. A acumula - ção capitalista baseada na intensificação da exploração, pressupõe o rígido' controle das massas trabalhadoras, a destruição de suas organizações próprias, o cerceamento da sua liberdade de organização e manifestação. Contradições outras surgem nesse processo: contradições entre facções burguesas, entre o regime e as aspirações da pequena burguesia, entre as facções militares, etc. Mas, em vista da contradição fundamental, estas são secundárias. Embora possam se desdobrar em conflitos em momentos localizados, eles se amortecem face a intensificação das reivindicações das massas trabalhadoras que ocorre nas brechas abertas.

Por outro lado, quando falamos em evolução do Estado no caminho de sua adapatação as necessidades do estágio de desenvolvimento capitalista, não es tamos entendendo este processo como algo acabado ou definitivo, mas como a tendência em curso do sistema. Também não entendemos como um processo linear

e predeterminado seja por fatores econômicos, seja por força de planos de pensadores burgueses. A determinação da tendência das transformações e de suas bases objetivas, tem unicamente o papel de dar as coordanadas para o en tendimento do momento atual, situando no seu devido lugar os diversos interesses econômicos e políticos em jogo, forjados pela realidade econômica e pela luta de classes que se desenvolve sobre esta base objetiva.

Por não levar em conta devidamente tais fatores é que posições errôneas surgem atualmente no interior da Esquerda Revolucionária. Assim, posições existem que parecem encarar a ditadura como um produto exclusivo da realidade econômica, sem levar em conta as lutas de classes e as particularidades do ção atual o poder de gerar automaticamente uma crise política, de fazer surgir o partido revolucionário e de derrubar a ditadura. O economicismo da aná correr nos equivocos acima, veem na "função econômica" da ditadura o único Tator de estabilidade e coesão do bloco dominante, sem considerar a contradição fundamental do sistema que, em última instância determina a coesão das to de massas.

Evidentemente, em ciclos da economia, ligam-se com o grau maior ou menor' da coesão das classes dominantes e, portanto, com o grau de estabilidade do' regime. Na fase de expansão, as contradições inter-facções burguesas se amor tecem, na medida em que os exitos econômicos da ditadura, embora dando-se no sentido dos interesses do setor hegemônico (o grande capital), atingem todos os setores da burguesia e mesmo da pequena burguesia. As aspirações democratico-burguesas da burguesia tradicional e da pequena-burguesia, no plano político contraditórias com o regime forte e intervencionista, passam a plano secundário, face à unidade relativa destes setores com o regime e suas realizações. Realizações estas não só no plano econômico, mas também no plano político; basicamente o controle do movimento de massas, necessário para a retomada do desenvolvimento e para a garantia da sua continuidade.

A crise econômica, por seu turno, acirra as contradições entre as várias facções burguesas, levando setores dominados a disputarem uma maior fatia na divisão da mais valia. A deteriorização da situação econômica da pequena bur guesia coloca esta no campo da oposição ao regime. As aspirações democrático burguesas manifestam-se políticamente com mais intensidade. A coesão da burguesai militar e técnica sofre abalos. As lutas de massas tendem a se intensificar, seja forçadas pelas contradições objetivas, seja pelo afrouxamento nos aparelhos de controle. É justamente na medida em que esta tendência se aprofunda que um novo ponto de unidade das classes dominantes se coloca: os interesses imediatos da burguesia são sobrepujados pelos seus interesses mais gerais, em torno da preservação do sistema.

A queda da expansão e as tendências da economia

Na base da falência das tentativas populistas anteriores a 64, de fazer 'face à crise, estava o antagonismo entre as imposições objetivas do capita — lismo e os interesses dos trabalhadores. As classes dominantes, impunham—se'

medidas de conter a crise as custas dos trabalhadores, ao passo que estes in tensificavam suas moblizações e tendiam a elevar sua consicência. O abandono dos esquemas populistas e o apelo à intervenção das Forças Armadas ligam-se' diretamente com as necessidades das classes dominantes de conter pela repressão aberta o mevimento dos trabalhadores e seus aliados.

Com o golpe, criam-se as condições para a implantação das medidas econômicas burguesas voltadas para o controle da crise. É neste sentido que se dirige a ação da ditadura militar em seus primeiros anos, através da política anti inflecionária de Campos e Bulhões, quendo são freados deliberadamente os mecanismos habituais de financiamento que prevaleciam desde os anos 50, relacionados com a política cambial, de créditos, de salários e de deficit público. Huitas empresas de menor solidez financeira ou capacidade de endividamento foram liquidadas, abrindo caminho para uma reconcentração da atividade industrial e comercial, com efeitos positivos sobre a eficiência produtiva. A drástica política de compressão salarial alterou substancialmente a distribuição da renda em favor dos lucros das empresas que tinham melhores condições de manter-se e que permitiu, junto com algumas medidao de emerçência para atender seus problemas financeiros, a recuperação e expansão em etapas posteriores.

Se as medidas de controle da inflação fazem a recessão se prolongar até '67, o conjunto das medidas econômicas prepara a retomada do desenvolvimento capitalista em novas bases. Duas reformas institucionais — a tributária e a do mercado de capitais — preparam o terreno para um novo esquema de financia mento do setor público e privado. A partir de 1966, considerando suficiente o controle da inflação, o governo aumenta sua taxa de inversão, consegue a trair capital estrangeiro de curto prazo para alimento de uma série de empre sas financeiras privadas e prepara os novos projetos de solidariedade entre o capital estrangeiro de longo prazo e o Estado (minérios, equipamentos, pe troquímica, construção naval, transporces, energia elétrica).

A partir de 68 os efeitos da política econômica burguesa fazem-se sentir: o PNB passa a crescer anualmente a taxas superiores a 9%, num ciclo que se 'prolonga até 74 e tem seu auge em 73, quando a variação do PNB atingiu a inu sitada taxa de 11,4%. A euforia toma conta das classes dominantes que decretam o "milagre brasileiro". A outra face desse "milagre" - a extensão da miséria das massas, devido a super exploração da força de trabalho e a concentração da renda - ao tempo em que permanece sendo garantida pela ação da extensa máquina repressiva, busca-se agora mistificar através da propaganda i-deológica e dos "projetos impacto".

O quadro se inverte em 75 quando, após o desempenho da economia no primei ro semestre, perspectivas sombrias começam a tomar o lugar da euforia burgue sa. Os pronunciamentos oficiais passam a evitar estimativas quantitativas, "mas não deixam de ser claros quanto a queda da taxa de crescimento em 75 e '76. "Conjuntura Econômica" da Fundação Getúlio Vargas, afirmando que "não de seja cair na aventura de antecipar qual seria a taxa provável de crescimento do PIB para 75", admite que no primeiro semestre a taxa de expansão projetada para o ano todo, terminará por revelar um indice "substancialmente inferior à taxa histórica de 7%, correspondente ao ritmo médio dos últimos 25" anos".

Na verdade, sintomas de problemas ao nível de funcionamento do economia faxem-se presentes desde 73. Sintomas de inflação reprimida, quando produt res reduzem a oferta de carne e leite em protesto contra os preços oficiai Escassez de matérias primas que atingiu vários ramos industriais em 73 e Falta de mão de obra, inclusive de mão de obra pouco qualificada. Finalmen a brusca queda na taxa de crescimento do PNB, situada em 75 em torno de 4% cujas perspectivas para 76 são sombrias. Embora tais fatores não caracteri zam ainda seguramente um ciclo de depressão, são sintomas claros que o aug conjuntural chegou ao fim. No entanto para uma caracterização mais precisa das tendências a médio e a longo prazo são necessárias considerações mais talhadas. No que se segue, procuraremos apenas levantar as questões que par cem chaves para estimar o comportamento futuro da economia.

U principal ponto de estrangulamento, que impede a continuidade de alta taxas de crescimento, situa-se na disponibilidade insuficiente de alguns bens de produção (equipamentos e matérias primas). O atual ciclo econômico niciado em 68 contou com amplo exercito de reserva e grande capacidade ocidade por de imediato: em 68 e 69 ela se manteve entre 16 e 17%, isto é, no mesmo ní vel que a média do período 52-67. Nas a partir de 70, a capacidade ocida a minui, o mesmo ocorrendo com o exército industrial de reserva.

Para atender a demanda de equipamentos e matérias primas que a produção interna não estava em condições de suprir, recorreu-se às importações, que cresceram notavelmente nos últimos anos. Us recursos necessários para tal, foram proporcionados pela expansão das exportações e pela entrada de capita estrangeiros, ambos extremamente facilitados pelas condições do mercado mur dial no periodo. Esta possibilidade de complementar a produção interna comportações, sem o que a expansão dos últimos anos teria esbarrado mais cem rigidos limites físicos, explica em boa medida a continuidade do ciclo daltas taxas de crescimento.

Quanto às exportações, é de se considerar que o governo conseguiu tirar pleno proveito da conjuntura favorável do mercado mundial, desenvolvendo um política de incentivos no setor. O surto de exportações que então se verificou, em meio às campanhas governamentais, deu origem a concepções errôneas sobre o papel das exportações no funcionamento da economia brasileira, con cepções estas ainda presentes em análises oficiais de agrupamentos de esque da. Tais concepções têm o seu eixo no entendimento da política de exportações como uma decorrência dos limites do mercado interno. Na verdade, sem deixar de colocar no mercado externo o excesso de determinados produtos, necessidade de incrementar as exportações advem, como situamos acima, da ne cessidade de sustentar as importações de bens de produção e as entradas de capital.

Quanto a entrada de capitais, também deu-se uma coincidência de uma política governamental destinada a atraí-los, quer sob a forma de empréstimos, como de investimento, com uma situação de grande liquidez no mercado mundia de capitais. A entrada maciça de capitais estrangeiros que ocorreu, serviu para cobrir o déficit de balanço comercial e de serviços e permitiu, nestes últimos anos, que as importações crescessem a um ritmo ainda maior que as e portações.

Uma consequência de aumento crescente das importações e do ingresso de c

pitais estrangeiros, principalmente sob a forma de moeda foi um crescimento' excessivo da divida externa. Mão é sem sentido a polêmica travada no interior das classes dominantes em torno dos problemas da divida externa: uma observa ção da evolução do balamço de pagamentos e das dividas e reservas mostra que se os indices de 75 igualarem os de 75, as reservas iriam a zero. Por outro' lado, a crise que se manifestou na economia mundial em meados de 73 determinou que as exportações prasileiras encontrassem limites mais estreitos afe tando também a entrada de capitais.

As medidas econômicas adotadas até agora pelo governo Geisel para enfrentar esses pontos de estrangulamento da economia envolvem: limitar as importações, criar mecanismos adicionais de estímulo às exportações, criar novos estímulos ao ingresso de capitais estrangeiros, estimular a substituição de Thems de produção. Avaliaremos sucintamente as possibilidades de cada um destes tópicos.

Quanto à limitação das importações, a meta governamental é reduzí-la em '15% em relação a '75. Trata-se evidentemente de uma medida da consequências 'recessivas sobre a economia se levarmos em conta que, entre '70 e 74, quando' o pento de estrangulamento é rompido via importações, o crescimento médio do FID de 16% ao ano exigiu um crescimento médio das importações de cerca de '46% ao ano. Por outro lado, as medidas que buscam estimular a substituição 'de importações de bens de capital, não podem ter efeitos de curto prazo so - bre a economia, na medida em que os investimentos a serem realizados exigem' um prazo de maturação. Além disso, a substituição de importações, numa pri - meira fase, leva ao aumento da importação de equipamentos. E, com relação ao petroleo, segundo as previsões do próprio governo, a produção nacional em '5 será menor do que em 74, devido ao processo de esgotamento dos campos atualmente explorados e as novas descobertas só começarão a dar resultados comerciais após 76.

D aumento das exportações e o ingresso de capitais estrangeiros são variá veis que se ligam estreitamente às condições do mercado mundial. Como já situamos as facilidades neste campo que a economia brasileira encontrou nos 'anos do "milagre", dissiparam-se com a crise mundial que se manifestou a partir de 73. Embora análises do FMI e da OECD assinalem maio/75 como um marco do início da recuperação econômica dos países industrializados, por enquanto as taxas de desempenho real das economias desses países não indicam uma recuperação mais firme. Cumpre observar ainda que os capitais arabes que o gover no brasileiro tanto tem se empenhado em atrair preferem, por enquanto, dirigirem-se a países europeus onde já agem tradicionalmente e neste sentido o resultado da política externa brasileira tem sido praticamente nulo.

Finalmente, cabe observar que em 76 as perspectivas para o setor agrícola são bastante pessimistas. Enquanto as metas estabelecidas previam um crescimento anual mínimo de 7%, em 75 este indice girou em torno de 3,6% e, para '76, as previsões são de crescimento zero, na melhor das hipóteses. Cosetor primário tem uma participação em torno de 65% do total das exportações, sendo que em 74 o café contribuiu com 12,6% e o açucar com 27,5% (sobre o total das exportações). Os efeitos da geada levarão a uma queda de aproximadamente 60% na produção do café, sendo necessário, para compensá-la e permitir o crescimento zero que os outros produtos agrícolas tenham um crescimento mé -

dio de 6%. Destaque-se ainda a grande queda no preço do açúcar no mercado finterno, prevendo-se uma queda maior ainda para 76.

As tendências políticas

Paralelamente ao aprofundamento dos problemas ao nível da economia, verifica-se, a partir de 74, determinadas alterações na situação política do '
país. A ascenção de Geisel ao tempo em que representou a predominância no po
der da facção castelista, teve como consequência as tentativas da ditadura T
de por em prática a "abertura controlada". Isto, aliado aos problemas econômicos abriu espaço para o revigoramento das oposições burguesas e para o res
surgimento de movimentos da pequena burguesia. Se tais fatores criam condições mais favoráveis para a atuação da esquerda revolucionária, esta, profun
damente marcada pela crise dos anos de descenço, não conseguiu ainda aproveī
tá-los.

A politica de "abertura controlada", propugnada pela facção castelista, é um projeto político anterior ao surgimento das dificuldades econômicas. Não' pode ser entendido, portanto, como o expediente utilizado pela ditadura para fazer face a uma crise econômica e política em andamento no sistema. Evidentemente, os problemas econômicos que o governo Medici começou a enfrentar a partir de 73, favoreceram a volta ao cenário político dos antigos expoentes' da Sorbonne, apresentando-se como alternativa a um governo cujo Ministro da' fazenda manipulava cinicamente as estatisticas para mascarar a inflação re - primida, a crise de matérias primas, de mão de obra, e os problemas de abastecimento. Mas, ao contrário de representar a unificação da ditadura em torno de uma alternativa face aos problemas existentes a ascenção de Geisel expressa justamente a quebra da harmonia anterior das Forças Armadas e a intensificação das suas disputas internas.

Em termos gerais, a "abertura controlada", pretende o aperfeiçoamento do regime, institucionalizando os instrumentos que caracterizam o Estado forte e intervencionista. Desta forma, ela pretende angariar o apoio dos setores principais das classes dominantes e dos militares, em torno de fórmulas institucionais que respondam as necessidades da centralização do poder político e ao caráter repressivo do Estado. Obviamente, a "abertura controlada" incorpora algumas concessões em termos de liberdade de expressão para a burguesia e para a pequena burguesia, ao buscar ampliar as bases sociais da ditadura militar.

Fundamentada numa concepção burguesa que não leva em conta as leis das lutas de classes, o caráter idealista desta política, determina a sua inviabilidade a prazo. Assim, embora o processo objetivo tenha forçado a evolução da ditadura no sentido da sua adequação às necessidades do capitalismo, o estabelecimento de formas estáveis de funcionamento do regime sempre se chocou com as contradições que abre ou intensifica. No interior das Forças Armadas, os próprios representantes mais diretos desta concepção, embora os mais conscientes, nem sempre conseguiram se impor no controle dos instrumentos do Estado, tendo que ceder lugar a outras facções. O enquadramento do regime dentro de fórmulas institucionais – talvez o mais importante para a sua estabi-

lização - tem-se revelado o mais problemático quando, face as contradições 'em jogo, as veleidades institucionais são obrigadas a dar lugar às medidas 'de exceção. E justamente tal aspecto, traduzido na política de "abertura con trolada", que é colocado no centro do projeto política do governo Geisel Tuando, esgotada a euforia burguesa em torno de Medici, a corrente castelista consegue voltar a se impor entre os militares.

Seus problemas existentes à época da substituição do chefe militar, favoreceram a ascenção da corrente castelista, o desdobramento de tais problemas, em meio as brechas abertas pelas tentativas de liberalização do regime, iriom aprofundar a instabilidade do regime. Pode se dizer que a "abertura controla da" enfrentaria contradições menores se posta em prática no periodo da acele rada expansão econômica, quando o conjunto das classes dominantes tecia louvores ao Brasil grande ampliando a sua euforia até a pequena burguesia. Dum momento de esgotamento desta euforia, quando a curva da economia tende a mar char no sentido inverso, o afrouxamento nos instrumentos de controle só pode ria criar canais de expressão para os setores burgueses marginalizados no $\overline{}$ processo anterior. Desta forma, as últimas eleições gerais representaram uma água fria nos planos da ditadura, ao expressar o revigoramento da oposição ' burquesa, arrastando setores mais radicais da pequena burguesia e que passam a pressionar por transformações na situação política. Au passo que as contra dições da "abertura controlada" vinham a tona, reforçando entre facções mili tares a tendência a seu contrário, a ditadura foi obrigada a se colocar na defensiva, quando a realidade ameaçava continuamente ultrapassar os seus pro

L revigoramento atual de oposição burguesa na liderança da luta pela rede mocratização só consegue iludir setores do movimento revolucionário porque T estes mada aprenderam com as lições do processo político dos últimos anos. A oposição burguesa expressa a situação em nossa sociedade do médio capital, a chamada burguesia nacional. Em 64, diante do movimento operário em ascenção, aliou-se com a gorilada em torno do golpe militar. Em 68, já mais enfraqueci da ensaiou a redemocratização através da defesa das prerrogativas do Congres so. Em seguida, embalada pela expansão econômica que se iniciava e amedronta da diante das greves operárias, não hesitou em apoiar o endurecimento do regime que fazia claramente a política do grande capital. Hoje, não pretende ' alterar as suas relações desproporcionais com o capital monopolista, que tem a parte do leão, mas barganhar com ele. Não pretende a destruição do apare lho repressivo da ditadura, nem ampla liberdade de expressão e organização ' extensiva aos trabalhadores, mas uma participação maior sua no poder político. Por isso, não será a oposição burguesa que, no campo político, pretenderá alterar aquilo que expressa a relação de forças na economia. No máximo, e la pretende ganhar pontos na barganha com a ditadura militar.

Os movimentos da pequena burguesia, por seu turno, expressam a situação intermediária desta classe na sociedade. Em face da radicalização do movimento operário, foi em 64 massa de manobra para o golpe. Em 67/60 radicalizou—se à esquerda, com os efeitos da situação econômica. Neutralizou—se com os benefícios marginais da expansão. Hoje, quando se aguçam os seus problemas materiais, faz renascer as suas reivindicações filiando—se a liderança da oposição burguesa na luta pela redemocratização. No entanto, muito mais que a oposição burguesa, são os movimentos da pequena burguesia que hoje tendem a ultrapassar os limites da "abertura". Assim é que o movimento estudantil nas

brechas abertas pela situação atual, vem se reforçando em extensão e em organização, o que abre a perspectiva de suas ações fugirem ao controle da ditadura e da oposição burguesa.

Os novos elementos da situação nacional a partir da 74 continuam trazendo. como fator decisivamente favorável à ditadura militar, a ausência da classe' operária organizada nas lutas de classe do país. Não podemos dizer, portanto, que a chave para as transformações que se desenham na conjuntura política,es teja diretamente relacionada com o movimento operário. Pela importância capi tal do arrocho salarial e pelo claro caráter anti operário do regime, de qualquer maneiro este é o espectro que o ronda e assusta. Maior seria a reação da ditadura portanto, diante da ameaça de uma ofensiva dos trabalhadores e, neste caso, os setores menores da burguesia cairão de novo em seus braços. Não é esta ainda uma questão de momento pois ao contrário do que pensam al quins, o movimento operário não ressurgirá como fruto mecânico da crise econô mica. E hoje, nem a oposição burguesa nem os pelegos, tem qualquer pretensão de estimular o movimento das massas trabalhadores por suas reivindicações. ' Uuerem apenas a "mobilização" do voto. E as lideranças operárias de esquerda e muito mais as próprias organizações da esquerda, que poderiam intervir nas lutas que a massa expontaneamente já trava, ainda estão por criar as suas da ses fabris. Se, por sua vez, não se aprofundarem na vã e desastrosa tentativa de querer mobilizar o proletariado em apoio às lutas burguesa e pequeno ' burguesas.

Na impossibilidade do movimento operário vir a ser uma força efetiva nas' atuais disputas políticas, o desdobramento destas permanecerá sendo marcado' pelas alternativas burguesas e pequeno burguesas. Nessas circunstâncias, não cabe alimentar ilusões seja na "abertura" de Geisel, seja na "redemocratiza -ção" da oposição burguesa. A instabilidade política que caracteriza hoje o' regime é uma situação que dificilmente se mantém por um periodo de tempo mais longo, principalmente se se mantiver a tendência ao agravamento da situação econômica, colocando para o capital a necessidade de medidas saneadoras mais firmes. Por ora, o governo Geisel vai conseguinda se manter num ponto ' de equilibrio entre as pressões da linha dura, e as ações da oposição burgue sa e pequeno burguesa. Faz concessões a uns e outros, enquanto procura quenhar tempo para a solução dos problemas econômicos. Nas trata-se de um frá i equilibrio, pois depende não só de sua capacidade de conter as pressões das facções militares, mas principalmente do fato dos movimentos das oposições se manterem dentro de limites aceitáveis.

Mas, o rompimento desse ponto de equilibrio ainda não se configura para logo. No momento, as promessas de liberalização ainda quardam para a ditadura o seu valor, pois respondem a situação de maior isolamento social do regime que se reflete dentro da própria oficialidade militar. Afinal, as discussões sobre o "Estado de direito" nas quais se concentram as oposições burque sas e pequeno burquesas, e as reivindicações materiais desses setores, enquanto reivindicações, se desgastam a ditadura, ainda não a poem em risco.Is to até o momento em que os movimentos de oposição, o crescimento do ME, ou a intensificação das lutas de resistência dos trabalhadores, ameaçarem fugir ao controle da ditadura.

ivesse sentido, a ditadura já vem se munindo de medidas preventivas, ao procurar depurar os setores radicais da oposição e ao ensaiar os diversos ar

dis para vedar à oposição burguesa o acesso ao aparelho estatal. As próximas eleições municipais certamente se darão num clima mais repressivo do que as eleições de 74: a "abertura" não está em condições de suportar outro golpe 'como o foi a vitória da oposição nas últimas eleições. Certamente, as condições para um endurecimento do regime não são agora as mesmas de 68, em face da situação econômica e das forças despertadas pelas próprias promessas de liberalização da ditadura. Mas, é uma imposição das contradições do sistema que, para se desenvolver, coloca a necessidade de um Estado forte e repressi vo. É possível, pelo controle da máquina estatal que a ditadura detém, pela tendência de auto defesa dos militares no poder, pela inconsequência das oposições burguesas e pequeno-burguesas e pela fraqueza atual do movimento operário.

A situação do movimento operário

O problema mais agudo que ainda hoje permanece na ordem do dia para os re volucionários, é o da qualidade do nosso proletariado. Só a existência de ' uma classe operária organizada e independente é que colocará em novas bases' a luta de classes no país. E agora os pontos de partida para que os revolucionários contribuam neste sentido são mais baixos do que em 68. Seja pelo lon go periodo em que viveram isolados da massa operária, seja pela situação das poucas organizações que se mantiveram no proletariado, seja pelo grande en fraquecimento vivido pela esquerda revolucionária, seja pela penetração na 'classe das posições burguesas e pequeno burguesas. Uma perspectiva de atuação hoje, para ser revolucionária, precisa ter seu eixo nas tarefas de organização e mobilização independente da classe operária. Em face disto, é preciso avaliar mais de perto a trajetória e a situação atual do movimento operário.

Desde a implantação do arrocho salarial ele é a causa básica das lutas operárias e a barreira contra qualquer possibilidade de a ditadura obter aí bases sociais. No enfrentamento dos seus efeitos, a massa variou desde as greves de Contagem e Osasco até as tentativas de defender o nível de vida com as horas extras, com a mudança de patrão, ou a subida de função. Entre a quele ponto mais alto da luta, e este ponto mais baixo, sem luta, desenvolve ram-se movimentos coletivos espontâneos de resistência, ilegais e legais. No auge da expansão fatores materiais novos influiram sobre estes movimentos. O principal foi o aumento do nível de empregos, que trouxe uma maior liberdade de luta para a massa operária. Liberdade entendida como a existência de ou tros compradores de sua força de trabalho quando as lutas eram respondidas com as demissões. Além disso, para os operários especializados e semi especializados colocou-se a possibilidade de barganha com os patrões na determinação dos salários fora dos mecanismos de controle salarial.

A característica mais valiosa desses movimentos espontâneos são os meios não legais de luta, cuja forma mais generalizada é a diminuição da produção, a greve tartaruga. Essa foi a forma coletiva por excelência encontrada pela classe para enfrentar diretamente os efeitos da lei de arrocho, fugindo das estreitas possibilidades ilegais de luta, mas não entrando em confronto aber to com o Estado. São manifestações esporádicas e irregulares de luta que quradam um grau de organização correspondente ao seu caráter elementar, tão de seu caráter elementar.

elementar e fluida que não atinge o nível de sua defesa própria. As lideranças em geral, são despedidas, de tal modo que a persistência do movimento é a bafada pelos próprios meios de repressão dos patrões, sem exigir a interferên cia do Estado.

No entanto, a massa vem desenvolvendo também formas legais de resistência reivindicando direitos que ainda permanecem na legislação burguesa, como for ma indireta de enfrentar os efeitos da lei de arrocho. Trata-se basicamente de processos coletivos levados na Justiça do Trabalho. Este caminho normal mente traz desgastes e desilusões, seja pelo próprio caráter anti operário da Justiça do Trabalho, seja pelos covardes acordos promovidos pelos pelegos seja pelas represálias mais fáceis dos patrões.

Estas formas de resistência se manifestaram em todas as regiões operárias do país, sem que os setores que se levantaram nas lutas de 68 tenham apresen tado diferenças importantes em relação aos outros. Certamente isso se explica porque, mesmo sendo portadores de uma experiência mais rica e mais avança da, éla é um todo onde as formas de organização e manifestação estão ligadas à greve declarada e ilegal. No entanto, nem todos os operários, fábricas ou categorias mostraram o mesmo nível de combatividade. Destacam-se pela combatividade os operários especializados e semi especializados. Entre as fábricas, as grandes unidades de produção. Entre as categorias, a categoria metalurgica, por diversos fatores (tradição, concentração de operários especializados e semi especializados, maior dinamismo deste ramo industrial, etc).

Se os movimentos espontâneos da classe demonstraram a sua disposição de luta em resistência à exploração, ao mesmo tempo mostram a fraqueza a que chegou o movimento operário. Evitar o confronto com o Estado foi uma forma de adaptação da massa, a uma correlação de forças extremamente desfavorável em face da ditadura militar. E as lideranças que espontaneamente foram surgin do em cada luta só poderiam levar o movimento nos níveis mais elementares, com pouca capacidade de resistir à ação nociva dos pelegos. É que a repressão da ditadura militar sobre as lideranças de esquerda, afastou da massa operária aqueles combatentes que podiam fazer avançar a sua luta, sua organização e sua consciência. De tal modo que, quando a massa se encontrou de mãos mais livres, seus combatentes mais experientes e valiosos se encontra vam de mãos amarradas.

Nas lideranças de esquerda pesa sobremaneira a herança acumulada nas lutas de 68 e as consequências daqueles confrontos. O trabalho de agitação e organização nas fábricas marcou muito mais as lideranças dos locais de ponta de 68 (Contagem, Csasco, ABC) do que as dos locais onde a massa não chegou então a lutas significativas. Estas, concentraram assua atuação no âmbito dos sindicatos e dos bairros, ficando em segundo plano a organização no interior das fábricas. Mas, a isso se acresce que as lideranças dos locais de Tonta de 68 foram mais duramente atingidas pela ação repressiva, que pratica mente as dispersou e paralizou. De tal modo que São Paulo e Rio, em termos de atuação das lideranças, se tornaram as frentes mais dinâmicas, apresentan do no entanto, uma qualidade inferior à que foi forjada em Csasco, Contagem e ABC.

Nesses locais mais dinâmicos, é que se mantiveram mais organizadas e atu-

antes as lideranças em torno da Uposição Sindical. Esta forma de organização demonstrou cer uma forma válida de aglutinação das lideranças e da massa avençada, nas condições presentes, por consequir melhor respaldar a sua atuação diante da sanha repressiva pelo seu caráter ao menos semi-legal. A sua 'darictência, que dia respeito a própria formação das lideranças e não e esta forma organizatória, está na lugar secundário deixado a organização e ao dusenvolvimento das lutas de fábrica. Com efeito, essas Oposições Sindicais' tem como unidade o combate a política dos pelegos, mas reunem operários de mais diversa formação: reformistos, populistas, proletária, com predominância a da populista. Embora seja generalizada a defesa mais ou menos clara da organização nas fábricas e de desatrelamento do sindicato - o que constitui. 's sem dúvida um avanço na consciência das lideranças nos anos de ditadura militar, na prática da maioria esta questão não adquire prioridade e alguns se a proximem da prática dos pelegos.

Se em 1960, basco e Contagem influiram mas concepções das lideranças de outras regiões quanto aos métodos de luta, hoje são estas frentes mais dinâmicas que tendem a influir. Isso, pelo fato de terem conseguido se adaptar las condições de luta e manter uma ampla organização das lideranças e da massa avançada, no período de descenso. Diferente foi a situação nos locais de ponta de 60, onde os grupos operários passaram por um processo de enfraquecimento contínuo e as lideranças praticamente paralizaram-se, de um lado, pela ação e vigilância da repressão, de outro, por não terem encontrado uma linha de atividade que os mantivessem aglutinados no descenso.

O sindicato estatal, por sua vaz, manteve o mesmo caráter tradicional dos instrumentos dos patrões para o controle da classe operária. A inutilidade ' das campanhas salariais conduzidas pelos pelegos estritamente dontro da lega lidade, obrigou-os, como condição de sobrevivência nos cargos, a destacar o caráter assistencial do sindicato, o que aliás foi estimulado pela ditadura' militar. Nos momentos em que intervieram nas lutas de fábrica, para levá-las à Justiça do Trabalho ou ao acordo com os patrões, muitas vezes se desgastaram junto a massa. Esse desgaste só não foi mas amplo, pela situação das lideranças de esquerda (os limites a sua atuação, a desorganização ou a paralisia).

A massa operária assim, joyada a sua própria sorte, em suas lutas espontâneas, sofrendo a influência dos pelegos de sindicatos, não teria como neste período avançar na sua consciência e organização. Pois seriam e são as li ranças de esquerda que tem condições de levá-la a isso. De um lado porque o' marxismo penetrou na consciência dessas lideranças, mesmo que seja apenas em linhas gerais da defesa de uma sociedade socialista. De outro lado, as condições sob a ditadura militar e a influência das discussões travadas pela es querda revolucionária, levou estas lideranças à defesa das formas de luta ilegas, da organização fabril ilegal e as fez avançar na compreensão da inca pacidade do sindicato atrelado de comandar as lutas operárias. Concepções es tas mais claras nos grupos e lideranças anti-capitalistas pelos seus laços maiores com as posições proletárias. As condições vividas no descenso isolaram e praticamente paralizaram essas lideranças deixando apenas restos des tes grupos. A retomada da atividade destas lideranças sempre se dará, no entanto, marcada por esta herança própria.

As tarefas dos revolucionários na conjuntura

Evidentemente, as transformações que se processam na situação econômica e política do país a partir de 74, alteram favoravelmente as condições de atuação dos revolucionários, em relação aos anos de descenço. A esquerda revolucionária já vem respondendo a isto com a sua redinamização. Equivoca-se porém, na avaliação das perspectivas políticas e na fixação das tarefas que possam contribuir ao avanço da revolução.

Pode-se dizer que, frente às condições relativamente mais favoráveis de a tuação, o velho imediatismo que sempre caracterizou a esquerda revolucionaria a ressurge sob vários matizes. O imediatismo está nas ilusões quento ao desdobramento do quadro conjuntural, quer nos agrupamentos que veem na "abertura controlada" e no revigoramento da oposição burguesa um processo de redemo cratização em marcha, quer naqueles que imaginam que a situação atual se desembocará espontâneamente numa crise que levará à derrubada da ditadura. Estes equivocos na avaliação das perspectivas determinam propostas de atuação não menos imediatistas. Por isso, as posições vão desde as tentativas de mobilizar o proletariado diretamente em torno das lutas pela redemocratização travada pela oposição burguesa e pela pequena burguesia, até as táticas sectárias e divisionistas frente as poucas organizações que a camada avançada do proletariado manteve.

Como vimos, os setores de oposição burguesa e os movimentos da pequena burguesia radical, não tem condições de alterar as características básicas que marcam a política e a economia nacional: o Estado forte e intervencionis ta, o controle das massas pela repressão, o arrocho salarial, o dominio do grande capital e a integração imperialista. Este quadro não se rompe se os trabalhadores, sob a liderança do proletariado industrial, não tiverem cond ções de intervir a sustentar posições conquistados em sua luta independente. E a situação do movimento operário é hoje caracterizada, de um lado, pela atomização e fragilidade política de uma vanguarda revolucionária isolada da classe, de outro, pelas massas desorganizadas resistindo à exploração nos n veis mais elementares de luta. Nestas condições, o desdobramento do quadro conjuntural continuará marcado pelas alternativas burguesas e pequeno burque sas, em cujo desfecho o Estado repressivo certamente se imporá. Não passa d ilusão qualquer idéia de que os pequanos agrupamentos de esquerda possam co mandar o proletariado em alianças com a pequena burguesia e com os setores burguesia. Qualquer tentativa nesse sentido não terá outra consequência se não o reforçamento da tendência espontânea existente de atrelamento do prol tariado à política burquesa.

Uma perspectiva de atuação que contribua para o avanço da revolução soci lista a partir das condições atuais, não terá a sua fonte de dinamismo em i lusões idealistas, mas na segurança quanto a justeza das diretrizes adotada tanto as mais gerais — o Programa, a linha estratégica — quanto às diretrizes táticas, que traduzem aquelas para o momento atual. Neste terreno, a avaliação das condições reinantes — as relações de forças nas lutas de classe, estado da classe operária e da vanguarda revolucionária — nos leva a enten der que, o aproveitamento revolucionário do momento presente, impõe uma atação tendo em vista um duplo objetivo: reconstruir qualitativamente e quantativamente a vanguarda revolucionária e fazer avançar o movimento operário

Portanto, uma reconstrução da erquerda revolucionária no movimento operário.

quanto ao primeiro aspecto, afirmamos ser condição essencial para a recuperação da vanquarda revolucionária que ela seja portadora de concepções qerais justas e de diretrizes políticas consistentes para a atividade imediata Do ponto de vista das concepções gerais, insistimos em destacar o Programa ! Socialista e a linha estratégica enquanto posições que condensam o esforco ' militante pela tradução do marxismo leninismo numa concepção proletária de ' luta, adequada às condições do país. Estas concepções e as experiências de sua aplicação tem que ser entendidas hoje como um acervo do movimento revolu cionário no país e não só da Ú. que as elaborou e as defende até hoje. Por outro lado, o processo político dos últimos anos redundou na diluição do núcleo de quadros organizados em torno do Programa Socialista. As organizações dele originárias ou que se aproximam de suas posições, tendem hoje a se distanciar por divergências de vários níveis. Desta forma, é tarefa fundamental hoje a retomada da divulgação e defesa das concepções do PSB, pleiteando o seu debate no interior da esquerda revolucionária, com vistas ao reforçamento da tendência proletária nas lutas de classe do país.

Esta atividade de luta idelógica em torno das posições socialistas, embora conduzida para o campo dos objetivos programáticos e da linha estratégica, assume a sua concretização efetiva quando referidas às diretrizes para as atividades presentes. Mesmo sabendo que na maioria dos agrupamentos o sentido que geral da atuação está basicamente definido, consideramos errônea a concepção que julga que tais definições dispensam o debate ideológico em benefício da realização prática destas diretrizes nas frentes, ou que o processo a ser le vado seja um mero desdobramento das posições já assumidas. Ao contrário, consideramos que ainda é uma condição para a recuperação da esquerda revolucionária, adquirir firmeza na avaliação das condições de luta, munir-se de diretrizes coerentes com a linha proletária que possam fazer avançar a revolução e que, reforcem ideológicamente os agrupamentos revolucionários.

Quanto ao segundo aspecto, ou seja, a atuação frente ao movimento operário, tratar-se-á de, aproveitando as condições do momento político atual, fazer avançar a consciência e organização independente da classe, ao tempo em que se processa a ligação da vanguarda revolucionária com o movimento operário.

Tal diretriz não terá saldo palpável se a esquerda revolucionária não con centrar suas forças no trabalho na classe operária. Isto é condição tanto para a reconstituição de suas forças na linha proletária, como para fazer avan çar a classe revolucionária. O desenvolvimento do trabalho em outras camadas, e setôres aliados da classe operária depende da avaliação concreta de que es te trabalho poderá dar no reforçamento do movimento revolucionário dentro dos objetivos fixados. Não só os revolucionários devem concentrar as suas forças na classe, como dentro da classe devem escolher os centros mais importantes do ponto de vista mais revolucionário. Estas são as regiões que agrupam as grandes indústrias modernas de bens de consumo duráveis e de bens de equipamentos, e dentro destas regiões as grandes indústrias e, entre estas, mere - cem atenção especial as indústrias metalúrgicas.

Nesta concentração de forças, os revolucionários devem ainda dirigir as

suas atenções principalmente para a vanguarda da classe. A relação de forças existente não possibilitará a ampla difusão das orientações políticas na mas sa; por outro lado, a vanguarda precisamente porque é constituida dos mais capazes, de maior iniciativa, e maior combatividade, tem condições de assimi lar mais profunda e extensamente a política proletária. Na vanguarda da clas se, ocupam lugar de destaque as lideranças dos grupos operários que permanecem aglutinados.

Para fazer avançar o movimento operário dentro das condições atuais, os revolucionários devem saber partir dos pontos favoráveis que o movimento espontâneo e a camada avançada da classe criaram nestes anos. Basicamente, a luta ilegal que o proletariado veio desenvolvendo nas fábricas e nas oposi-ções sindicais que a camada avançada forjou e mostrou serem formas válidas de aglutinação nas condições presentes. A luta econômica é hoje o principal ponto de partida para o desenvolvimento das atividades na classe. O eixo des tas lutas deslocou-se para os problemas de fábrica e nelas o método proletário de luta que é a greve, adaptou-se à atual relação de forças das classes, na forma elementar da greve tartaruna. Este é o caminho que as lutas esponta neas do proletariado têm apontado e que os revolucionários devem aprofundar, procurando a partir daí, obter saldos na organização e na consciência do pro letariado.

Ao nível organizatório das fábricas devem ser desenvolvidas formas ilegais de organização que correspondam à luta ilegal de resistência. A organização dos operários mais avançados deve ser forjada nestas lutas, no nível '
em que for possível chegar em cada fábrica. Não se trata de fixar critérios'
rígidos quanto ao nível de consciência dos operários aglutinados, nem de ter
ilusões fáceis quanto à continuidade ininterrupta destas organizações. Trata
se de ter como objetivo - e traduzir isso na prática - o avanço da consciência dos operários no decorrer das lutas. Quanto maior for a sua compreensão'
dos objetivos, caminhos e formas de organização operária, maiores possibilidades de resistência terão estas organizações.

As oposições sindicais respondem à necessidade que tem a classe de buscar um centro coordenador de sua luta econômica frente à desmobilização do sindicato atrelado. Es revolucionários devem contribuir para a sua criação ou para torná-las consequentes com os interesses da classe. Para isso devem a tuar no seu interior desenvolvendo a propaganda revolucionária e, em particular, agitando e propagando a liberdade sindical, a necessidade de organizar os operários pelas bases, o fim da lei do arrocho e da lei anti-greve. Não se trata de confundir as Eposições Sindicais enquanto organismos da massa avançada com as organizações de esquerda. Toda tentativa neste sentido implicará no isolamento dos revolucionários, reduzindo suas possibilidades de influir na consciência dos operários avançados.

Deve haver uma estreita ligação entre oposições sindicais e organismos de fábrica. De um lado, cabe-nos lutar nas oposições sindicais pelo desenvolvimento da luta e da organização nas fábricas. De outro lado, a ligação da organização fabril e oposição sindical, a depender do nível de consciência dos seus elementos, amplia a solidariedade de classe, estende o conhecimento da luta operária, a discussão de seus caminhos, e torna viva a compreensão do luta operária do sindicato estatal. Se já avançada for a qualidade dos combatentes

nas fábricas, mais eficiente será a luta pela consequência das oposições sin dicais com sua intervenção nela. Além disso, o trabalho nas fábricas, que de ve ser centrado no desenvolvimento das lutas locais, envolva também a participação nas questões sindicais da categoria (campanhas solariais, eleições' sindicais, etc.).

A luta ilegal é principal forma de luta nas fábricas, mas não a exclusiva As lutas legais que a classe vem empregando na defesa dos direitos constantes da legislação burguesa, seja nas questões salariais, seja nas questões relativas às condições de trabalho, devem ser desenvolvidas na medida em que signifiquem um caminho para as lutas e para a organização ilegal. Por isso, depende da avaliação concreta das possibilidades de contribuir neste sentido Evidentemente que, tanto nestas lutas legais como nas lutas semi-legais das oposições sindicais deve-se preservar a organização clandestina.

Para que o proletariado avance em sua consciência e organização independente, a luta política e aluta ideológica devem ser inseparáveis da luta econômica. Assim toda a atividade da esquerda revolucionária deve ser impregnada da idéia de que não é possível nenhuma melhoria duradoura do proletariado sob o regime capitalista, que só a destruição do Estado burguês e a implanta ção da ditadura do proletariado permitirão melhorar a situação da classe operária. A difusão dessa idéia e dos demais objetivos da luta revolucionária são possíveis hoje principalmente através da propaganda, face à relação de forças existente entre as classes.

Mas a unificação da luta do proletariado pelo poder não se alcança apenas pela agitação e propaganda. Ela não é possivel sem que se desenvolvam lutas parciais que respondem às necessidades de amplas massas. Essas lutas corres pondem a reivendicações que não poem em cheque o capitalismo, mas que pela sua amplitude provocam a mobilização do regime para defender os seus interes ses. E isso cria condições para que a luta seja colocada num nível mais alto Evidentemente, hoje as condições não permitem mesmo essas lutas parciais. Mas é possível desde hoje difundir os objetivos dessas lutas parciais, principal mente pela propaganda. Deste modo, quando a relação de forças entre as classes se alterar, estes objetivos estarão presentes e contribuirão para que a clas se faça novas conquistas. Essas reivindicações, uma vez consumadas, só poderão ser arrancadas da classe por uma nova luta, e ao mesmo tempo, possibilitam colocar a luta política em nível mais alto.

Por serem reivindicações ligadas aos problemas sentidos pelas mais amplas massas, a sua difusão ganha eficiência quando abresentadas numa plataforma.' Esse é o sentido da plataforma de lutas cujos principais pontos são: pelo fim da lei do arrocho, pelo fim da lei de greve, pela libertação dos sindicatos' da dominação ministerial, pela liberdade de expressão, manifestação e organização dos trabalhadores.

Para tornar a classe consciente de que é uma classe distinta e oposta à burguesia, e desenvolver a solidariedade de classe, é necessário o desenvolvimento contínuo da luta ideológica. A esquerda revolucionária deve se colocar como tarefa a utilização de todas as lutas, mais ou menos amplas, nas fábricas ou nos sindicatos, enfim, nas mais diversas condições, para desenvolver o trabalho ideológico. Deve utilizar toda exploração e opressão da clas-

se operaria para mostrar o seu carater de classe, tanto através da aqitação como da propaganda; deve em todas as circunstâncias salientar os interesses e a solidariedade de classe; deve sempre destacar, em oposição aos métodos targueses de luta, os métodos proletários, mesmo quando asses não são utilizáveis de imediato; deve insistir na necessidade de constituir organizações da classe, independente das classes dominantes.

Publicamos hoje uma terceira parte de subsídios históricos sobre o fascismo. Escolhemos dois artigos, 'que procuram dar uma visão panorâmica da importância do problema na luta prática da classe operária alemã. Ambos datam de 1932, um ano decisivo para a ofensiva do nazismo, que abriu o caminho para a tomada do poder, em 1933.

Foi também um ano decisivo para a classe operária, pois apesar dos ine gáveis sucessos obtidos, a vitória ' do fascismo não estava ainda assequrada na República de Weimar. Ainda havia um poderoso movimento operári o. dois partidos políticos de massa, o social-democrata e o comunista e um vasto movimento sindical, capaz ' de mobilizar milhões de assalariados U Partido Social-democrata, entretan to, não conhecia outro remédio do ' que procurar a sua salvação em alian cas com forças burguasas, para for mar"frentes democráticas" contra a a meaca nazista. Dessa maneira preten dia continuar a sua política de participação em governos de coligação ' com liberais e católicos. Os sindica tos . sob influência social-democrata. se adaptaram a essa política. O Partido Comunista Alemão, por sua ' vez, via na social-democracia o inimigo principal, batizando-a de "soci al-fascista", impossibilitando desse modo uma ação de resistência comum ' de toda a classe operária contra o nazismo. É o próprio artigo, que me lhor descreve a situação criada pela tática ultra-esquerdista do PCA e da IC. que pouco depois levou à destrui

ção do movimento operário organizado na Alemanha.

Foi o proletariado francês, que ' tirou as lições da derrota alemã. ' quando em fevereiro de 1934 repeliu' a ofensiva do fascismo francês nas ' ruas de Paris. Operários comunistas' e socialistas estabeleceram espontâneamente uma frente única proletária passando por cima das direções dos seus partidos. Foi naquela ocasião ' que a tática do "social-fascismo"foi enterrada pelo PC e as direções soci alistas, reformistas, se viram obriqadas, sob a pressão das massas, a ' colaborar com os comunistas. É sobre essa fase da luta contra o fascismo' na França e na Espanha, que o ARQUI-VO MARXISTA publicará subsidios nos' próximos números.

O fato de termos encerrado por en quanto a publicação de subsídios his tóricos para uma discussão teórica do caráter de classe e da função do fascismo na sociedade burguesa, não exclui a possibilidade de nos ocupar mos novamente com a questão, quando se trata de debater teorias atualmen te em voga, como a de Poulantzas e outras. Tal discussão, entretanto, não cabe mais especificamente no Arquivo.

A bancarrota das concepções ultra-esquerdista sobre a crise do capitalismo

E.B.

As derrotas do PCA em 13 de março, em 10 e 24 de abril (1) iluminam repen tinamente a situação fatal em que o Partido Comunista se encontra, pois o inimigo mais perigoso da classe operária, o fascismo, avança de vitória em vi tória e realiza os últimos preparativos para a tomada do poder. Há tempo não é mais segredo que o Partido Comunista, devido à sua incorreta política ul tra esquerdista, não é mais o bastião revolucionário, como a burocracia parti dária o pretende e que a anos não possui mais menhuma influência digna de menção nas fábricas e nas grandes organizações de massa da classe operária . Esta fraqueza do PCA, decisiva e real, foi porém escondida pelo fato de que! desde o início da crise novas massas de membros afluiam ao Partido e que des de então pôde também obter sucessos parlamentares. Esta fachada brilhante es condeu anos a fio a pobreza e a miséria da linha ultra esquerdista. Agora. nas eleições das últimas semanas, esta fachada desmoronou e por tras dos des troços a classe operária não vê nada - a não ser vacuidade e vazio. Uma vi são deveras alarmante! O inimigo em marcha - e o único partido, sob cuja liderança a classe operária pode rebatê-lo, enfraquecido, confuso e vacilante! em suas fileiras. Esta situação ameaçadora tem que obrigar os membros do PCA à reflexão. à pesquisa das causas que levaram o Partido à sua iminente derro cada. Esta reflexão crítica começou para alguns, para os operários políticamente mais esclarecidos. Se o avanço do fascismo, as derrotas do Partido não conseguiram assustar a burocracia partidária soberana em sua calma olímpica, a insatisfação dos membros, a dúvida crescente destes acerca da justeza da ' linha política, a acessibilidade destes aos argumentos do PCA-O (2) a tornam cada vez mais intranquila. Por isto ela empreende os mais desesperados esfor ços para salvar o mais sagrado dos bens - a crença na infalibilidade da dire ção ultra esquerdista e a confiança cega nas suas resoluções. Mas a continui

dade da existência do Partido, a sua afirmação face ao fascismo, depende exa tamente de que a crença fetichista na política e na direção ultra esquerdista seja destruida radicalmente e que os membros consigam no último momento! forçar uma mudança de diretrizes. A manobra da burocracia partidária de enco brir a própria bancarrota com a " autocrítica bolchevista", ou seja, com a crítica aos operários comunistas é infelizmente favorecida pelo fato de que' uma grande parte dos membros, há pouco tempo no Partido, sem formação política e sem experiência, não conhece o desenvolvimento do PCA, nem da política e da tática comunista e antes de tudo não tem a mínima idéia da' história da política ultra esquerdista e de seus erros. O que isto significa no atual momento vê-se imediatamente, se se leva em conta dois fatos: que o destino do PCA e da classe operária alemã durante muitos anos dependerá da liquidação da política ultra esquerdista e da sua substituição por uma política comunista de frente única, e que esta mudança de diretriz não virá de ci ma, pelo contrário, so poderá ser conquistada pelas bases contra a vontade da liderança ultra esquerdista. O operário comunista, o simples membro do Parti do, tem em suas mãos a chave que pode abrir os portões para os amplos campos de uma política comunista plena de sucessos. Esclarecer este operário, ligar o ensinamento dos fatos com a crítica da linha ultra esquerdista expondo as necessidades políticas destes dias e semanas – esta é a tarefa mais importan te do PCA-O no momento. Do cumprimento desta tarefa - liderar os membros comunistas na rebelião contra a burocracia ultra esquerdista incapaz – depende rá se o mundo viverá ou não um segundo drama finlandês, desta vez em territó rio alemão.

O operário comunista, organizado no PCA, seja apenas desde alguns meses, ' ou no melhor dos casos há um du dois anos, não sabe que a política ultra esquerdista, desenvolvida pelo Partido desde o 6º Congresso da Internacional, significa uma ruptura total com os ensinamentos táticos que o Comintern desenvolveu sob a direção de Lenin, e que estão protocolados nas Resoluções ' dos quatro primeiros Congressos da Internacional. Quando a Internacional Comunista determinou a tática para os partidos comunistas nos países capitalis tas, partiu das experiências dos anos revolucionários na Europa Ocidental.Es sas experiências mostraram que os partidos comunistas não podem esperar ga nhar as massas para si somente no fogo da revolução, pelo contrário, mostraram que a revolução proletária só poderia vencer se os comunistas conseguissem em período pré-revolucionário, através de um trabalho tenaz, superar a ' influência do reformismo sobre a classe operária e conquistar as camadas decisivas do proletariado para as idéias do comunismo. Partindo desta compreen são histórica, o 2º, e especialmente, o 3º Congresso da Internacional Comunis ta determinaram detalhadamente a tática dos partidos comunistas até o momento da tomada do poder. Trabalho nos sindicatos, tática de frente única, luta pelos interesses diários dos trabalhadores em ligação com a propaganda dos ' objetivos finais comunistas e com as palavras de ordem de transição - eram as linhas mestras da tática que deveria impedir que no caso de uma segunda onda revolucionária, os partidos comunistas se encontrassem tão desarmados como os recem fundados partidos nos anos 1918/20. Este importante legado de Lenin aos partidos comunistas nos estados capitalistas foi levianamente abondonado pela Internacional Comunista e pelo PCA com o início da era ultra esquerdista. Os resultados de uma experiência de vários anos, de uma cuidadosa análise marxis ta, o trabalho dos mais significativos líderes da Internacional Comunista fo ram postos de lado sem majores reflexões. Com as observações levianas de Lo

sowski, no 6º Congresso da Internacional – de que as tarefas de uma Internacional não consistiriam em repetir sempre as mesmas coisas a cada um dos seus que na concepção de Lenin teriam validade até a vitória da revolução proleta tra esquerdista, a qual está em contradição direta com os ensinamentos de Le não russos.

O ponto de partida para a tática ultra esquerdista, que foi introduzida ' pelo 6º Congresso foi a análise da situação do capitalismo durante este congresso. Para o marxista é indispensável uma análise precisa da situação obje tiva, pois toda política comunista se orienta nas condições econômicas e polí ticas e nas possibilidades para a realização dos objetivos comunistas, que de las resultam. Toda a análise falsa conduz por isso a erros no trabalho político do partido comunista. Uma análise errada pode resultar de dois procedimentos incorretos. De um lado da limitação da pesquisa às manifestações da ' superfície da vida social - é o típico procedimento do reformismo. Por outro lado, pode surgir da própria fantasia, dos próprios desejos e esperanças em¹ relação à situação real que substituem o instrumento da pesquisa, o materialismo dialético – e esta caracteriza o "radicalismo", a doença infantil do ' comunismo. A análise econômica do 6º Congresso - resumida no chavão do "terceiro período" - padece essencialmente do último erro, mesmo que deva o seu' surgimento inicialmente ao primeiro. Bukarin, que na sua exposição foi o pri meiro a falar do "terceiro período", o definiu como o estágio da estabilização consolidada do capitalismo. Este equívoco oportunista não foi corrigido' por uma análise precisa que constatasse as contradições do capitalismo estabilizado, que anunciasse os abalos vindouros do sistema capitalista, mas pelo contrário, pela sua substituição pelo equívoco inverso. No decorrer do Con gresso, e especialmente, nos dois anos seguintes, até o fim pouco honroso des ta teoria, o 3º período da estabilização consolidada, tal como Bukarin o tinha definido, se transformou no da estabilização ultra podre, vacilante e abalada.

Os partidários da tática ultra esquerdista frequentemente defendem em dis cussões a posição de que a teoria do 3º período seria absolutamente correta. que a crise econômica mundial a teria confirmado e que a crítica feita pela! Oposição Comunista a esta teoria se teria mostrado falha. Estes companheiros passam por cima de duas questões. Primeiro, a teoria do 3º período não foi a presentada como uma profecia, ou seja, o terceiro periodo da estabilização ! abalada não deveria começar no futuro, pelo contrário, datava já a partir do ano de 1928. A crise porém só começou cerca de dois anos depois. O erro indis culpável de, num momento em que uma conjuntura de expansão ainda dominava na maior parte dos países capitalistas, decretar o imediato colapso do capitalis mo, só pôde ser cometido porque se renunciara a qualquer exame econômico pre ciso - e foi em cima do mesmo material empírico da tese de Bukarin sobre a estabilização consolidada que se baseavam depois os defensores da afirmação! de que o sistema capitalista estaria abalado. Só assim também foi possível ' proclamar o começo do 3º período de maneira igual para todos os países com ' excessão da União Soviética, e com isto não dar atenção à lei do desenvolvimento desigual do capitalismo. Em segundo lugar os defensores do 3º período' se esquecem dos erros cardiais desta teoria. O 3º período deveria não só sig

nificar o abalo econômico do capitalismo, mas também o colapso político da so ciedade capitalista. Em incontáveis discursos, resoluções e artigos foi decla rado que o 3º período seria sinônimo do avanço revolucionário, que o aguça mento das contradiçoes do capitalismo conduziriam as massas para o lado do comunismo, que o Partido teria uma "breve, inflamada perspectiva" e que se deveria preparar para o "grande quebra-pau". No decorrer do ano de 1929 a "i mediata situação revolucionária", que amadurecia se transformou em dito proverbial.

Com esta concepção os teóricos do 3º período abandonavam a compreensão 'marxista da relação dialética entre econômia e política em favor de um ponto de vista mecanicista, economicista. Qualquer marxista sabe que o capitalismo não leva automaticamente o proletariado à consciência de classe, ao pensamen to socialista e à ação revolucionária, que o desenvolvimento econômico por a só não leva de forma alguma as massas "à consciência da necessidade de derru bar o capitalismo e de realizar a revolução proletaária". Isto só pode ser a tingido pelo trabalho de educação política consciente dos partidos socialistas, ou respectivamente hoje, dos partidos comunistas, os quais, baseados 'nos fatos do processo social trazem para a classe operária a consciência da sua tarefa de coveira da sociedade capitalista.

Este importante papel do partido comunista é porém totalmente esquecido ' pela teoria do 3º período. E isto por uma liderança partidária para a qual ' transformou-se num esporte dirigir campanhas sucessivas, cada vez mais violen tas contra o "luxemburguismo", contra a superestimação da expontaneidade das massas e contra a subestimação do significado do Partido. Na realidade, uma crise capitalista, desacompanhada de um trabalho incansável, de uma tática ' coroada de êxito, de uma máxima atividade do Partido Comunista não traz de forma alguma o fortalecimento do fator revolucionário. É o que o presente mo mento ensina. O resultado mecânico da crise, por mais grave que ela seja, não é o "grande quebra-pau", o colapso automático do capitalismo. Existe não ape nas uma saida socialista, mas também, uma saída capitalista da crise, não a penas uma revolucionária, mas também uma solução contra revolucionária da crise. Se o Partido Comunista não desenvolver com todas as suas forças uma política que lhe traga a confiança da classe operária, que leve os operários à consci ência de que a saída revolucionária significa a úncia salvação possível para eles, as massas - e em primeiro lugar a pequeno burguesia, mas diante de um' fracasso contínuo do Partido, também camadas do proletariado - se dirigem pa ra o campo da contra revolução, que lhes promete o fim das suas privações.Es te"pormenor" foi esquecido pelos estrategistas do 3º período, que com isto T se revelaram economistas vulgares e idólatras da espontaneidade das massas.' Tal foi a análise econômica sobre cujos "seguros" fundamentos se baseou a no va tática ultra esquerdista das lutas ofensivas e decisivas das organiza— T ções sindicais próprias e da "frente única vermelha" e que devia representar a justificação científica para o abandono da tática leninista.

A teoria do 3º período alcançou a idade de dois anos e então a crise econômica mundial que entrementes irrompeu lhe deu o tiro de misericórdia. Du rante anos a fio os burocratas do Comintern se embriagaram com as frases sobre a estabilização abalada e a imediata e aguda situação revolucionária e já festejavam a vitória quando então a crise chegou. Esta trouxe realmente um forte abalo econômico no sistema capitalista e com isto as condições objetivas para o ascenço revolucionário - fatos, que até então só existiam nas fantasias exuberantes da liderança ultra esquerdista. Agora era a hora de revolucionárias que se colocavam diante dele, de provar que possuia a confiquando a prova dos nove deveria ser tirada, a coragem dos audaciosos estrate navam cada vez mais e os seus pronunciamentos se tor que deveria trazer o fim da estabilização do capitalismo e a vitória da Revolução, foi enterrada.

O irrompimento da crise pegou a liderança ultra esquerdista totalmente des preparada. Nos dois anos anteriores de política ultra esquerdista ela desa prendeu o uso do método dialético para a análise do desenvolvimento econômico, pois tomava a conjuntura de expansão como sendo de crise. Quando a crise então realmente chegou, estava em consequência, também incapaz de analisar as suas formas concretas de manifestação, da mesma maneira que não estava em ' condições de analisar a situação econômica nos anos 1928/1929. Até hoje está faltando um profundo tratamento e apresentação da crise econômica mundial na literatura comunista oficial. Unde se encontrar alguma ocupação com proble mas sobre a crise, lá a concepção se aproximará com frequência a teoria mecanicista, grosseira de que não existiria menhuma solução capitalista para a crise atual, à uma teoria, tal como a hoje representada pelo SAP (3), cuja ' consequência prática é a passividade da classe operária. A revista oficiosa' do Comintern, "Die Hommunistische Internationale", ainda em fevereiro deste' ano, se queixou de que na imprensa partidaria estava "fazendo falta um trata mento dialético desta questão (a crise econômica mundial)". Não questiona po rém a causa desta carência. Com o abandono do tratamento dialético da crise l os redatores comunistas não fazem mais do que seguir galhardamente as pega das dos profetas do 39 período. Também eles imaginam a possibilidade de um desmoronamento automático do capitalismo, como vimos. Assim, se bem que de ' outra perspectiva, continua a velha lenga-lenga. No lugar de se ocupar seria mente com a situação econômica na chamada terceira fase, os apologetas da 🗍 teoria do 3º período lançam-se em especulações sobre as diferentes fases des te, que tanta seriedade tem quanto bolhas de sabão furta—cores das crianças. Hoje apresentam observações profundas mas completamente sem sentido sobre as etapas da crise, que na realidade são apenas as etapas da capitulação impo tente da linha ultra esquerdista diante das dificuldades de uma alternativa' revolucionária à crise.

A primeira reunião do Comintern que se realizou depois do começo da crise, a reunião do Presidium Ampliado do Comitê Executivo da IC, em março de 1930, trouxe a primeira revisão da teria do 3º periodo. A crise tinha levado a uma taque sem precedentes do capital ao nível de vida das massas, a uma pressão contra revolucionária agudizada. De dominação capitalista abalada, de desamparo e impotência da burguesia, do destemido assalto do proletariado contra o sistema capitalista, já não se podia falar. Sob a violenta pressão destes fatos o CEIC se tornou mais modesto. E resolveu abandonar na questão a teori a do 3º período, e em parte assumir a análise dos odiados "renegados" do PCA-O. Agora se dizia que o começo do abalo da estabilização chegara. O "ascenço revolucionário" porém foi mantido.

Esta primeira mudança de linha é cheia de ensinamentos para todas as se guintes. A direção ultra esquerdista, tendo em vista a realidade inexorável, se conformou a por de lado os exageros e deformações mais grosseiras e a colocar, penosamente, pelo menos na aparência, a teoria em adequação à realida de. Porém, não conseguiu nem coragem nem compreensão – por medo de abalar sua autoridade e devido ao seu insuficiente conhecimento das condições – de criticar abertamente e revogar as resoluções que se tinham comprovado como falsas. Introduziu repentinamente na teoria do 3º período uma outra, no sentido acima comentado, e "esqueceu" generosamente o seu sentido e interpretação originários. Assim a "brilhante linha geral" – como Thälmann costuma dizer –e a infalibilidade das instâncias superiores foram salvas.

Como porém a origem dos erros do 3º período não foi descoberta, como a ba lela do ascenço revolucionário foi mantida, em pouco tempo os velhos dispara tes ressurgiram sob novas roupagens. É verdade que do 30 período não se fa lou mais; ele desapareceu - por estar muito comprometido - do vocabulário dos jornalistas do Partido. No entanto, como seu substituto, veio a"crise revolu cionária". Até o XI Pleno do CEIC a concepção de que a crise revolucionária" era iminente, fazia parte das teorias fundamentais da linha ultra esquerdista. Em extensos artigos nos jornais e revistas do Comintern e do PCA eram apresentadas reflexões sobre a "crise econômica", a "crise política", a "crise revolucionária", a "situação revolucionária", a "transformação da crise e conômica em crise política". A essência destas posições era a velha teoria T do 30 período: o colapso do capitalismo ocorre automaticamente, através da a gudização da crise econômica, que se transforma em crise política, no abalo político do domínio da burguesia, cujo resultado final é a crise revolucioná ria, a derrubada do capitalismo. A situação na Alemanha era caracterizada co mo aonde a crise econômica já tinha se transformado em política; em parte a crise revolucionária era esperada a curtíssimo prazo, e em parte, em artigos da "Die Internationale", era declarado que a situação revolucionária já teri a chegado, pois todas as condições definidas por Lenin para a Revolução Proletária, já estariam preenchidas.

Naquela época o PCA-O chamou a atenção para o grosseiro despropósito im plicito no jogo com os conceitos de crise política e crise revolucionária. ! Mostrou que para Lenin não existia nenhuma diferença entre crise política e crise revolucionária. Que segundo a sua teoria, a crise revolucionária resul ta da crise econômica, se a classe operária sob a liderança do Partido Comunista investe contra a fortaleza capitalista, se não só as condições objetivas estão dadas, ou seja, o abalo econômico do sistema capitalista, mas também, as subjetivas, a disposição de luta das massas. Declaramos desde então, que neste sentido a Alemanha até agora não atravessara nenhuma crise político revolucionária. Acentuamos na nossa crítica que há muito as condições revolucionárias objetivas estão preenchidas na Alemanha, mas que, por consequencia da linha ultra esquerdista o fator subjetivo estava falhando; que as repetidas afirmações solenes de que a situação revolucionária já existiria, nada mais eram do que auto-engodo; e que as etapas do desenvolvimento revolu cionário, descobertas com argúcia escolástica, só pretendiam esconder que o' Partido, de etapa em etapa, naufragava na fraseologia ultra esquerdista e na passividade oportunista. Nossa critica foi respondida com invectivas violen tas. As instâncias partidárias se apressaram mais uma vez a confirmar que a Alemanha se encontrava às vésperas da revolução e que o fator revolucionário

se desenvolvia passo a passo com o objetivo.

No entanto, a despeito das declamações, das frases e sonhos voluntaristas ultra esquerdistas, a crise prosseguiu sua marcha, a miséria das massas au mentou, a ofensiva do capital se tornou mais impetuosa, a contra revolução e a situação revolucionária o ascenço revolucionário, a crise revolucionária e a situação revolucionária na Alemanha permaneceu um segredo da liderança ultra esquerdista. Fora do Comintern e dás instâncias partidárias, todo o mur do restante não percebia nada do aproximar-se da revolução proletária.

Finalmente, tendo em vista a situação real o Comintern viu—se obrigado no XI Pleno em março/abril de 1931, para proteger o movimento comunista da desgraça do ridículo, a desistir radicalmente do fantasma da já existente crise revolucionaria. Com isto, foi finalmente proferida a sentença de morte à teo ria do 3º período. A crítica do Pleno do CEIC coincide amplamente com a dos! "renegados contra revolucionários". Manuilski precisou constatar no seu discurso que não existe diferença entre crise política e crise revolucionária, que em nenhum país existia crise revolucionária, que o fator revolucionário permanecia atras das condições objetivas, que na questão do caráter e veloci dade do ascenço revolucionário erros crassos tinham sido cometidos, etc, etc Porém da mesma forma que na reunião do CEIC do ano anterior, a liderança do Comintern se contentou em enumerar as falhas na teoria e na prática dos partidos comunistas. A questão do por que não foi colocada. A razão do fracasso tão completo dos partidos comunistas diante de condições objetivas favorá veis para a revolução, não foi esclarecido. A discussão desta questão teria! desmascarado a política ultra esquerdista de catástrofe, a bancarrota da linha ultra esquerdista, a qual o Comintern ainda não tinha podido se decidir' a abandonar. Desta forma a mudança de rumo tinha de necessariamente permanecer pela metade, insuficiente.

O resultado do XI Pleno do CEIC foi que a fraseologia radical da situação revolucionária, da vitória da revolução que se aproximava, etc, se tornou "mais rara na agitação do Partido Comunista. Como porém o XI Pleno do CEIC ne gligenciou afastar através de uma mudança de rumo, a relação equivocada entre o fator subjetivo e o objetivo e na medida que este equivoco ainda aumertou com o aprofundamento da crise a consequencia do abandono da fase radical só podia ser o outro extremo, o oportunismo, o derrotismo, o pânico.

Tomemos por exemplo o discurso que Thälmann pronunciou na Seção Plenária do CC do PCA em fevereiro de 1932 e que foi divulgada como brochura com o titulo de "A alternativa revolucionária para a crise". Thälmann necessita de cordo com as orientações do XI Pleno do CEIC de reconhecer o atraso do fator revolucionário. Quem é culpado disto? Não é o Partido que é o responsável, responde Thälmann, "se na Alemanha a revolução não venceu. Uma tal apresent ção do "atraso" iria dentro das circunstâncias fazer com que uma parte da classe operária, por causa das nossas explicações tivesse abalada a sua confiança no Partido". Assim, a linha política, e as instâncias partidárias per manecem sem mácula. Mas, quem é então o responsável? A culpa - ficamos então sabendo - está é nas condições objetivas. Como tais são arroladas: a ameaça do imperialismo francês de intervir, no caso de uma revolução alemã, além disso, o desânimo despertado pelo SPD, as "dificuldades complementares da crise", o grande exército de desempregados que dificulta a greve. Isto é

portunismo da pior espécie. Todas estas dificuldades poderiam ser superadas' no caso de uma política correta do Partido. Citá-las como desculpa para o 'fracasso da direção incapaz do Partido, não é senão capitulação diante des tas dificuldades.

Se partimos desta concepção - de que as condições objetivas, e não o Partido, são as culpadas de que nos na Alemanha não tivemos ainda uma revolução até o fim, chegaremos a aqueles comunistas que no 10 e 24 de abril se passaram para o campo do fascismo. São as condições objetivas ainda imaturas para a ação revolucionária do Partido Comunista, então ajudemô-las, então crie mos através da vitória do fascismo a crise revolucionária – a crise revoluci omária que até agora o Partido mão pôde trazer. São os"revoluciomários impa cientes" os que assim argumentam e agem. Porém, não menos impetuosamente do que este tipo de "impaciência revolucionária" alastra-se o derrotismo. O fra casso do Partido Comunista, a ofensiva da contra revolução, são cada vez mais aceitos como um destino inevitável. Autoridades no comunismo como o ' "Prawda" já se encontram no mais escandaloso derrotismo como o que foi repre sentado no 6º Congresso da Internacional por um delegado. Este afirmava, su postamente baseado no "grande processo de raciocínio que nos foi legado por Marx e Engels, que o movimento operário não chegaria à vitória final atra vés de uma sequência contínua de vitórias, mas que nós teríamos que caminhar através de uma série de derrotas". Se estas idéias se transformarem no con senso dos membros do Partido, então seria impossível impedir a vitória do ' fascismo e a derrocada do Partido.

O caminho que vai da vitória certa – na análise econômica do 6º Congresso da Internacional – até a avaliação oportunista e derrotista da situação nestes últimos meses e semanas é longo. Mas a liderança ultra esquerdista conse guiu percorrê-lo em quase quatro anos. É uma queda sem igual. É verdade que existiram paradas, pausas curtas para pensar, vacilações, mas a força para u ma mudança de rumo não foi conseguida. O atual ânimo capitulacionista nas instâncias partidárias ao lado de prementes condições favoráveis para o movimento comunista significa a pena de morte para a avaliação econômica da situação pela liderança ultra esquerdista e para a tática que nela se baseava. Tendo em vista esta circunstância o PCA-O precisa mostrar aos membros do Partido, através de uma análise marxista da atual situação, que não existe ra – zão para pânico e capitulação se eles nos apoiarem na luta contra os auto – res deste perigo, na luta contra a linha ultra esquerdista e seus defensores.

GEGEN DEN STRUM, 1932, nº 10

A política ultra-esquerdista e o fascismo

Procuramos mostrar no artigo anterior, como foi leviana e incorreta lise econômica, sobre a qual se baseia a tática ultra-esquerdista desde 6º Congresso da Internacional até os dias de hoje. Não menos falsa foi lise da situação política feita pela liderança ultra-esquerdista nestes tro anos.

Também aqui foi o 6º Congresso da IC o ponto de partida para os absu que, desde então são ditos e escritos sobre as condições políticas nos capitalistas. A primeira grande "descoberta" do curso ultra-esquerdista o 6º Congresso introduziu foi a do 3º Período", aquela pretensa nova et do capitalismo de pós-guerra, a qual - de maneira automática e mecânica veria trazer o colapso econômico da ordem social existente. A segunda d berta, não menos vergonhosa para os seus autores, foi a do "socialfasci

Ainda nos lembramos das concepções sobre a situação econômica que es na base das resoluções do 6º Congresso: crescente abalo da estabilizaçã pitalista e sinônimo a ele, o "ascenso revolucionário", a revolta das mo crescimento do movimento comunista. Qual seria porém a atitude da bur sia, tendo em vista uma tal ameaça ao seu domínio? A teoria do socialfa mo deveria dar uma resposta a esta questão.

O 6º Congresso da IC lançou as bases desta teoria, na medida em que va da crise geral da democracia, da crescente tendência da burguesia em sar a métodos de dominação fascistas, ao mesmo tempo em que lançava mão socialdemocracia. Esta afirmação sobre a fascistização da socialdemocra se baseava tão pouco na realidade, em fatos, quanto a teoria do 3º Peri

Tanto antes quanto depois do 6º Congresso da IC o desenvolvimento político não forneceu qualquer material adequado para justificar as concepções políticas do Congresso. Apesar disso os princípios de uma teoria do "socialfascismo" foram de tal modo desenvolvidos que agora já se fala claramente da so cialdemocracia como o sustentáculo do fascismo. Pouco a pouco cresceu a lite ratura sobre o "socialfascismo", porém de tal forma, que em pouco tempo, no lugar das escassas afirmações políticas do 6º Congresso apareceram estudos ' detalhados e extensos sobre o passado, presente e futuro do "socialfascismo".

Vejamos então mais de perto a teoria do "socialfascismo", o filho dileto' da direção ultra-esquerdista.

Sua primeira tese é que no "3º Período" a forma de dominação política do' capitalismo monopolista seria o fascismo. Da mesma maneira como segundo a re solução do 6º Congresso da IC, no ano de 1928 em cinco sextos do mundo a estabilização do capitalismo deveria estar abalada e as seções da Internacio nal Comunista em ascenso, foi decretado que se iniciava também nos países ca pitalistas a era do fascismo. Esta concepção não era falsa apenas porque no \(\) ano de 1928, nenhum sintoma de dissolução da democracia burguesa era visível Fosse este o único erro da tese, então provaria que os teóricos do "social fascismo" teriam se enganado somente na determinação do tempo. Mas esta teoria não possuia tampouco validade para o período posterior, o da crise econô mica mundial, pois ela coloca de maneira mecânica uma mesma medida para na ções capitalistas que estão nos mais diferentes níveis de desenvolvimento econômico e político.

De forma alguma o fascismo é apenas a soma destes dois fatores: capitalis mo monopolista e crise. Pelo contrário, ele só surge quando além destes dois fatos se junta ainda uma relação de classes bem determinada, ou seja, quando não apenas a burguesia, por causa da decadência da economia capitalista, devido à crise. procura desamparada por um salvador, por um ditador, mas também, quando a classe operária está enfraquecida, dividida, sem uma liderança revolucionária consequente. Isto significa portanto, que por um lado depende do grau do abalo econômico, e de outro da situação do movimento operário, da capacidade de ação do Partido Comunista, se o fascismo vence ou não, em um determi nado país. Não só as experiências com o fascismo italiano e polonês, que datam de antes da crise atual, mas também os resultados políticos dos últimos' anos o provam. Se existe um desenvolvimento ameaçador na Alemanha, em dire ção à ditadura fascista, isso se dá exatamente porque a Alemanha hoje é o elo mais fraco do capitalismo e porque aqui devido à longa política de alianças da socialdemocracia com partidos burgueses e à tática ultra-esquerdista' do PCA o movimento operário foi enfraquecido. Abstrair destas condições espe ciais do fascismo, como a liderança ultra-esquerdista o faz, tomar a ditadura fascista como um resultado inevitável do desenvolvimento do capital monopolista, ignorando aí o papel do proletariado - tem que levar necessariamente ao fatalismo, à passividade da classe operária.

Esta consequencia prática da concepção ultra-esquerdista sobre o fascismo foi ainda mais aprofundada por uma outra tese: a teoria do "socialfascismo". Esta afirmava que a ditadura fascista não era consequência de uma derrota da classe operária, mas pelo contrário, de seu poder, de sua ascensão, de sua' ofensiva, a "antítese histórica do ascenso revolucionário do movimento operá rio" (Thalmann, no XI Pleno do CEIC). Se isso fosse verdade, então as massas

78

trabalhadoras poderiam de fato ficar tranquilas. O crescimento do movimento' fascista daria então apenas a medida da aceleração do ascenso revolucionário. Infelizmente os fatos demonstram outra coisa. Antes de tudo o que a experiên cia italiana prova é exatamente o contrário.

Porém a burocracia ultra-esquerdista sabe como tratar dos fatos reniten tes, pedras no sapato da nova tática. Estes ou são ignorados, deixados de la do ou apagados da história. O último método é o preferido para a teoria do T socialfascismo em relação ao incômodo exemplo italiano. Diante de todas ad vertências em relação ao clássico desenvolvimento do fascismo italiano os de fensores do socialfascismo respondem com a cantilena: isto só acontece uma T vez, isto não se repete. Assim a derrota da classe operária italiana nada ' mais foi do que um acontecimento único, um lamentável "acidente de trabalho" sofrido pelo proletariado italiano e seu partido comunista. Polônia e Finlân dia são resolvidos da mesma forma.

E a Alemanha? Aqui é empregado um outro método de tratamento da realidade. Aqui ela É torcida e deturpada até que se adapte ao esquema do "ascenso revo lucionário" em relação ao qual, a defesa contra o fascismo se torna secundária. E, pelo contrário, exatamente a experiência alema mostra que a concep ção sobre o fascismo, tal como é defendida pelo PCA-O, é a única teoria correta e que está de acordo com a realidade do desenvolvimento fascista. Por que as camadas médias e partes da classe operária na Alemanha não reagiram à crise e à ofensiva do capital, à miséria e privações, reforçando as fileiras da revolução ou pelo menos demonstrando simpatia ou neutralidade em relação! ao comunismo? Porque o PCA, por causa da linha ultra-esquerdista, estava desamparado diante da crise e não podia apontar menhuma alternativa. Foi esta ' fraqueza do Partido Comunista que permitiu ao nacional-socialismo colocar a miséria das massas a serviço do capital monopolista e formar com os pequenoburgueses e desempregados desiludidos com a traição reformista e com a impotência ultra-esquerdista, tropas de choque ativas contra o "marxismo". Se a tese ultra-esquerdista de que o fascismo é um produto da força da classe ope rária fosse certa, então a relação entre a expansão do fascismo e do comunis mo hoje deveria mer inversa. Portanto, não é senão um fútil auto-engodo, se' os burocratas ultra-esquerdistas, apesar das inumeráveis provas do passado e presente do fascismo, negam que o ascenso deste seja a consequência da fra queza do proletariado causada por uma política errada do Partido Comunista.

Estas argumentações da concepção ultra-esquerdista sobre o fascismo, não! são porém ainda o cerne da teoria do social-fascismo. Elas se ocupam tão somente do fascismo. A teoria do social-fascismo porém pretende ser mais do ' que isso. Ela pratende tratar de um tipo de fascismo especial, o tipo mais ' "eminente", o chamado "socialfascismo". Quando a teoria do "socialfascismo"! foi criada, a democracia parlamentar ainda dominava na maior parte dos paí ses capitalistas e a política de alianças da socialdemocracia com partidos ' burgueses estava em pleno florescimento. Apesar disso toi proclamado o inici o da "fascistização". Para adequer a análise política à realidade foi declarado que não mais existia menhuma contradição entre democracia e fascismo, ' que a socialdemocracia seria o sustentáculo do fascismo e que o movimento fascista propriamente dito, pelo contrário, só teria um papel secundário.

Novamente, a experiência italiana, que provara o contrário, estava no ca-

minho da nova "sabedoria". As instâncias ultra-esquerdistas livraram-se do ! embaraco na medida em que diferenciaram dois tipos de fascismo. Um deles. o "genuinamente puro", como Heinz Neumann o chamava, do tipo do fascismo itali ano, só ocorreria em países agrários, o outro, o "socialfascismo", por sua T vez deveria dominar nos países industriais. Os teóricos do "socialfascismo"! procederam até os dias de hoje segundo este esquema. Todas as realidades in cômodas para a teoria do "socialfascismo" que resultavam do exemplo italiano. polonês ou finlandês, eram contabilizadas sob o título: "baixo nível de de senvolvimento social". Para este tipo inferior de fascismo se deixa de forma clemente valer que a derrota da classe operária é premissa para a ditadura ! fascista, que o fascismo significa uma ruptura com a democracia parlamentar. e que. o partido fascista, e não o socialdemocrata, é a base e o executor do regime fascista. Mas como produto de uma sociedade atrazada as suas teorias! não devem ter significado para as nações capitalistas desenvolvidas. Na realidade as coisas estão exatamente ao contrário de como a burocracia partidaria incapaz apresenta. O fascismo na Itália e na Polônia não é resultado de seu atrazo, e sim do seu desenvolvimento capitalista. Foi o capital monopo lista quem appiou ativamente o desenvolvimento fascista nestes países. Por ' isto estes ensinamentos do desenvolvimento fascista tem também validade para países capitalistas altamente adiantados. Ademais isto é confirmado pelo desenvolvimento alemão. Apesar da grande diferença econômica e social os caminhos do fascismo na Alemanha e na Itália apresentam uma surpreendente seme lhança em suas principais etapas.

A história refuta portanto a concepção de um tipo especial de fascismo 'nos países capitalistas; não conhece nenhum tipo de "socialfascismo". Então, em que se baseiam os defensores da teoria do socialfascismo nas suas afirmações? Os burocratas ultra-esquerdistas na luta - tão original para marxistas - que têm que travar contra a história, encontram somente uma "arma" à 'disposição: uma citação de Stalin. Com a ingenuidade que lhe é característica em relação às questões não russas, Stalin declarou em 1924 que o "fascismo" (é) a organização de combate da burguesia", "a qual se baseia no apoio a tivo da socialdemocracia. A socialdemocracia é objetivamente a ala moderada do fascismo". Para infelicidade de Stalin este absurdo foi desenterrado. Ele é tomado hoje pelas instâncias oficiais como um axioma, o qual as poupa da difícial demonstração lógica da teoria do "socialfascismo".

O PCA-O, para o qual uma citação de Stalin não é substituto para o pensamento crítico próprio, nem significa a comprovação da teoria pela praxis, lu tou desde o início inexoravelmente contra a confusão ultra-esquerdista, na questão do socialfascismo". Refutou as falsas afirmações sobre o "socialfascismo" baseado no amplo material concreto que a história já nos forneceu para o julgamento da essência e do vir a ser do fascismo. Provou - em contrapo sição ao palavrório de que seria "liberalismo podre" afirmar uma contradição entre democracia e fascismo, negar a transformação orgânica da democracia em fascismo - que apesar da democracia e o fascismo serem ambos formas de dominação da burguesia, elas se diferenciam uma da outra através de traços carac terísticos. Enquanto condições econômicas favoráveis para a burguesia não a obrigam a se chocar com os mais elementares interesses da classe operária, e la pode, apoiada sobre o reformismo, exercer o seu domínio através de méto dos democráticos. Se porém, se verifica um abalo na economia capitalista, se a crise impele a burguesia a uma ofensiva contra as massas trabalhadoras, en

tão o reformismo se torna um apoio inseguro – devido a decrescente confiança que o proletariado nele deposita - e a burguesia é levada a procurar uma nova base de massas, a qual lhe é oferecida pelo fascismo. Se o fascismo porém realizar o programa de ofensiva do capital da maneira mais radical – como a burguesia no interesse do seu lucro exige - então todos os obstáculos presen tes e os ainda por vir têm que ser tirados do caminho, sejam eles direitos T democráticos, parlamentares, organizações operárias, etc. A ditadura fascista significa por isso o rompimento com a democracia, não o seu desenvolvimen to orgânico — a violência brutal aberta e o extermínio das organizações polí ticas, sindicais e demais organizações proletarias e portanto, o fim também! do Partido Social Democrata. Isto foi o que nós mostramos em contraposição ' ao palavrorio confuso sobre a socialdemocracia como elemento constitutivo,co mo corrente do fascismo. E caracterizávamos o papel da socialdemocracia não' na medida em que repetíamos mecanicamente o absurdo ultra-esquerdistade que! a socialdemocracia seria a executora da ditadura fascista, e sim, na medida! em que apontávamos como o reformismo - com a sua política de alianças burgue sas, com o apoio à ofensiva do capital, com a sua coleboração com a liquidação da democracia – preparava a vitória do fascismo.

Como agradecimento pelo mérito de ter através de uma análise marxista do fascismo contribuido e incentivado a compreensão deste mais perigoso inimigo da classe operária, o PCA-O foi taxado pela burocracia partidária intelectualmente limitada de "ala mais esquerdista do socialfascismo"!

Como parte integrante da teoria do socialfascismo ainda constam algumas ' teses sobre a base social do "socialfascismo". Especialmente no tratamento ' desta questão o X Pleno do CEIC se permitiu os mais surpreendentes prodigios Nele foi descoberto que o fascismo – pretensamente sem importância dos paí – ses industriais — na essência se baseava na pequena burguesia e nos operários não qualificados, desempregados e que o "socialfascismo", pelo contrário, se baseava na "aristocracia operária", "e nas camadas da classe operária que pertencem aos sindicatos socialdemocratas e os dominam." (Martynow). Daí deveria resultar como consequência para a luta revolucionária final, que a luta decisiva seria travada entre o proletariado e a "aristocracia operária so cialfascista", na qual concluiam os estrategistas do Comintern, os operários reformistas serão os inimigos mortais da revolução proletária, e os operários fascistas, pelo contrário, como não qualificados e desempregados, por assim dizer predestinados para o comunismo, se passarão para o campo revolucio nário. O resultado prático de uma tal perspectiva tinha de ser necessariamen te uma luta escarnicada contra os operários "socialfascistas" e uma perigosa aproximação aos fascistas, os futuros aliados na luta contra o "socialfascis mo". Temporariamente se pode realmente observar também uma tal posição de T frente por parte do PCA.

Essa era a teoria do socialfascismo, a análise da situação política que 'devia mostrar os caminhos e objetivos na luta dos partidos comunistas em opo sição à contra-revolução, o fascismo e a socialdemocracia. Assim, tão levia-namente, foi construida uma teoria que contradizia tanto as noções teóricas do comunismo como a experiência histórica.

Armado com tais noções o Comintern e suas secções tendo à frente o PCA se lançaram na batalha contra o grande inimigo desconhecido, chamado "socialfas cismo". Ganhar uma luta contra um produto da fantasia não é nenhum prodígio, principalmente quando a luta só é travada com palavras e invectivas retumban tes. Os comunicados de vitória não se fizeram esperar. Nos anos da coalizão socialdemocrata de Hermann Müller a liderança ultra-esquerdista ultrapassouse a si mesma em fanfarronadas sobre os seus sucessos na luta contra o socialfascismo, sucessos que entretanto só eram visíveis através dos óculos ultra-esquerdistas. Baionetas não impedirão o avanço do comunismo na classe operária, mas sim só irão acelerá-lo, especialmente se forem comandadas por socialdemocratas, bravatejou Remmele (Die Internationale, 1929, 197). Depois dos sangrentos dias de maio de 1929 dizia-se até que a luta entre comunismo e reformismo pela liderança no proletariado alemão finalmente tendia a favor do comunismo. (Die Internationale, 1929, 1971).

Em meio desta embriaguês de vitória o PCA-O sempre levantou sua voz de ad vertência. Chamou a atenção de que a teoria do "socialfascismo" só poderia T produzir dois tristes resultados: de um lado uma total subestimação do verda deiro perigo fascista, de outro - através da absurda agitação contra a "aristocracia operária socialfascista" - o isolamento dos comunistas em relação aos operários socialdemocratas e o fortalecimento da influência reformista ' sobre esses. Bem cedo a realidade veio nos dar razão.

A luta contra o "socialfascismo" levou aos mais extravagantes exageros.Co mo o "socialfascismo" foi declarado o inimigo principal; como a tática da T frente única foi banida como oportunista; como não se fez mais diferença entre a liderança da socialdemocracia e os operários socialdemocratas, e sim . lançou-se ambos na panela do "socialfascismo" - aconteceu que os comunistas' se mantiveram afastados com medo de qualquer contato com operários socialdemocratas nas empresas, nos sindicatos e em outras organizações operárias, xin garam os operários socialdemocratas de "pequenos Zörgiebel" (4) e exigiram a sua expulsão das empresas e organizações proletárias. Quem não se lembra como esta luta pelo extermínio do "socialfascismo" foi estendida de forma grotesca até às crianças de escola primária, os "Zörgiebel mais pequenos", que! deviam ser expulsas das escolas? Quando pouco tempo depois desta tática ter! sido introduzida os comunistas se viram totalmente isolados, nas empresas e nas organizações de massas a Executiva freou e tentou penosamente afastar os abusos mais absurdos da teoria do "socialfascismo", como a denominação de ' simples operários socialdemocratas de "socialfascistas" sem desistir da própria teoria.

Também a outra previsão do PCA-O se confirmou bem depressa. Diante de tan to "socialfascismo" os estrategistas ultra-esquerdistas não notaram como o "verdadeiro fascismo crescia. Quando no outono de 1929 mesmo com a melhor boa vontade não era mais possível ignorar o crescente perigo fascista a liderança ultra-esquerdista teve que se ocupar com o novo fenômeno. Ela o fez to talmente contrariada, revoltada com o intruso petulante, o "nacional-fascismo", como ela o chamava, o qual de forma alguma se adaptava à teoria do "socialfascismo". Em vista disso aplicou contra ele a tática que se costuma aplicar contra intrusos petulantes. Tentou combatê-lo apenas com meios violentos: "Derrotem os fascistas aonde os encontrarem", se tornou a palavra de or dem principal na luta contra o "nacionalfascismo". Ela mostrava apenas que a burocracia do PCA era incapaz de compreender a essencia e a proporção do movimento fascista. A mera luta física contra o fascismo terminou natural e ne

cessariamente com uma derrota lamentável. Depois do rápido crescimento do 'NSDAP nas eleições da Saxônia em 1930 a secção distrital saxã precisou construxe aos nazis nenhum prejuizo. Agora, finalmente, no verão de 1930, a liderança ultra-esquerdista condescendeu colocar a questão do fascismo de maneira um pouco mais séria, e meditar acerca dos métodos para combatê-lo.

Desde o início uma coisa estava certa para a burocracia partidária: as duas teses principais, de que o fascismo representaria tão somente uma defecracia seria a força fascista mais ativa, não deviam, mesmo tendo em vista o disto permaneceu o grande enigma da ascenção do fascismo", ser tocadas. Apesar lado do "socialfascismo" o "nacionalfascismo", já que a socialdemocracia já estava cuidando dos interesses do fascismo? Se a liderança ultra-esquerdista se tivesse libertado mesmo que apenas por um momento de suas fantasias acercacia" ela teria facilmente desvendado o segredo do fascismo. Ela teria vis do PCA, motivado pela linha ultra-esquerdista. No entanto a burocracia incapaz de aprender com os novos fatos.

Como os teóricos ultra-esquerdistas se recusaram a pesquisar as raízes do movimento fascista, só lhes restou explicar a origem e o sentido do fascismo a partir de suas manifestações exteriores. A característica do "nacionalfascismo" que mais saltava aos olhos era sem dúvida a sua fraseologia naciona lista: este denominava a-si mesmo, com prazer, como "o movimento nacional" e indicava as molas motrizes de sua ascenção como Versailles e a "vergonha Jung". Para marxistas deveria ser imediatamente claro que a origem do fascis mo não deveria ser procurada na chamada opressão nacional, pois os estados T fascistas Itália e Polônia não pertenciam de forma alguma às "nações oprimidas", e a "vergonha nacional" já estava completando dez anos quando o movi mento fascista iniciou a sua ofensiva. No entanto o CC do PCA deixou-se imediatamente levar pelo embuste. A causa para o surgimento do "nacional-fascis mo" é a questão nacional, declarou a burocracia. Ú fato da Alemanha ser um ' país oprimido teria sido utilizado pelo nacionalsocialismo, para de forma fraudulenta se apresentar como o partido da libertação nacional e através disto ganhar as massas revoltadas com a "opressão da Alemanha".

Desta análise do fascismo resultou necessariamente um determinado método' de lutar contra ele, que foi também recomendado pelo PCA. Para derrotar o"na cional-fascismo" - o qual pretensamente secundário se comparado ao "social fascismo" que permanecia o sustentáculo principal do fascismo na concepção ultra-esquerdista, tão somente apoiado pelo "nacional-fascismo" - a burocracia incapaz resolveu que não era apenas uma "luta física" (Derrotem os fascistas...) e sim que era necessário iniciar a luta ideológica, ou seja, que o PCA devia tornar pública a "hipocrisia nacionalista" do NSDAP, arrancar a "máscara nacional" do fascismo e provar que o único combatente pela "liberta ção nacional" é o Partido Comunista. Com este novo método de luta do PCA con tra o fascismo se inaugura um dos mais funestos capítulos da história ultra-esquerdista. Iniciou-se a competição entre o PCA e o fascismo pela fraseologia nacional, pelo ver quem sobrepunha o outro em exigências nacionalistas,

as acusações mútuas de falta de seriedade nacional. "O programa de liberta-'
ção social e nacional" e a participação do PCA no plebiscito fascista são os
marcos neste caminho de profunda humilhação do comunismo perante o fascismo.
Ao invés de provar que a agitação nacionalista do nacional-socialismo está a
serviço dos interesses imperialistas da burguesia alemã, a liderança ultra-'
esquerdista acusa o fascismo de não lutar pela "libertação da Alemanha" de '
maneira suficientemente zelosa. Ao invés de declarar que a libertação nacional está subordinada à libertação social, anuncia o primado da primeira. Ao
invés de acusar o sistema capitalista como a causa da miséria das amplas mas
sas, fala no tom do nacional-socialismo do Plano Jung como a raiz profunda '
da ofensiva geral da fome" (Die Internationale, ano 12, H. 19). No lugar de a
centuar que o comunismo só luta pela eliminação dos acordos imperialistas através da ação proletária internacional, permite a propaganda revanchista de
guerra de Scheringer. (5)

O resultado da nova tática em relação ao fascismo foi exatamente o contrá rio do esperado pela direção ultra-esquerdista. O PCA não conseguiu derrotar o fascismo, mas o fascismo conseguiu provocar uma profunda ruptura nas filei ras do Partido Comunista. A razão não se situou apenas no fato de que na euforia da competição com a agitação abertamente chauvinista do nacional—socia lismo estavam colocados certos limites, que o PCA não podia ultrapassar a 🗍 não ser que desistisse de ser um Partido Comunista. Porém, o ponto central ' foi que as posições de partida da luta comunista contra o fascismo, devido à análise falsa do desenvolvimento do fascismo, estavam equivocadas. A luta ideológica contra a demagogia nacional do nacional-socialismo - mesmo não levando em conta que ela foi conduzida erradamente - era tão pouco suficiente! como a luta física, para derrotar o fascismo. Pois o movimento nacional-soci alista não crescia porque o NSDAP batia mais alto os tambores da "luta de 1i bertação nacional" e sim porque as massas não viam nenhuma outra salvação do que o caminho do fascismo que as tirasse da miséria em que a crise econômica as tinha lançado. Se o PCA ao invés de se perder no nacional-bolchevismo, ti vesse apoiodo os operários — através da luta contra a ofensiva do capital, T contra o assalto aos salários, contra a liquidação das garantias sociais, por um programa de criação de emprego e pelo controle da produção e através do apoio à pequena burguesia em apuros — então o mito nacionalista do fascismo' bem cedo teria sido desfeito, a demagogia anti-capitalista do nacional-socia lismo desmascarada e a verdadeira vitória do comunismo sobre o fascismo al cançada. Porém a teoria absurda do "social-fascísmo", o finca pé na tese da' social-democracia como o inimigo fascista mais perigoso, a recusa da tática' de frente única, impediram a criação de uma frente anti-fascista que englo basse toda a classe operária incluindo os operários socialdemocratas,impediu a formação de alianças e órgãos de auto-defesa de classe anti-fascistas so brepartidários para a luta de massas contra o terror fascista. Com a renúnci a deste único método de luta eficaz o PCA teve de com as armas imprestáveis do nacional—bolchevismo na mão — que traziam mais prejuizos em suas próprias fileiras do que nas do inimigo - fracassar na luta anti-fascista.

Assim o movimento nacionalista cresceu graças à liderança ultra-esquerdis ta incapaz, apesar da "luta ideológica" do PCA contra o fascismo.

As muitas reuniões, palestras e resoluções do Comintern e do PCA, que nos anos 1930 e 31 — anos da ascenção fascista — se ocuparam com o fascismo mos—

traram todas a mesma insuficiente compreensão da situação política da Alema nha. Foi feito finca pe no velno esquema. A escenção do fascismo se refieti nos cerebros da burocracia partidária como um sintoma de que o processo de radicalização teria progredido muito mais do que a maioria pressentia. E pe rigo fascista continuou a ser subestimado: as massas nacional-socialistas não eram vistas como as mais perigosas tropas da contra-revolução, mas sim em contraposição aos operários social-democratas - como os soldados da revolução de amanhã. Prematuramente foi divulgado como mérito do PCA, que o fascismo não teria conseguido penetrar na classe operária. Profetizar a crise o futuro colapso do fascismo que breve ocorreria, fazia parte da atividade preferida dos redatores comunistas. Que o "social-fascismo" seria mais perigoso do que o "nacional-fascismo" e que na Alemanha o fascismo (governo Brünning) já dominaria, apoiado na social-democracia, permaneceu a tese pri cipal apesar de que temporariamente o palavrório do social-fascismo ficasse em segundo plano. O absurdo foi coroado através da afirmação - tão perigosa como ridícula - de que o fascismo iria acelerar enormemente o ascenso revolu

U XI Pleno do CEIC precisou, sob a pressão dos fatos, realizar de má vontade uma correção de alguns exageros, produtos por demais visíveis da fantasia ultra-esquerdista. A crítica do PCA-C à teoria do social-fascismo foi as sumida em alguns pontos. E Pleno do CEIC recusou a concepção de que o fascismo seria apenas um produto da decomposição, e não também da ofensiva do capital, e de que o fascismo seria o pai da revolução. Mas, como toda a restante confusão do "social-fascismo" continuava sendo sublinhada, e como não foi 'feita a menor tentativa de uma análise marxista do fascismo, o XI Pleno não trouxe uma modificação na tática do PCA em relação ao fascismo, e em pouco 'tempo mesmo as escassas correções cairam também no esquecimento - apesar da tentativa de popularização por parte de Thälmann ("Die Internationale", 1931 H. 11,12). "A grande confusão na avaliação do fascismo" sobre a qual a "Komu nistische Internationale" (1932, H.4) se queixa não existe apenas na imprensa partidária alemã, como acredita o editor, e sim, nas próprias instâncias' do Comintern.

Em vista de uma tão catastrofal incapacidade política a realidade necessa riamente tinha que tornar-se visível, o que foi propiciado pelas eleições de 13 de março, de 10 e 24 de abril: a bancarrota da política ultra-esquerdista em relação ao fascismo. Depois de 4 anos de lutas contra o "social e o nacio nal-fascismo" o triste resultado é que o fascismo está imediatamente diante' da tomada do poder; um terrível destino ameaça a classe operária alemã; o pe rigo de uma guerra contra a União Soviética se torna gigantesco; os operários comunistas são confundidos e tornados inseguros, por causa da confusão ul tra-esquerdista sobre "social e nacional-fascismo" e parcialmente estão se passando para o campo fascista; o chamado social-fascismo porém, o qual deve ria receber o golpe principal do partido não é enfraquecido pelo PCA favorecendo o comunismo, mas enfraquecido pelo fascismo em proveito e conveniência da contra-revolução. O triunfo do fascismo na Alemanha é a mais aguda acusação contra linha ultra-esquerdista. É como aqui não se trata apenas da sobre vivência do PCA, mas da ofensiva ou do recuo do movimento operário internaci onal, do apoio ou do colocar em perigo a construção do socialismo na União T Soviética, os membros dos partidos comunistas precisam investir com todas as suas forças para que no último momento seja forçada uma radical mudança de ' linha e com isso seja criada a primeira condição para que na Alemanha o comu nismo vença e não o fascismo.

Notas:

- 1) No decorrer do ano de 1932 registrou-se uma série de avanços eleitorais dos nacional-socialistas. No dia 13 de março, nas eleições presidenciais, con seguiram 30, 1% dos votos. E PCA obteve 13,2%.
- Foi necessário um segundo escrutínio, (que deu a vitória a Hindenburg) no quel os nazistas conseguiram aumentar a sua votação a 36,8% enquanto a do PCA baixou para 10.2%.
- No dia 24 de abril realizaram—se eleições para as Assembléias Estaduais da ! Prússia, de Hamburgo, Wirtenberg e Anhalt. Os nazistas conseguiram aumentar! a sua votação anterior (1928) de meio milhão de votos para 8 milhões.
- 2) PCA-O (Partido Comunista da Álemanha Oposição), fundado em 1928, contra o curso ultra esquerdista e dirigido por Brandler e Thalheimer. Na literatura também é conhecido por "Oposição Comunista Alemã". (KPD-O pu 'KP-O, em alemão).
- 3) SAP Sozialistische Arbeiterpartei (Partido Operario Socialista). Partido centrista, que resultou de uma cisão de esquerda da social democracia alema.
- 4) Zörgiebel chefe da Polícia de Berlim, (social democrata) que no dia 10 de maio de 1929 mandou abrir fogo contra uma manifestação operária, liderada por comunistas.
- 5) Scheringer oficial prussiano, preso como nazista, que na cadeia aderiu' ao PCA.

Marxismo e Luta de Classe

QUESTÕES DE ESTRATEGIA E TÁTICA

3º CAPITULO

EXPERIÊNCIAS E ENSINAMENTOS DA REVOLUÇÃO DE 1848

O desenrolar da Revolução

L'anifesto Comunista mal tinha sido impresso quando a história se encarregou de confirmar suas teses fundamentais. A revolução burguesa européia es talou no dia 24 de fevereiro de 1848 em Paris. Foi o proletariado parisiense nas barricadas, que derrubou o "Reino burguês" de Luis Philippe, que tinha ' governado a França desde 1830.

A onda revolucionária rapidamente se alastrou pelo continente. No dia 13' de março, em Viena, na Austria, é derrubado o odiado regime de Metternich,um dos país da "Santa Aliança", a reação política semi-feudal, criada pelos ven cedores de Napoleão.

No dia 18 de março começam as lutas em Berlim, que terminam no dia seguin te com a retirada das tropas da capital prussiana e, no dia 29 é instalado o governo "burguês" Camphausen-Hansemann. Poucos dias depois, abre-se em Franc fort o "pré-Parlamento" alemão.

A revolução prossegue se alastrando à Itália, Hungria, Tchecoslováquia, 'tendo as suas repercussões em quase todos os países centro-europeus; atingin do o seu auge com a eleição e instalação de uma "Assembléia Nacional Alemã" novamente em Francfort, no dia 18 de maio.

O auge, porém, não perdura por muito tempo e o declínio do movimento revo lucionário começa a esboçar-se. O sinal vem novamente da França. De 23 a 25 de junho, o proletariado parisiense é derrotado em lutas sangrentas pelas forças burguesas. E da mesma maneira como os acontecimentos de Paris iniciaram a revolução européia, agora marcam o princípio do fim. C eixo das lutas se transfere à Alemanha e à Austria, onde uma burguesia temerosa do movimento revolucionário e uma pequena burguesia hesitante e incapaz o levam à derrota. Militarmente, duas batalhas selam o fim da revolução - no dia 20 de ju lho de 1849 as tropas revolucionárias de Baden e do Palatinado são derrota das pelo exército prussiano (Engels participa das lutas e bate em retirada a té a fronteira suiça).

No dia 13 de agosto, os insurrectos húngaros capitulam em Vilagos face a total superioridade das tropas russas. O tsar tinha sido o aliado mais poderoso da reação européia, tendo desempenhado o papel do "policial do Antigo 'Regime".

As razões fundamentais da derrota, todaviam, foram políticas. Fundamental mente devido à situação da burguesia européia, a qual em vez de apoiar a revolução, a traiu, finalmente compactuando com as forças do antigo regime. O que assustou a burguesia foi o surgimento do proletariado em sua retaguarda, que começou a levantar reivindicações próprias, que ultrapassavam e ameaça vam qualquer ordem estabelecida à base da propriedade privada dos meios de ' produção. Não era entretanto o próprio proletariado que tanto assustava a ' burguesia alemã e outras centro-européias. Era o exemplo do proletariado francês que deixou os expoentes do jovem capitalismo paralizados de pavor.Os operários de Paris, de um modo ainda ingênuo, tinham levantado a exigência ' da "República Social". A França já tinha feito a sua revolução burguesa, no fim do século XVIII. Depois da Restauração tinha passado por mais um capitu lo, em 1830. A burguesia francesa já tinha estado no governo, embora de forma indireta, mesmo sob Luis Philippe. O fato de 1848 se dar na França ainda' no quadro da revolução burguesa (melhoria da situação da classe operária no quadro da sociedade capitalista, luta por direitos democráticos, etc.) se ex plica pelo pouco amadurecimento do capitalismo em geral, que historicamente ainda não colocava a revolução socialista na ordem do dia. Isso, porém, não impedia que as reivindicações do proletariado francês já ultrapassassem os ' limites das lutas burguesas. Veremos em seguida, como esse fenômeno repercutiu na estratégia de então de Marx e Engels.

A atuação de Marx e Engels

Com o início das lutas revolucionárias na Alemanha, a maioria dos membros da Liga Comunista procuraram voltar à Alemanha pelo caminho mais curto possível, dirigindo-se para os lugares onde esperavam encontrar o melhor campo de ação. Durante a fase crítica da revolução não foi possível para a "Liga" a tuar como organização. Dispersos por toda a Alemanha, da Renânia até a Prússia Oriental, o pequeno número de revolucionários agia em pequenos grupos ou individualmente, não tendo meios para coordenar as suas atividades. Mas na a tuação geral, eles se baseavam nas teses do Manifesto Comunista e nas reivin dicações do Partido Comunista na Alemanha, elaboradas por Marx e Engels du rante sua estada em Bruxelas, o que não impediu todavia que, em questões táticas chegassem a tomar atitudes contraditórias.

Marx e Engels chegaram em 11 de abril à Colônia, a cidade onde já tinham' desenvolvido a sua atuação política no passado. Reabriram em seguida o jor nal proibido pela censura prussiana em 1844, agora sob o título de Neue Rhei era um órgão proletário, nem socialista, era um "órgão de democracia", como ele próprio se definia.

Da mesma forma e ao contrário do que se podia supor, Marx e Engels não participaram da luta como revolucionários proletários ou socialistas. Milita na ala mais radical do movimento democrático-burguês, cujo porta-voz o porta dos dois fundadores do socialismo científico, é preciso ver a situa - ção específica da Alemanha em 1848.

A Alemanha não conhecera ainda menhuma forma de revolução burguesa no pas sado — nem mesmo fracassada. Não tinha sequer realizado a sua unidade macional. Como mação ainda não existia, estando dividida em mais de 40 estados no minalmente soberanos, reinos, principados, ducados e outros anacronismos feu dais, que gravitavam em torno das duas dinastias mais fortes, a Prússia e a Austria.

A industrialização ainda era incipiente, limitando—se a certas regiões,co mo a Renânia e outras que representavam verdadeiras ilhas num mar de atrazo semi—feudal.

Uma consequência dessa situação foi a fraqueza relativa da burguesia alemã, comparada com suas congêneres inglesa e francesa, que já tinham destruido as estruturas feudais no passado.

O mesmo tinha que se dizer do proletariado. "A classe operária da Alemanha, no que diz respeito ao seu desenvolvimento sociale político, está tão atrasa da em relação à inglesa e francesa, como a burguesia alemã o é em relação a' da França e da Inglaterra" verifica Engels em sua "Revolução e Contra-revolução na Alemanha". No mesmo trabalho, escrito pouco depois da derrota, Engels verifica a importância numérica da pequena-burguesia alemã, dos artesãos e ' pequenos comerciantes, o que considera uma consequência da pouca expansão do capitalismo industrial.

Fato é que o proletariado alemão não se tinha formado ainda nem manifesta do como classe. Embora estivesse presente nas lutas de barricadas, tanto em Viena como em Berlim e tivesse um papel decisivo nas derrotas militares da 'reação, politicamente não conseguiu ainda desempenhar um papel independente. Não era de se esperar que o fizesse no prazo crítico do desenrolar da Revolução.

Em que consistia então a atividade de Marx e Engels? Damos aqui a palavra a Rosa Luxemburg, que a definiu sucintamente na sua intervenção no 6º Congresso do PCSDR, em Londres em 1907:

"É verdade que então já havia o"Manifesto Comunista", a grande Carta da Luta de Classes. É verdade que Marx já participava dessa revolução como lutador prático. Mas justamente, em '

virtude das condições concretas, não podia desenpenhar o papel de um político socialista e tinha de desempenhar o de um democrata burguês radical, e o "Novo Jornal da Renânia" não ' chegou a ser um órgão de luta de classe e representava sobretudo as posições da extrema esquerda do campo revolucionário. É verdade também que na Alemanha de então não existia realmen te essa democracia burguesa, cujo porta-voz ideológico o "Novo Jornal da Renânia" pretendia ser. Mas Marx seguiu essa política com ferrenha consequência durante o primeiro ano da Re volução. Sem dúvida essa política consistia no apoio com to dos os meios que Marx prestava à burguesia na sua luta contra o Absolutismo. E em que consistia esse apoio? Consistia. do i nício até o fim na denúncia impiedosa de todas as dubiedades e inconsequências, de todas as fraquezas e pusilamidades da ' política burguesa; consistia no apoio e na defesa, sem a me nor hesitação das massas operárias....Marx apoiava os movimen tos nacionais de 1848, pois neles via um aliado da Revolução. A política de Marx empurrava a burguesia constantemente até o limite extremo da situação revolucionária. Sim, Marx apoiava' a burguesia na sua luta contra o absolutismo, mas a apoiava ' com o chicote e com ponta-pés. Marx considerava um erro imper doável o proletariado depois da sua primeira vitória passagei ra, em 18 de março, ter permitido a formação do ministério T burguês de Camphausen-Hansemann. Mas, já que a burguesia ti nha chegado ao poder, Marx exigia dela desde o primeiro mo mento que realizasse a ditadura revolucionária. Declarou cate goricamente no "Novo Jornal da Renânia", que em fase de transição pós revolucionária era necessária uma ditadura decidida. Marx via claramente a importância da "Representação popular a lemã" da Assembléia Nacional de Francfort, mas não considerava isso uma "circunstância atenuante", pelo contrário, apon tou a saida dessa situação de fraqueza e essa consistia na conquista do poder real na luta aberta contra os poderes anti gos, apoiando-se nas massas populares revolucionárias.

Mas, companheiros, em que deu essa política de Marx? Um ano 'depois Marx teve de abandonar essa posição de democrata burquês 'radical - uma posição completamente isolada e sem perspectivas e passar a uma pura política de classes proletária. Na primavera de 1849, Marx e seus companheiros abandonaram a associação democrática burguesa, decididos a enfrentar a criação de um 'movimento operário independente. Pretendiam participar também no planejado Congresso operário de toda a Alemanha - a idéia' da convocação de tal reunião vinha das fileiras do proletaria do da Prússia Oriental. Mas, quando Marx pretendia realizar essa mudança de posições, a revolução estava sofrendo as últi mas derrotas e uma das primeiras vítimas da nova reação, foi o "Novo Jornal da Renânia" - antes que Marx pudesse aplicar a nova tática puramente proletária".

Até aí, Rosa Luxemburg. Resta dizer, talvez, ainda que a iniciativa da 'convocação do Congresso operário alemão, vinha da Prússia Oriental, mas foi'

igualmente resultado da atividade dos membros da Liga Comunista, que tinham' se estabelecido lá, depois de sua volta de Londres.

Mensagem do CC à Liga dos Comunistas

Em que consistiu a nova linha política de Marx e Engels, mencionada por 'Rosa? A encontramos formulada na célebre "Mensagem do Comitê Central à Liga' dos Comunistas", redigida em março de 1850. (Publicada em português nos dois volumes das "Ubras" de Marx e Engels, pela Editorial Vitória).

Marx e Engels nessa época tinham se reunido novamente em Londres, depois' de serem obrigados pela reação de deixar a Alemanha. De lá procuraram reorga nizar os grupos da Liga, que tinham ficado na Alemanha ou se formado no de correr da Revolução. Nesta altura ainda acreditavam que as derrotas sofridas não eram definitivas, que a situação revolucionária não se tinha esgotado e que novas lutas estavam para vir. A "Mensagem" estava destinada a preparar a Organização para essa nova fase.

Começa analisando o passado. Mostra como a burguesia alemã traiu a Revolução em troca de concessões econômicas e sociais, aliando-se à reação feudal contra a classe operária. Para isso entregou novamente o poder, que tinha conseguido, mas isso também tinha vantagens para ela: não precisava colher o ódio do povo pelo exercício da repressão.

A burguesia, com isso, pretendia sufocar a Revolução, mas uma nova errupção estava para vir. Como viam Marx e Engels o papel que as classes desempenhavam nessa nova fase?

"O papel que a burguesia liberal alemã desempenhou em 1848 pe perante o povo, esse papel tão traiçoeiro, será assumido na revolução vindoura pela pequena-burguesia democrática, que a-tualmente ocupa na Cposição as mesmas posições que a burguesia a liberal antes de 1848. Esse partido, o democrático, que é T muito mais perigoso para os operários do que os antigos liberais, é constituido de tres elementos:"

Em seguida Marx enumera os elementos:

- das frações mais progressistas da grande burguesia
- da pequena-burguesía democrática constitucional, representada pela es querda na Assembléia Nacional de Francfort
- da pequena-burguesia republicana, que presentemente se considera "verme lha" e social-democrata, por querer"abolir" a pressão do grande capital sobre o pequeno.

Agora na derrota – prossegue a "Mensagem" – todas as frações da pequena-¹ burguesia se apresentam como "republicanas" ou "vermelhas", mas isso só mostra, que necessitam apoiar-se no proletariado na luta contra o Absolutismo e a grande burguesia aliada a ele.

A pequena-burquesia é muito forte na Alemanha, pois reune não só a maiori

a dos habitantes das cidades, como também os camponeses e mesmo os trabalhadores do campo, enquanto estes não encontrarem ainda um apoio num proletaria do urbano independente. Quais as relações com essa pequena-burguesia?

"As relações do Partido operário revolucionário com a democra cia pequeno-burguesa são as seguintes: marcha junto com ela T contra a fração que deseja derrubar; faz frente a ela em to das as ocasiões em que pretende consolidar o seu domínio."

Os pequeno-burgueses democráticos, longe de querer subverter a sociedade' toda, pretendem meramente torná-la"mais suportável", para poder acomodar-se' nela. Essa não pode ser a posição do proletariado:

"Enquanto o pequeno-burgues democrático quer terminar a revolução o mais depressa possível, no máximo, com a realização ' das aspirações acima citadas, é do nosso interesse e a nossa' tarefa tornar a revolução permanente, até o ponto em que to das as classes de uma ou outra maneira proprietárias forem ex pulsas do poder, o domínio do Estado conquistado pelo proleta riado e a associação dos proletários for realizada não só no' próprio país, mas também em todos os países dominantes do mun do, de modo que tenha acabado a concorrência dos proletários' nesses países e que, pelo menos, as forças produtivas decisivas sejam concentradas nas suas mãos".

Marx não põe em dúvida que a pequena-burguesia terá a superioridade na 'próxima fase da luta contra o Absolutismo. Distingue ele tres momentos, tres situações diferentes, a serem previstas:

1) Na situação então reinante, em que os democratas pequeno-burgueses são igualmente oprimidos pregam ao proletariado "unidade" e "reconciliação". Apelam para a formação de um grande partido de oposição, isto é um partido no qual a fraseologia social-democrata geral sacrifique as reivindicações específicas do proletariado.

"O proletariado, assim, perderia toda a sua posição independente, conseguida penosamente, e se transformaria novamente num reboque da democracia burguesa. Essa união tem de ser, por tanto, rejeitada da maneira mais absoluta... Para o caso de u ma luta contra um adversário comum não é necessária uma união especial. Quando se impõe a luta direta contra tal adversário comum, os interesses comuns dos dois partidos coincidem para o momento e, como até agora, essa ligação momentânea se estabelecerá por si so."

Marx lembra que em todas as lutas do passado eram os operários que se des tacavam pela sua combatividade e seu heroismo, enquanto os pequeno-burgueses brilhavam pela indecisão e pelas hesitações. Depois de toda a batalha ganha, a pequena-burguesia reinvindicava a vitória para si, esperando do proletaria do que voltasse "ordenamente" para os seus lugares de trabalho.

"Não está no poder dos operários impedir essa atitude dos pequeno—burgueses, mas está no seu poder dificultar à pequena —

burguesia de se lançar contra o proletariado armado e cri tais condições que o reino da democracia burguesa contenh si o germe da sua própria decadência, situação que facili consideravelmente o seu posterior desalojamento pelo gove do proletariado..."

"Do primeiro momento da vitória em diante a descofiança n deve dirigir-se contra o antigo e derrotado partido reaci rio e, sim, contra o ex-aliado, contra o partido que pret explorar sozinho a vitória comum."

2) O segundo momento da nova fase revolucionária é caracterizado pelo domínio pequeno-burgues.

Para poder enfrentar o partido da pequena-burguesia e a sua futura tra
ção, o proletariado precisa estar organizado e armado. Não se trata simple
mente de dar ao operário uma arma no quadro de uma organização militar es
tal e oficial, mas sim de criar uma organização militar proletária, com o
mando e estado maior próprios, que lidere militarmente a classe toda. One
isso não for possível conseguir de ante mão os operários armados devem es
gir a formação de unidades próprias com comandantes por eles eleitos e pr
denciar a coordenação dessas unidades. De maneira alguma e sob pretexto r
nhum devem aceitar o seu desarmamento.

3) Como terceiro momento a "Mensagem" prevê a ofensiva contra a classe perária, logo que o novo poder pequeno-burgues se tenha mais ou menos solidado.

Para enfrentar essa ofensiva o proletariado precisa organizar-se indep dentemente no terreno político. Para isso, Marx propõe a formação de Club Operários (provavelmente inspirado pelo exemplo do papel dos Clubes na re lução francesa) que deviam coordenar as suas atividades em âmbito local, gional e, finalmente nacional, mediante a realização de um Congresso Opero.

Nessa altura o problema em destaque consistirá na convocação de uma Assobléia Nacional (isto é, Constituinte). Cabe ao proletariado: 1) enfrentar qualquer manobra ou pressão para evitar o lançamento de candidaturas operá as e, 2) lançar em todos os lugares possíveis, candidaturas operárias ao lo das democrático-burguesas.

"Mesmo onde não há possibilidades (de vitória) os operários devem lançar os seus próprios candidatos, a fim de manter a sua independência, manifestar publicamente a sua força e to nar públicas suas posições revolucionárias e os pontos de v ta do seu partido."

E contra os pregadores da "A unidade faz a força" Marx já advertia naqu la época:

> "Os avanços, que o Partido proletário terá que fazer median tal atitude independente são incomparavelmente mais importa

tes do que a desvantagem da presença de alguns reacionários 'na Assembléia".

Finalmente a "Mensagem" trata ainda de problemas específicos da revolução alemã de 1848, em torno dos quais surgirão os conflitos entre proletariado' e pequena-burguesia. Mas, tratando-se de "Governo Centralizado" contra "Fede ralismo", "A questão da divisão das terras" ou de "Indenizações e expropriações", em todas essas questões confronta-se a ânsia da pequena-burguesia de terminar a revolução com o interesse do proletariado de continuá-la até o 'seu extremo limite possível e criar as condições mais favoráveis para o pros seguimento da luta pelo estabelecimento do seu domínio.

"Se os operários alemães não conseguem chegar ao poder e à '
realização dos seus interesses de classe, sem passar por uma
evolução revolucionária mais prolongada, eles, essa vez, pelo
menos tem a certeza que o primeiro ato desse próximo espetácu
lo revolucionário coincidirá com a vitória direta da sua própria classe na França, sendo com isso extremamente acelerado.
Mas, são os próprios operários alemães, que tem de contribuir
com o esforço maior para a sua vitória, na medida em que se '
esclarecem sobre seus interesses de classe, adotem o mais de
pressa possível posições partidárias independentes e não se "
deixarem em nenhum momento impressionar pela fraseologia hipó
crita dos pequeno-burgueses democráticos. Seu grito de guerra
tem que ser: A revolução em estado de permanência."

Temos aí, depois do Manifesto Comunista, um segundo documento fundamental na história do marxismo militante, no qual as considerações de estratégia e tática passam já a um primeiro lugar.

Depois da mudança da linha política — à qual Rosa se referiu — vemos Marx preocupar—se com o papel do proletariado na Revolução. Embora o estágio de 'desenvolvimento do proletariado alemão não permitisse ainda falar de sua "he gemonia" na luta (o"predomínio"é da pequena—burguesia) Marx e Engels lhe atribuem o papel de uma força motriz, sob a condição de conquistar e manter a independência de classe. A fraqueza e inexperiência do proletariado alemão 'são compensadas em parte pelas esperadas lutas dos operários franceses e essa coincidência acelera o processo todo. Eis em resumo o conceito estratégico da Revolução. O demais consiste em medidas táticas, derivadas da realidade alemã de então.

Não se pode esquecer, entretanto que a Revolução de 1848 continuava bur quesa e a mudança das posições de Marx não mudou nem pretendia mudar esse fa to. Justamente por essa razão a "Mensagem" influiu profundamente numa revolução posterior, a russa de 1905. Todas as facções do marxismo revolucionário voltaram a esse documento. Rosa Luxemburg retomou a consigna da "Revolução 'em estado de permanência" no sentido literal, que Marx lhe dera. Trotzky par tiu dela na tentativa de elaborar uma contribuição própria com a "Teoria da revolução permanente". Para Marx, o "estado de permanência" (imagem tirada 'da Revolução Francesa, quando o Convento se declarou em estado de permanência, até ter adotado uma Constituição) não era uma qualidade inerente à Revolução. Declara especificamente:

"É do nosso interesse e a nossa tarefa tornar a revolução per

Lenin, finalmente, bebeu dessa mesma fonte, o que é fácil verificar na 'leitura de "Duas táticas", por exemplo. Se não cita a "revolução em estado 'de permanência" é paradistanciar-se da "revolução permanente" de Trotzky.Mas

Luta interna e dissolução

Enquanto os grupos e membros da "Liga" no exílio e na Alemanha ainda discutiam as implicações da linha política elaborada na "Mensagem", Marx chega va à conclusão que seu otimismo tinha sido infundado. Não só que não se dera nenhum movimento de massas, seja na França seja na Alemanha, que indicasse o amadurecimento de uma nova onda revolucionária; os subsequentes estudos da si tuação econômica mundial lhe tinham dado a certeza que a crise cíclica, que se iniciara em 1847 estava sendo superada. A descoberta das minas de ouro na Califórnia tinha iniciado uma nova expansão das atividades econômicas no Velho Mundo e esse reinício da prosperidade tinha abortado qualquer perspectiva revolucionário a prazo.

Marx tinha chegado a essa conclusão em virtude do seu método materialista. Partia ele da premissa que é a própria sociedade que tem que encarregar-se ' de criar situações revolucionárias. Os revolucionários não criam essa situação, só podem aproveitá-la.

Esse não era o raciocínio de toda a"Liga"(sem falar dos refugiados em geral). Quando Marx expôs a sua opinião na direção da "Liga" encontrou forte o posição. Na resolução final dispos de uma maioria de 6 votos contra uma mino ria de 4, liderada por Willich e Schapper. Infelizmente só se conservaram fragmentos dos debates, mas Mehring e outros citam Marx contra a minoria:

"No lugar de uma concepção crítica, a minoria coloca uma doqmática, no lugar de uma materialista, uma idealista. Em vez ' das condições reais para ela a mera vontade torna-se força mo triz da revolução. Enquanto nós dizemos aos operários: voces' tem de passar por 15, 20, 50 anos de guerras civis e de lutas entre nações não só para mudar as condições mas também para ' mudarem a si mesmos e se tornarem capazes de exercer o domini o político, voces dizem, pelo contrário: "Temos de chegar ime diatamente ao poder ou então podemos deitar-nos para dormir". Enquanto chamamos a atenção dos operários alemães, especial mente, do pouco desenvolvimento do proletariado alemão, voces bajulam da maneira mais primária ao sentimento nacional e aos preconceitos corporativos dos artezãos alemães, o que certa mente é mais popular. Da mesma forma, como os democratas cria ram uma auréola em torno da palavra povo, voces o fazem em re lação ao proletariado."

Da minoria somente Schapper era um revolucionário com um passado dentro '

da"Liga". La outros eram jovens ou recrutados durante a Revolução. A minoria não se submeteu, cindiu-se da "Liga" e começou a desenvolver atividades por conta própria. Sob as circunstâncias então existentes não conseguiram produzir mais do que conjuras e aventuras, que forneciam pretextos gratuitos à re pressão, com a ajuda de provocadores policiais para tentar destruir os restos da organização revolucionária na Alemanha.

É montado o chamado Processo dos Comunistas em Colônia, no qual Marx é en volvido, ocasião em que ele escreve as "Revelações sobre o Processo dos Comunistas", na qual desmascara a infiltração e as falsificações policiais. Em 1852, Marx e seus companheiros chegam a conclusão que a situação criada não permite mais atividade coordenada na Alemanha e a Liga dos Comunistas se dis solve.

As lutas revolucionárias de 1848 contribuiram decisivamente para amadurecer o marxismo como doutrina de luta da classe operária. Comprovaram na prática a análise de classe, que Marx e Engels deram da sociedade burguesa e,em particular, do papel da burguesia nas revoluções democrático-burguesas.

O fato dos revolucionários alemães da época não terem podido por em prática as recomendações estratégicas e táticas da "Mensagem do CC à Liga" não di minuiu a importância do documento. De um lado, aproveita experiências das lutas de classe na França — as mais adiantadas da época — aplicando—as à então realidade alemã. Por outro serviu a gerações de revolucionários durante toda uma época de lutas contra os remanescentes da reação feudal e semi-feudal. E mesmo onde esse problema já está superado — como no nosso caso — o documento conserva mais do que um interesse histórico. E isso diz respeito a todos os países que ainda enfrentam o problema da formação de uma classe operária independente.

Literatura recomendada:

Franz Mehring: "harl Marx". Edições em alemão, inglês, espanhol e francês.

D. Riazanov: "Marx e Engels". Edição original em russo. Edições em francês, alemão (Rotbuch) e espanhol.

Marx/Engels: "A mensagem do CC à Liga". Lbras Escolnidas. Ed. Vitória. (Existem edições em dois volumes, em quase todas as linguas européias publicadas pelo Instituto Marx-Lenin, de Moscou.

Bibliografia geral:

F. Engels: "Revolução e Contra-revolução na Alemanha". Existem as mais diversas edições isoladas e nas Obras (Ed. Social, Dietz, etc.)

K. Marx: "Lutas de classes na França". Obras escolhidas. Ed. Vitória e edições já referidas.

Rosa Luxemburg: Intervenções no Congresso do Partido Operário Social-Democrático da Russia, de 13 de março a 1º de junho de 1907, em Londres. Gesammelte Werke. Vol. 2. Dietz Verlag, Berlim, 1972. Pags. 210-212

CORRESPONDÊNCI

Carta a um «revolucionário que se prez

Prezado companheiro Raul Villa.

Mais de uma vez senti a tentação de retomar o diálogo, que lamentavelmen te se interrompera de maneira abrupta, há mais de dois anos. Se o faço agor é que o companheiro deu uma deixa com seu artigo "Para um balanço da PD" (85 nº 7), que merece alguns reparos pessoais, considerando o tempo que pas samos no mesmo barco. Digo "pessoais", porque não pretendo retomar aqui a discussão das nossas divergências políticas atuais e sim limitar-me a aspectos do nosso passado ventilados por você.

Antes de tudo, permita-me manifestar os meus respeitos e a minha admira ção pelo desprendimento com o qual você se lançou na obra de um balanço do 15 anos, carecendo de um mínimo de subsidios. Eu não tive coragem de enfrentar semelhante empreendimento, mas isso talvez se deva a um excesso de escripulos. Afinal, para que temos memória?

Não quero esconder que discordo sobretudo de alguns aspectos do seu método de trabalho. O companheiro afirma, por exemplo, que o balanço é simultante amente uma auto crítica, pois não pretendia fugir das responsabilidades. Como decorrer da leitura, porém, é de se perguntar onde começa uma coisa e termina outra — e vice-versa. Assim, o companheiro cita a palavra de ordem de "organizar a greve geral em São Paulo", que saiu no órgão central "Política" Operária", logo depois da greve de Osasco, como um ato voluntarista da Organização. O companheiro deve lembrar-se, entretanto, que lançou essa consigna por conta própria, como secretário político, responsável pelo jornal. O CN o desautorizou em seguida, criticando-o por ter transformado uma palavra de organização.

dem propagandística em uma de ação. O companheiro ofereceu publicar uma auto crítica no próximo número do PO, o que naquela ocasião não foi aceito pelo 'CN. Já tinham saido diversas auto críticas da redação em números seguidos e se queria evitar um desgaste do jornal. As seções estaduais foram informadas mediante cópias do protocolo da reunião e a imprensa não retomou o assunto.' Se nessas circunstâncias outras organizações nos criticassem de fora, teriam razão em fazê-lo, mas o companheiro, que está falando de cadeira, não pode - ria agir assim, se levasse a sério tanto o "balanço" quanto a "auto crítica".

Infelizmente o exemplo não é isolado. (Vejo as suas queixas sobre o funcionamento da imprensa). Pequenas distorções, quando se acumulam, dão um quadro qe ral distorcido da situação. A isso contribui uma frequente "falha de memoria", sujeita a certos lapsos freudianos. Assim, tenho de defender-me contra ' citações realmente fora de propósito. Quando eu falava da necessidade de um "trabalho de mosaico" não me referia a uma tentativa voluntarista de alteração das condições de luta. Muito pelo contrário, insistia em uma contínua ' busca de dados reais sobre a situação da classe, a conjuntura econômica e ' social e tudo aquilo que permitia saber em que terreno estavamos pisando em! todo momento da luta. Esse "trabalho de mosaico" destinava-se (e continua a destinar-se) a evitar que tomassemos medidas alheias à realidade, dos apelos revolucionários flamejantes até as táticas ultra esquerdistas. E, afinal.com panheiro Raul Villa, sua insinuação contraria seus próprios argumentos funda mentais. Pois de que acusa a velha POLOP e a mim especialmente, é que tenhamos dado importância demais à conjuntura, às condições objetivas de luta e ' subestimado a importância da ação revolucionária. Que as acusações, pelo menos, sejam consequentes, mesmo se a memória não funcionar sempre bem-

No mesmo estilo (o das acusações fora de propósito) estão as suas cita ções do "Aonde vamos?", às quais de resto nada teria a acrescentar. Só que o companheiro facilitou a sua argumentação. Os referidos trechos tratavam das nossas tarefas no quadro de uma situação dada. Nunca defendi o ponto de vista que a "consciência penetra na cabeça dos nossos proletários graças à agitação persistente dos comunistas". Afirmei, sim, que a consciência não penetra na classe sem a agitação e propaganda dos comunistas, mas isso não é exa tamente a mesma coisa. Repetimos até o cansaço, e repetiremos enquanto for preciso, que existe uma situação objetiva (que não criamos) e que permite que o trabalho de conscientização dos comunistas dê os resultados esperados.

O resto é criar ficções e se tornar vítima de ficções. E a nossa experiên cia em comum no seio da PO mostra que era justamente o companheiro o expoente de uma tendência, que mais facilmente se tornava vítima das próprias ficções — justamente porque sempre revelou um menosprezo solene pelo "trabalho' de mosaico".

Tomemos o exemplo da greve de Osasco.A vontade do companheiro de organi - zar a greve geral na capital, não surgiu evidentemente de graça. Lembro-me ' perfeitamente, quando numa reunião em São Paulo, pouco antes do encerramento o companheiro informou que os operários de Osasco estavam querendo organizar uma greve geral e se tinham dirigido à Organização com o pedido de orientá - los. As respectivas perguntas sobre dados e detalhes não podiam ser respondidas ainda (só se tinha dado um contato), o que impediu uma discussão mais concreta do problema. A seção de São Paulo ficou com a responsabilidade.

A greve se deu algum tempo depois, com o desfecho que sabemos. © CN reu niu-se logo em seguida, novamente em São Paulo e o companheiro deu o seguinzado em comitês de empresa e marcado o dia H. Para a data fixada o Secretariado de São Paulo da PO tinha organizado um aparelho, para daí dirigir a 'dois, dos quais um encarregado de assegurar o apoio estudantil e o outro da dia companheiros de ligação da greve" não chegou a funcionar, pois os O companheiro Villa teve de abandonar o aparelho no decorrer do dia, para es tabelecer contato com a célula de Osasco.

Assim mesmo - prosseguiu o relatório - desencadeamos a greve, quando um 'companheiro nosso tomou a palavra numa empresa, na hora do almoço, arrastando consigo os operários para uma manifestação, que se dirigiu às fábricas vizinhas. Além disso, a Organização editou um boletim de greve diário, que publicou as palavras de ordem. O relatório terminou com um apelo à Organização para que aprendesse com os novos métodos de luta desencadeados em São Paulo' e com a consigna: "Agitar, agitar e, mais uma vez, agitar".

Lembro-me também que a discussão do relatório foi acalorada. O companheiro, naquela ocasião recebeu mal as minhas objeções, mas teve de admitir que, se tivemos a orientação da greve, então pelo menos a perdemos no decorrer da luta. Igualmente ficou claro que os nossos companheiros não tinham elaborado com os operários nenhum plano de greve e nem de retirada. Houve a preocupa ção de desencadear uma greve e depois o barco ficou à mercê das ondas. Alémidisso - conhecendo a precariedade do trabalho de fábrica em São Paulo - era difícil explicar, sem acreditar em milagres, como os companheiros conseguiram em pouco tempo essa liderança num bairro inteiro. Em todo caso, o que prevalecera frente a todas essas objeções foi certa euforia com o fato dos companheiros teram "desencadeado a greve de Osasco". E foram nesse sentido se relatórios para os Estados.

Levou algum tempo para os fatos aparecerem. Ficou claro que não prepara — mos nem orientamos a greve — nem sequer a desencadeamos. O centro estava situado no Sindicato dos Metalurgicos, dirigido por uma oposição sindical, sob a liderança de José Ibrahin. O grupo político mais chegado a ele, era uma en tão recente cisão militarista nossa, que marcou o desenrolar aventureiro da greve. (A cisão manteve a forma de organização dos tomitês de empresa). Essa liderança para assegurar-se de um apoio mais amplo possível, dirigiu-se a di versas organizações e grupos presentes em Osasco, revelando só o necessário para a operação da greve e distribuindo tarefas. A nossa, principal, era o Boletim. Essa constatação não diminui o mérito dos companheiros, que de fato levaram uma fábrica à parede. Mesmo não desencadeando-a, contribuimos efetivamente para a luta. Teriamos podido contribuir mais e mais eficientemente , entretanto, se tivessemos tido um mínimo de conhecimento do terreno, em que estavamos pisando.

Perdoe-me, companheiro Villa, se eu lhe lembrar desses fatos do passado e não me acuse novamente de perseguição pessoal. O companheiro sabe que não se trata de casos isolados e que eu não estou contando nem a metade da missa. Trata-se de casos típicos, que caracterizam a situação naquela época e que

tanto explicam acontecimentos posteriores como respondem certas perguntas, que o companheiro levanta no seu "balanço".

U fio da meada das nossas discrepâncias de então, o companheiro o retoma' quando acusa a nova direção da PG (de 1974 em diante) de"doutrinarismo", citando da "Tese sobre a Conjuntura e Tática":

Em primeiro lugar, importa considerar aqui a impossibilidade de mu dança da conjuntura a partir da atuação da vanguarda comunista. Es ta impossibilidade significa que as relações de descontinuidade existentes entre a vanguarda e a classe como um todo são um dado da conjuntura que só poderá ser modificado com a intervenção de fatores objetivos."

Que é que o companheiro tem a objetar contra essa definição? As suas objeções são tão típicas para a sua compreensão da luta (revelada posteriormente em toda plenitude), que merecem ser reproduzidas, mesmo com o perigo de cansá-lo. Diz:

"A conjuntura não se alterará a partir da nossa intervenção. Isso' poderia até ser uma constatação realista fundada na atual debilida de dos revolucionários. Mas para revolucionários que se prezam, is so não leva a que abdiquem da necessidade de deixarem sua marca na evolução da conjuntura. Quer dizer ainda que no resultado final do periodo a intervenção comunista tenha tido um papel secundário, a "dimensão" dessa intervenção condicionará nossas perspectivas na 'conjuntura futura. Quanto maior houver sido a "marca" revolucionária nesta conjuntura, melhor serão as premissas para a próxima."

Se aqui não houvesse uma dúbia concordância no sentido de que não mudamos a conjuntura em virtude da "atual debilidade dos revolucionários", podiamos' limitar-nos a constatar que aí morreu o Neves. Que uma conjuntura traz em si o germe da outra, em todos os sentidos e também no da atividade dos revolucionários, não deve ser nenhuma novidade para militantes (ou "ex") da PO. E a "Tese sobre Conjuntura e Tática", certamente não propõe cruzar os braços, por que a conjuntura é desfavorável. Independentemente do mérito das recomenda ções táticas, que ela dá, procura definir as apropriadas a uma situação de terminada. Mas o que o companheiro Villa quer dizer quando concorda com a 'não possibilidade da mudança da conjuntura a partir de atuação da vanguarda' em virtude da "atual debilidade dos revolucionários"? Vanguardas fortes - par tidos operários - fazem ou mudam as conjunturas do desenvolvimento capitalis ta? E falta ainda outra explicação. O que um "revolucionário que se preza" - e o companheiro certamente se inclui nesta categoria - entende por "deixar a sua'marca' no desenvolvimento da conjuntura"?

Também nesse terreno dispomos de experiência prática e ela não é das me hores. Apesar de certa elegância inegável, com que o companheiro pretende 'passar por cima dessa fase fatal para a Organização ("...só substituimos o 'doutrinarismo" pelo"obreirismo"), a marca deixada foi para nós, o desgaste' e uma crise, até hoje não superada.

A "marca deixada" foi a vitória do voluntarismo no seio da Organização.

È verdade que a tendência voluntarista sempre existiu no nosso meio e iss provavelmente, foi consequência inevitável da origem e da composição soci do grupo. Pôde ser neutralizada, entretanto, em grande parte, por discuss internas – discussões "doutrinárias", como o companheiro diria – e pela e riência prática, que companheiros adquiriram em contatos diretos com a cl se operária. A tendência voluntarista ficou porém reforçada consideravelm te pela fusão com a Dissidência do Sul, que posteriormente escolheu rumos mi militaristas. O companheiro menciona a minha demissão do CV, no decorr da luta interna que se esboçou e explica que foi por falta de pesrpectiva quece entretanto de dizer que foi falta de perspectiva de solucionar os p blemas mais urgentes com o Og então existente. Formalmente estavamos em m ria, mas na prática sentia não poder contar com ela para decisões que se punham. Desde o Pleno de Porto Alegre tive a nitida impressão do companh ro estar sæntado em cima do muro, não sabendo ainda para onde saltar. (Po como diria hoje, a Oposição estava "roçando" nos problemas da tática). O to do CN estava paralisado por essas contradições. Com a minha demissão p tendi retomar a minha liberdade de ação e dedicar—me ao trabalho de base Guanabara. Naquela seção tinhamos formado uma infraestrutura para um trab lho de fábrica contínuo e a prazo, que prometia enfrentar a prolongada cl destinidade. Pretendíamos criar no Rio um polo para uma reorganização, ca as aventuras da oposição destruissem partes maiores da organização nacion Havia premissas favoraveis para isso – o companheiro se lembra que na Gua bara a oposição praticamente não conseguiu nada.

Com a minha queda e a cisão, que finalmente se tornou inevitável depois de tantas hesitações, o campo ficou livre para o companheiro mostrar na pr tica o significado da "marca" na conjuntura.

Começou com um documento, em que prometia superar todas as falhas e frac zas da velha POLOP. A nova Organização seria realmente de combate e passar imediatamente a uma atividade revolucionária consequente. O problema imedi to era "por o motor em funcionamento" para "criar um polo proletário, que reflita sobre a sociedade toda". O pano de fundo para essa ofensiva ativis e as esperanças artificiais despertadas, era uma falsa avaliação da conjur ra, que naquela altura dos acontecimentos não se justificava mais. Os dado econômicos para 1969 já tinham sido publicados e estava evidente que o rec me tinha conseguido superar a crise cíclica. Quando, no decorrer do ano, fatos falaram mais alto e o descenço do movimento de massa se tornou evide te, procurou-se bagatelizar a situação, falando de um "descenço provisório sem mudar de tática. É evidente que essa linha política não tinha nada a h ver com "obreirismo". Não era resultado do radicalismo de um proletariado vem e inexperiente, que estava entrando em luta. Essa nova linha tinha bro do na cabeça de intelectuais e de estudantes inexperientes, que ainda não nham aprendido a usar o seu órgão pensante para traduzir uma realidade ex tente. Era produto de um voluntarismo, que podemos chamar de "civil" e c o qual se pensou poder enfrentar o voluntarismo militarista, que estava to mando conta da esquerda. É preciso salientar, entretanto, que a matiz "civi desse voluntarismo entrou tão depressa num beco sem saída, como a militar ta.

Hoje, o companheiro afirma que a PO precisava de "êxitos a curto prazo" para sobreviver. Bem. os êxitos não vieram e esse não era o caminho para c

seguí-los. Em troca perdeu-se contatos operários novos, que surgiram depois da cisão, como os "grupões" independentes. O diletantismo voluntarista não ' os podia atrair e só reforçou a sua desconfiança em relação a organizações ' de origem estudantil.

Mas, será verdade que a Organização precisava de êxitos a curto prazo? Tu do depende de como a problemática da luta é colocada para os quadros. Tudo T depende de como foram formados os quadros. Em São Paulo, naquele momento, tal vez precisasse, por razões óbvias. Sôbre Minas não tenho dados para julgar o problema, provavelmente, foi "importado". Na Guanabara, porém, não era o caso e a seção resistia a nova tática. Lá o trabalho tinha sido colocado em ou tros termos (principalmente no setor operário, que se tornaria a primeira vítima do "motor em funcionamento"), e por isso mesmo tinha mostrado continuidade. Agora, revelou-se outro aspecto da sectarização iniciada - a decadência da democracia interna da Organização.

A nova direção não podia tolerar que sua linha fosse questionada. Dúvidas quanto ao caráter provisório do "descenço" eram tidas como desvio. O Secreta riado Regional foi paralizado mediante cooptações impostas pelo CN e final mente remodelado. Secretários antigos foram isolados, transferidos e persequidos, até se encontrarem fora das fileiras. Discutir, não se discutiu. "Primeiro o motor..."

O ambiente criado fez que se formasse a "fração leninista" na Guanabara.' Isso se tornou inevitável em virtude da impossibilidade de travar uma discus são interna. A resposta do CN consistia em medidas administrativas. ("Os com panheiros tem de fazer autocrítica..."). E quem não se sentia em condições para isso, porque a autocrítica exigida não correspondia as suas convições co mo revolucionário, era afastado de Organização.

Criou-se novos hábitos na vida interna. Claro que também no passado existiam tendências burocráticas, mas podia-se astabelecer limites. Lembro-me de debates no CN, nos quais se investiu contra os abusos das autocríticas força das, que não correspondiam aos pensamentos reais dos "acusados". Lembro-me i qualmente, que tivemos de restabelecer o direito de divergir dos militantes ocasião em que ficou reafirmado que somente a quebra de disciplina coletiva' justificava medidas administrativas. O próprio companheiro deve lembrar-se 'quanto tempo"perdemos" opm a discussão das teses da Oposição de Minas. Não 'foi propriamente uma perda, pois conseguimos manter todo o grupo operário 'dentro da Organização e uma parte dos estudantes, que sabiam porque tinham 'ficado. Na nova fase, entretanto, a Fração Leninista, em pouco tempo estava' fora da Organização, embora as divergências, que naquela época separavam direção e oposição não se comparassem com as havidas em 1967. A cisão foi pro vocada pelas restrições impostas à vida democrática interna.

E com isso, gostaria de dar ao companheiro a resposta à sua pergunta repe tida do porque da Organização não ter conseguido enraizar-se na classe operá ria e não ter conseguido dar continuidade ao papel que começara a desempenhar Ao meu ver, a resposta já está implícita nas objeções, que levantei até aí ao seu "balanço", mas para não deixar dúvidas, quero fazê-lo também explicita mente.

O maior obstáculo, que encontramos no caminho foi a nossa origem estudan-

til e a incapacidade de mudar definitivamente a composição orgânica pequenoburguesa da Organização. Munca chegamos a constituir uma organização de operários e intelectuais revolucionários, que dispunha de um setor estudantil. ramos preponderantemente uma organização de estudantes e ex-estudantes, que não se livrou dos vícios das suas origens. Como o companheiro mesmo admite , surgimos à margem do movimento operário, um grupo de estudantes, intelectu ais e alguns operários isolados. Uma organização de revolucionários, entre tanto, não cai do céu, tem que amadurecer. Amadurecemos até certo ponto em discussões e lutas internas, com os "estudantes profissionais", com os intelectuais, que procuravam conciliar a sua militancia com sua formação acadêmi ca, e outros elementos da classe média, que consciente ou inconscientemente levaram os seus conceitos ideológicos para dentro da Organização. É claro que a atividade externa seria fundamental para o amadurecimento da Organização. (As discussões internas, afinal, eram em função da atividade externa) . Acontece, entretanto, que para tres quartas partes dos militantes, pelo menos, a atividade política não ultrapassou o nível estudantil. Só uma minoria de estudantes (ou de ex-estudantes) estava em condições de desencadear ativi dades no setor operário, que cresceu lenta e constantemente. (Houve um retro cesso logo depois do golpe, no início da clandestinidade).

Tomemos um exemplo concreto, para melhor ilustrar a situação. Não vou me referir ao caso de Minas, onde as fileiras eram engrossadas antes de todos os Congressos e Conferências, afim de obter um maior número de votos proporcionais e que representou um capítulo à parte. Tomemos São Paulo, que o companheiro bem conhece.

Embora não fosse pelas mesmas razões, também em São Paulo a "força" da Organização foi compreendida como força numérica. O centro do recrutamento intensivo era a Faculdade de Filosofia. A grande maioria dos quadros era composta de moças provindas de lá e de outras ciências humanas. Que não me acusem de preconceitos contra mulheres, mas tratava-se de um tipo de "militantes" femininos, que frequentemente ficavam na Organização até casar ou até sofrer de complicações sentimentais, que absorviam as suas energias. Tento elas como a maioria de seus congeneres masculinos da mesma origem tinha uma formação política precarissima (dificilmente saberiam defender uma posição nossa) e antes de tudo faziam número em reuniões estudantis. Foi na própria seção de São Paulo, que surgiu a pergunta no sentido do que distinguia esse tipo de "militante" das encontradas nas fileiras de AP, por exemplo. Lembro me que a resposta foi difícil.

Claro que também aí se deu uma certa seleção natural e o joio se separou do trigo, mas foi um processo penoso porque teve de se dar dentro da Organização.

O trabalho de fábrica em São Paulo só começou realmente com a transferência de quadros operários de outros Estados para lá. Durante os anos 1967/68 colocou-se o problema da mobilização das bases estudantis em apoio ao setor operário. Caiu-se logo num extremo oposto. Todas as células estudantis, com exceção de algumas poucas tinham de "ir as massas". Preparação de quadros exceção de algumas poucas tinham de "ir as massas". Preparação de quadros não tinha. O responsável pelo setor ia às celulas e distribuia as tarefas. E colhia uma das militantes e dizia: no bairro tal, a fábrica X tem problemas salariais. Vai lá e organiza uma greve. Quando a referida companheira, na

próxima reunião de célula, confessou com lágrimas nos olhos que não sabia co mo enfrentar a tarefa, foi tida como "pequeno-burguesa". Mas o companheiro responsável, estudante de uma matéria bastante abstrata, era considerado como "entendido" em trabalho operário na Secretaria Regional.

Lutra caracterísito da situação criada foi justamente a tendência à buro cracia, com a qual se preenchia o vazio das atividades estudantis e da qual o companheiro está se queixando. Foi justamente em São Paulo, onde se procurou, certa época, formar uma hierarquia interna cristalizada. Em 1967 ainda, era hábito na seção falar de"postos" e as informações eram distribuidas aos companheiros conforme ao "posto" que ocupavam na organização estadual. Para completar o quadro basta dizer que o primeiro operário, transferido de outro Estado âquela seção e eleito para um órgão executivo, foi empregado no setor de finanças e empreendimentos comerciais.

Compreende-se que nesse ambiente de "diletantismo como sistema" - como di zia um companheiro na ocasião - o desenvolvimento do trabalho direto na clas se e a formação de quadros políticos operários tropeçava com dificuldades e sofria de uma latente descontinuidade, caracterizada por fases alternadas de euforia e depressão. Procuramos vencê-las em parte, subordinando as atividades dos setores operários diretamente a uma coordenação nacional, para diminuir dessa maneira as influências das secretarias regionais. Só o consegui - mos em parte, pois as atividades dos setores dependiam do apoio das seções.

Mosso problema foi pois a superação das nossas origens. Não podíamos fazê lo querendo simplesmente eliminar os estudantes. (Isso sim, teria sido obrei rismo). Tinhamos de superá-las transformando os elementos vindas da pequena-burguesia em comunistas com experiência revolucionária e criando um maior nú mero ainda de quadros operários políticos. São esses os elementos básicos de uma organização operária revolucionária, no sentido leninista. Ambos os elementos só se criam simultaneamente e em conjunto. Intelectuais com experiência revolucionária não se formam unicamente na escrivaninha e quadros operários politizados dificilmente surgem fora de organizações revolucionárias.

Mas, assim mesmo, companheiro Villa, com todas essas dificuldades laten tes, conseguimos formar nas principais seções núcleos operários, que se reve laram fiéis à Organização em quase todas as cisões havidas, mesmo a do POC . (Com exceção do Rio Grande do Sul, onde o setor operário revelou ser uma fic ção). Quero deixar claro também, para o companheiro, que não considero o fator subjetivo, a incapacidade da vanguarda, o único responsável pela situa ção que se criou. O nível geral da consciência política da classe operária e as tradições populistas, que não encorajaram a criação de formas de organiz<u>a</u> ção de base na classe, são fatores objetivos que evidentemente tinham de repercutir na formação de vanguardas. Em princípio temos de contar com o fato' que, para a formação de um movimento operário,precisamos de uma percentagem' maior de elementos vindos de fora da classe, do que necessitam movimentos análogos em países nos quais o proletariado já criou tradições próprias, tanto políticas como organizatórias. Na situação concreta, pela qual passamos,a supremacia absoluta de elementos pequeno-burgueses na Organização, em parte! foi reflexo da passividade da classe.

Essa constatação não pode desculpar, entretanto, a destruição virtual do

trabalho realizado na fase posterior, da DCML, que foi resultado direto do 'voluntarismo declarado linha oficial. Voluntarismo implica em alienação da 'realidade, significa superestimação do próprio papel. O preço, à prazo, é o desgaste em virtude do choque crescente com a realidade em torno.

Quando fundamos a Organização e durante alguns anos, estivemos cientes das nossas limitações fisicas e sociais. No Congresso de fundação dissemos que ' podiamos preencher o papel de um catalizador no processo de formação de um ' partido revolucionário da classe operária. Em seguida definimo-nos como "Estado maior autonomeado e sem tropa". As tropas, na medida em que existiam ' eram do PC8 e do trabalhismo. Boa parte da nossa atuação consistia em esbo çar alternativas políticas revolucionárias à prática vigente de colaboração' de classes e fundamentá—las teoricamente para os setores mais avançados da esquerda existente. Com o tempo, na ilegalidade, as "tropas" debandaram e a nossa função de "Estado-maior autonomeado" ficou suspensa. Em troca, aumen tou o nosso peso no seio da Esquerda. Mas não aumentou em virtude do nosso ' crescimento no seio da classe. Aumentou principalmente em virtude da destrui ção dos grandes movimentos de massas, do PCS e do trabalhismo em suas diversas matizes. No proletariado tinha se criado um vácuo político, que só a ' longo prazo e certamente não mediante o simples crescimento de um pequeno ' grupo, poderia ser preenchido. Por isso a pergunta do companheiro, no sentido de porque não tomamos a liderança do movimento de massas em 1967/68 me pa

Estou convicto que a PO (como grupos análogos), em toda a sua existência até agora, não passava e não podia passar de uma organização de propaganda de uma linha revolucionária no seio do proletariado. Essa era a sua função natural, que podia enfrentar sem perder o senso da realidade. As ações que realizamos e as lutas que travamos não dão para mudar esse quadro. A quantidade aí é tão modesta que não chega a dar o ambicionado salto para a qualida de. Nunca estivemos em condições de realizar aquele tipo de "trabalho de massa", que o companheiro agora descobriu no exílio. Evidentemente "trabalho de massa" soa bem e enche a boca, mas verdade é que toda a chamada Esquerda Revolucionária reunida não atinge as massas de explorados do país. Sempre de fendemos o ponto de vista de que tinhamos de concentrar nossos esforços sobre determinados setores decisivos, cujo comportamento repercute sobre a clas se. E mesmo nesses setores dependiamos de uma camada mais avançada de liderança local.

O companheiro, nesta altura, talvez esteja sorridente, exclamando: - Eu ' não disse que eram propagandistas! - Já nos tinha dito também a sua opinião' sobre o "propagandismo" e dedicado uma página ao papel da propaganda no leni nismo. Permita-me que cite, para o caso de você não ter guardado tudo de me-mória:

"Para quem quer que tenha lido com um mínimo de atenção a história da Revolução Russa fica evidente que, embora tenha sido extremamen te importante a luta ideológica contra o revisionismo e o populismo, ela só ganhou sentido ao subordinar-se à luta política, à atividade central dos bolcheviques no momento, que consiste na mobilização concreta dos setores do proletariado, soldados e camponeses pelo poder dos soviets. Na medida em que esses setores adotavam a

plataforma de lutas dos bolcheviques, eles <u>esclareciam</u> o caráter 'reacionário do governo provisório, <u>desmistificavam</u> seu caráter de classe, <u>mostravam</u> a alternativa proletária. O instrumento <u>político</u> central para a propaganda da linha proletária consistiu numa plata forma de reivindicações - o fim da guerra, a entrega das terras aos soviets camponeses, a nacionalização dos bancos, o controle operário, o poder aos soviets, etc. - com aplicações específicas segundo a conjuntura ("fora com os ministros burgueses", por exemplo). Mas tampouco o principal foi a propaganda dessa plataforma. Foi a capacidade dos bolcheviques de <u>impulsionar</u> praticamente essas lutas - de controle operário, de ocupação de terras, de exercício par cial de poder por comitês de fábricas, de soldados, de soviets - 'que esclareceu <u>o caráter reacionário</u> do Estado burguês e garantiu' o êxito da política de propagandistas."

Perguntamos ao companheiro Raul Villa, que no mesmo artigo se queixa da 'verborragia num documento recente da PO: se essa sua definição de propaganda no leninismo não for a mais pura verborragia, o que é então?

Em primeiro lugar, o companheiro toma uma situação revolucionária na história das lutas de classes russas, que levou à primeira revolução proletária vitoriosa e pretende comparar a função da propaganda naquela ocasião com o ' papel, que ela desempenha na realidade atual (e passada) brasileira. É que rer comparar o andar de um homem na plenitude da sua força com o cambalear ' de uma criança. Não só que não conhecemos, nem de perto, um nível comparável de lutas de classes no Brasil, como também nunca tivemos, pelo menos aproximadamente, um movimento de massas revolucionário, seja na cidade seja no cam po. Pelo que parece, para o companheiro, o leninismo começa em 1917. Lenin. antes da luta direta pelo poder, não era leninista? Não seria mais justo para o nosso caso, estudar também o papel de Lenin na época em que ainda lutava pela formação do partido proletário, na fase em que ainda não podia mobilizar massas para "o controle operário", a "ocupação das terras" e o "exercí cio parcial do poder por comissões de fábricas, de soldados e de civis".Isso pelo menos teria a vantagem de talvez compreendermos porque os bolcheviqui ' chegaram a liderar uma revolução vitoriosa. E o companheiro encontra esse Le nin, entre outros, em "O que fazer?", livro que gostava tanto de citar no T passado.

Embora seja forçada qualquer comparação da situação russa em 1901/02 com¹ a do Brasil dos anos 60 e 70, fica clara a importância que Lenin dá à propaganda revolucionária na transformação qualitativa do proletariado e na criação do Partido. As chamadas Ligas de Combate, que se criaram nos centros industriais do Norte ao Sul da Rússia, ele considera "circulos de propaganda". Essa definição originalmente, nada tinha de pejorativo. Caracterizava uma fa se no desenvolvimento revolucionário russo, que tinha que ser percorrida. Le nin mesmo tinha militado em dois desses circulos, um em Samara, outro em Petersburgo. Combatia essa forma de organização, quando a considerava superada quando julgava poder passar da organização de propaganda a uma de ação revolucionária e isso se deu de fato em 1903, com a fundação do Partido Social Democrático Russo.

Pode se afirmar que entre nós tenha havido um desenvolvimento semelhante'

ou equivalente? Que os nossos grupos da Esquerda Revolucionária tenham atingido e formado politicamente o nosso proletariado? Que a situação esteja ma dura para a formação do partido revolucionário da classe operária brasilei

Em segundo lugar, para poder combater melhor o "propagandismo", o compa nheiro identifica deliberadamente propaganda revolucionária com exposições ' de motivos teóricos. O que o companheiro cita como prova do nosso "teoricisde discussão entre comunistas. Admito que o companheiro poderia ter sido mais feliz na sua escolha. Assim, por exemplo, certa época, todos os manifestos e declarações públicas saidos em São Paulo terminavam invariavelmente com a pa lavra de ordem: Viva a classe operária independente. Custou bastante para convencer os companheiros que não era com tais formulações que se consegue a independência da classe operária. Desafio, entretanto, o companheiro a citar um único manifesto de agitação e propaganda, saido do CN ou da Coordenação O perária, que esteja redigido como documento teórico.

Em terceiro lugar, o companheiro cria uma contradição igualmente artifici al entre "propaganda" e "política". Artificial, proque não há política (pelo menos revolucionária) sem propaganda. Sem propaganda os nossos conceitos políticos não penetrarão nas massas. O que o companheiro quer dizer, entretanto, é que em vez de fazer propaganda deviamos fazer política. Mas com isso chegamos novamente ao terreno das relações entre propaganda e ação, ao terre no das relações de forças e ao apego à realidade material.

Só quero lembrar ao companheiro que as mudanças de relações de forças exis tentes não dependem de receitas políticas boladas na cabeça. O exemplo mais flagrante fornece o próprio companheiro, que não deixa de ser um "propagan dista", só porque aderiu à linha política das lutas democráticas. A única coisa que mudou é que o companheiro agora faz propaganda em torno de objetivos democráticos, procurando levá-los para dentro do proletariado. Nas relações entre"vanguarda" e "massa" isso nada alterou.

Não quero porém encerrar esse capítulo sem observar que mesmo o quadro. ' que o companheiro fornece da situação de 1917, na Rússia, é tão forçado quan to confuso. O companheiro, que tanto aconselha o estudo da história da Revolução, devia saber que a famosa consigna "Todo o poder aos soviets", quando! levantada em abril de 1917, não passou de uma palavra de ordem propagandisti ca. Visava a formação de um governo de transição, composto de mencheviques , socialistas revolucionários e bolcheviques, representados no soviet. (Por is so a posterior "Abaixo com os 10 ministros capitalistas", que visava separar os dois partidos de esquerda dos seus parceiros burgueses no governo de Ke renski). A palavra de ordem foi abandonada em consequência das jornadas de ' junho, quando o soviet, dominado por mencheviques e socialistas revolucionários, tinha se tornado um instrumento do governo provisório. Mas foi retomada, como palavra de ordem de ação, em outubro, depois dos bolcheviques terem conquistado a maioria no soviet de Petrogrado e de outros centros industri ais. "Todo o poder aos soviets" tornou-se o grito de guerra da insurreição ' proletária.

Em todo o caso agradecemos ao companheiro o trabalho da lição sobre o leni-'

nismo. Depois da anterior, que nos deu sobre Estratégia e Tática e na qual atribui formulações a Lenin, que este nunca fez, trata-se evidentemente de no vo enriquecimento da teoria revolucionária não doutrinária.

Cabe aqui a pergunta, companheiro, porque essa falta de seriedade de argumentação, que é certamente um fenômeno novo para nós. Será que o caminho para a direita não se poderia dar de maneira mais digna? Que se trata de um caminho para a direita está hoje óbvio. Basta ver os seus rumos dos dois últimos anos. O companheiro os iniciou afirmando que a "luta pelos direitos demo cráticos" estava em conformidade com a política da Urganização. Quando esta o desmentiu, o companheiro declarou que se tratava de uma divergência "tática", manifestando a esperança de uma próxima mudança nesse sentido, para que pudesse juntar-se novamente à luta comum. Hoje renega praticamente todos os fundamentos da PO e declara a sua falência. A resposta à pergunta talvez se encontre numa velha lei quase física, na vida política, que diz que um coice à esquerda ajuda ao deslocamento para a direita.

O que talvez mais nitidamente mostre este movimento para a direita é a sua entrada no coro daqueles, que há muito afirmam que a PO "não tem tática".Para afirmar isso o companheiro tinha de esquecer muita coisa, tinha de esquecer todas as discussões táticas nas quais participou: a começar pela crise de 1961, aos movimentos de greve em São Paulo e no Rio, em relação ao Parlamentarismo e ao Presidencialismo, da tática eleitoral, etc., etc. Podem ter sido táticas boas ou más, certas ou erradas. Afirmar, entretanto, que não tínhamos táticas, não convence ninguém, que participou das lutas.

Para os reformistas e populistas, de fato, nós "não tínhamos tática", pois não apoiavamos a "burguesia nacional", nem as "forças progressistas no governo". Não nos integravamos nos esquemas políticos existentes e não "faziamos" política com eles. Como "tática política" só reconheciam os padrões pequenoburgueses deles. A questão atingiu um auge, em 1966, nas eleições, quando 'pregamos pela primeira vez, o Voto Nulo. Evidentemente isso não era uma tática eleitoral para uma esquerda que, na Guanabara por exemplo, dividia seu voto entre Negrão e Aurélio Viana. Em seguida, praticamente todas as Organizações à esquerda do PCB e do PC do B descobriram a tática eleitoral do Voto 'Nulo e o ponto de atrito desapareceu – até 1974. Desde então coincidiu que 'mós novamente "não temos tática".

Tampouco a ser levada a sério é a acusação de foquismo, que o companheiro está repetindo agora. Devo dizer—lhe, porém, que não me sinto a vontade de a companha—lo no terreno que escolheu. Espero que a sua despreocupada exposi—ção de "fatos" não se torne peça de acusação contra pessoas, que de maneira direta ou indireta ainda estao ao alcance da ditadura militar. Só quero verificar aqui que:

- a PO nunca tomou compromisso de apoiar levantes locais em nenhum lugar do Brasil;

- a PO somente depois da passagem do governo Castelo Branco a Costa e Silva chegou à conclusão que o momento político para uma guer ra de guerrilha tinha passado;

- a linha estratégica da PO não partia da guerra de guerrilha, mas subordinava uma possível guerra de guerrilha à luta de classes nas cidades e à insurreição proletária. (S que pão era propriamente u-

E para finalizar, no que diz respeito à "falência da PG" declarada pelo 'companheiro, permita-me manifestar um prudente ceticismo. É verdade que a tra ganização está em plena crise, a pior que já sofreu em toda a sua existência duas e sim em quatro frações, pelo menos. Temos de levar em conta ainda além da maioria rachada a cisão da ORM e o grupo do exilio, que edita o presente' ção Russa, deve saber que os bolcheviqui, à véspera da Revolução de Fevereiro, como partido organizado tinham deixado de existir. Estavam divididos em muitos grupos autonômos, que agiam por conta própria, sem direção e orientação central. Foi o aparecimento do "Pravda" legal, depois de fevereiro, que uniu novamente o partido, ainda em bases políticas duvidosas. Foi somente 'com os debates em torno das Teses de Abril que ressurgiu o Partido Bolchevique, que assegurou o seu lugar na história.

Não me entenda mal, companheiro. Citando esse exemplo não pretendo sequir agora o seu método de comparações históricas. Também não quero afirmar com 'isso que o Brasil já esteja se aproximando a passos largos de uma revolução proletária. Mas, mantendo as devidas proporções, quero dizer que organizações revolucionárias, enraizadas na realidade das lutas de classes, não sucumbem tão facilmente, têm muita tenacidade para sobreviver. Por isso temos a esperança que a crise seja superada. E não só que temos essa esperança, como trabalharemos nesse sentido. O companheiro, por sua vez ainda terá muitas ocasiões para investir contra a esquerda.

Antes de encerrar, deixe-me esclarecer ainda que é um profundo mal-entendido do companheiro supor que estejamos ofendidos e que não tenhamos sabido¹ aceitar a sua separação. Posso assegurar-lhe que não temos absolutamente nada contra contatos pessoais nem contra debates em bases objetivas.

De resto lhe desejamos muitas felicidades em sua carreira fora da PO. Fazemos votos também que nunca mais em sua vida, o companheiro precise escrever semelhante "balanço" e semelhante autocrítica.

Saudações.

E.M.

V.i.S.P.: 8. Malmberg
Correspondência: 8. Malmberg
Postschließfach 183981
69 Heidelberg, BRD
Conta bancária: Deutsche Bank – Heidelberg
Bankleitzahl: 6727883
Konto Nr.: 86/48822